

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

**THAYRINE SILVA REIS**

**AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA E O ENFOQUE DA SEGURANÇA  
ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SOBERANIA ALIMENTAR: OLHARES SOBRE  
TRAJETÓRIAS E INICIATIVAS EM VARGINHA-MG**

Varginha/MG

2020

**THAYRINE SILVA REIS**

**AGRICULTURA URBANA E O ENFOQUE DA SEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL E SOBERANIA ALIMENTAR: OLHARES SOBRE TRAJETÓRIAS  
E INICIATIVAS EM VARGINHA-MG**

Dissertação apresenta como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Orientação: Prof. Dr. Luiz Antônio Staub Mafra.

Varginha/MG

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca *campus* Varginha

Reis, Thayrine Silva.

R375a Agricultura urbana e o enfoque da segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar : olhares sobre trajetórias e iniciativas em Varginha-MG / Thayrine Silva Reis. - Varginha, MG, 2020.  
113 f. : il. -

Orientador: Luiz Antônio Staub Mafra.  
Dissertação (mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha, 2020.  
Bibliografia.

1. Agricultura urbana - Varginha (MG). 2. Segurança alimentar. 3. Soberania alimentar. I. Mafra, Luiz Antônio Staub. II. Título.

CDD – 338.98151

THAYRINE SILVA REIS

**AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA E O ENFOQUE DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SOBERANIA ALIMENTAR: OLHARES SOBRE TRAJETÓRIAS E INICIATIVAS EM UM MUNICÍPIO MINEIRO**

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Aprovada em: 26 de outubro de 2020.

Prof. Dr. Luiz Antônio Staub Mafra  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Everton Rodrigues da Silva  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Profa. Dra. Ana Rute do Vale  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antônio Staub Mafra, Professor do Magistério Superior**, em 29/10/2020, às 20:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Everton Rodrigues da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 03/11/2020, às 07:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Rute do Vale, Professor do Magistério Superior**, em 05/11/2020, às 23:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0395459** e o código CRC **3F225DBA**.

---

Aos agricultores urbanos de Varginha-MG

## **AGRADECIMENTO**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

A alimentação tem passado por transformações de diversas naturezas: histórica, cultural e social. Por isso, muitos desafios são colocados à população mundial em termos de segurança alimentar e nutricional, e soberania alimentar. Entre esses desafios, está a crescente urbanização de áreas em direção às regiões mais suburbanas e mesmo rurais dos municípios. Além disso, a população rural é cada vez menos significativa se comparada à urbana. Assim, os espaços urbanos crescem, englobam áreas anteriormente rurais e não distribuem de maneira uniforme, ao longo de sua área, os mercados, nem os serviços. Diante de um cenário mundial não tão promissor, a agricultura urbana e periurbana pode, pelo menos no nível micro, oferecer uma possibilidade de melhora ou, mesmo, de garantia da segurança alimentar e nutricional, garantindo ao mesmo tempo a soberania alimentar. No caso do presente trabalho, foi estudada uma amostra de agricultores urbanos do município de Varginha-MG. O objetivo foi analisar as iniciativas de agricultura urbana e periurbana em Varginha – MG, a partir de suas contribuições para a segurança alimentar e nutricional e para a soberania alimentar. Entre os principais resultados, encontramos que essa prática tem contribuído com a melhoria da qualidade e da quantidade alimentares da comunidade. Também são resultados importantes os benefícios psicológicos e sociais trazidos pela prática. Suas atividades, contudo, são repletas de desafios, pois não há apoio significativo do governo local, e por vezes, nem da população: o acesso a fontes de água não é simples, e problemas como vandalismo, furtos e desconfiança não são incomuns. O presente trabalho realizou uma análise qualitativa dessa experiência através da extração de categorias que permitam que sua atividade seja compreendida a partir da sua consideração em contexto local.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Segurança alimentar e nutricional. Soberania alimentar.

## **ABSTRACT**

The nourishment process has been experimenting transformations of different types: historical, cultural and social ones. Thus, several challenges are being posed to the world population in terms of food and nutrition security and food sovereignty. Amidst those challenges, there is the soaring urbanization of areas towards the more suburban regions and even towards the rural ones. Furthermore, the rural population is increasingly less representative when compared to the urban population figures. Therefore, the urban spaces expand, absorb former rural areas and do not distribute uniformly over its area either the markets or services. Facing a not-so-promising world scenario, the urban and periurban agriculture can, at least at the micro-level, to offer a possibility of improvements in, or even to guarantee, the food and nutrition security, warranting at the same time the food sovereignty. In the case of this work, we have studied a sample of the urban farmers of Varginha-MG. The objective was the analysis of urban and periurban agriculture initiatives in Varginha-MG, from its contributions to nutritional and food security and to food sovereignty. Among the main results, there are findings of this study that this activity has been contributing to improvements in the community's food quantities and quality. Also are important results of this work the psychological and social benefits that are brought about by the activity. However, this undertaking has plenty of challenges. There is no meaningful support from the local government and, sometimes, not even from the population: the access to sources of water is not a simple one, and issues like vandalism, stealing and untrustworthiness are not that uncommon. This work carried out a qualitative analysis of this experience through the extraction of categories that allows its activity to be understood taking into consideration the local context.

**Keywords:** Urban agriculture. Food and nutrition security. Food sovereignty.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	13
2.1	UM PANORAMA SOBRE O CONCEITO DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA .....	13
2.2	A AGRICULTURA URBANA E PERIRUBANA: CONEXÕES COM A SOBERANIA ALIMENTAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	15
2.2.1	A agricultura urbana e periurbana e a segurança alimentar e nutricional no contexto de industrialização da agricultura e da migração rural-urbana.....	15
2.2.2	A soberania alimentar e a agricultura urbana e periurbana como alternativa ao alimento industrializado .....	22
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	29
3.1	DELINEAMENTOS DA PESQUISA .....	29
3.2	ETAPAS DA PESQUISA .....	30
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	37
4.1	PESQUISA DE CAMPO: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	37
4.1.1	Perfil dos agricultores(as) urbanos de Varginha-MG.....	37
4.2	ORIGEM E TRAJETÓRIA DOS(AS) AGRICULTORES URBANOS .....	41
4.2.1	Motivos para praticar a AUP .....	42
4.2.1.1	Fatores externos .....	43
4.2.1.1.2	Transformação do espaço: a agricultura urbana e periurbana como solução de alguns problemas da periferia .....	45
4.2.1.2	Fatores internos .....	46
4.2.1.2.1	A agricultura urbana como geradora de trabalho e renda .....	47
4.2.1.2.2	Agricultura urbana como forma de manutenção da cultura alimentar e lazer.....	48
4.2.2	Conhecimentos e saberes tradicionais para a prática da AUP .....	51

4.2.3	Benefícios e desafios .....	55
4.2.3.1	Benefícios identificados pelos praticantes de agricultura urbana em Varginha-MG	55
4.2.3.2	Benefícios para a comunidade .....	59
4.2.3.3	Desafios apontados pelos agricultores urbanos .....	63
4.3	A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PELA PERSPECTIVA DA AUP EM VARGINHA-MG .....	68
4.4	SOBERANIA ALIMENTAR.....	78
4.4.1	Autonomia no processo .....	78
4.4.2	Destino do alimento.....	82
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>90</b>
	<b>APÊNDICE A - Roteiro de Questões para os Agricultores Urbanos em Varginha-MG.....</b>	<b>100</b>
	<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre Esclarecido .....</b>	<b>102</b>
	<b>APÊNDICE C – Tabelas de Cultivos.....</b>	<b>105</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A alimentação tem passado por diversas transformações, sendo influenciada por variados fatores de ordem ecológica, histórica, cultural e econômica (MACIEL, 2005). Nesse processo, se vê uma transformação específica no aspecto da produção alimentar. Antes, ou as famílias produziam totalmente seus próprios alimentos ou elas produziam pelo menos uma porção significativa de seu próprio consumo. Para isso, era necessário que se produzisse uma grande variedade nos tipos de alimentos para satisfazerem suas múltiplas necessidades nutricionais. Esse modelo de produção também garantia às famílias uma maior autonomia no processo. Porém, do quadro que se tem visto, é de uma participação cada vez mais significativa do consumo, pelas famílias, de alimentos produzidos pela indústria. Esse fato faz com que as famílias percam sua independência na produção alimentar. A consequência é que além do consumo maior de produtos industrializados, ocorre a perda de hábitos alimentares tradicionais e a soberania das famílias sobre a própria alimentação.

Essas transformações apontam para dois conceitos fundamentais para a discussão a ser apresentada nessa dissertação, quais sejam: soberania alimentar de um lado, e segurança alimentar (ou segurança alimentar e nutricional – SAN), de outro. Embora sejam discutidos mais adiante com mais detalhe, bem como com a apresentação de suas origens nas seções devidas, os dois conceitos podem receber, aqui, pelo menos uma apresentação prévia. A soberania alimentar, inicialmente proposta pela Via Campesina (2007), foi posteriormente desenvolvida, como vai se ver, em congressos e debates com ampla participação de movimentos sociais e de intelectuais (JALIL, 2009). A soberania alimentar, em linhas gerais, constitui-se como uma estratégia que visa à promoção do direito de que as pessoas consigam definir localmente suas políticas agrícolas e de produção de alimentos da maneira mais independente possível dos imperativos de mercado (JALIL, 2009). De outro lado, o conceito de segurança alimentar e nutricional é definido pelos esforços com vistas à efetivação do direito das pessoas a terem acesso “regular e permanente a uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente” (CONSEA, 2007, p. 7). Além do mais, o CONSEA (2007) coloca como condicionantes que essa alimentação, para que seja considerada como parte da SAN, deve ser baseada em práticas promotoras de saúde e que não comprometa o acesso a outras necessidades essenciais.

Compreendendo os conceitos conforme as definições acima, a conquista da soberania alimentar está relacionada à maneira predominante pela qual uma sociedade produz seus

alimentos. Portanto, soberania alimentar se relaciona intimamente com a segurança alimentar e nutricional. Para Maluf (2007, p. 36), “a soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos”. Por isso, abre-se um campo de possibilidades para a promoção da soberania alimentar como caminho para que sejam erradicados ou reduzidos os problemas relativos à segurança alimentar e nutricional. Entre essas possibilidades, pode-se destacar as práticas de agricultura urbana e periurbana (AUP) (RIBEIRO *et al.*, 2012).

O sistema de produção alimentar, para além de suas consequências mais diretas relacionadas à nutrição, pode tanto, de um lado, promover a justiça social e a proteção do meio ambiente, quanto, de outro, gerar desigualdades sociais e ameaças à biodiversidade. Nesse sentido, o processo de industrialização crescente da produção de alimentos tem modificado de maneira desfavorável a distribuição social de riquezas, através da concentração da renda. Além disso, esse processo tem, cada vez mais, reduzido a autonomia dos agricultores. Ao gerar novas oportunidades de trabalho e renda, e ampliar sua participação no mercado, a produção alimentar industrializada tem como efeito o enfraquecimento da agricultura familiar. É característica da agricultura mecanizada e de larga escala o trabalho com monoculturas, enquanto a agricultura familiar tende a produzir em maior diversidade. E, conforme o *Guia alimentar para a população brasileira*, do Ministério da Saúde, os sistemas alimentares caracterizados pela presença de monoculturas, e produção de matérias-primas para produção de alimentos ultra processados colocam a risco não apenas a soberania alimentar quando o alcance da segurança alimentar (BRASIL, 2014).

Nesse quadro, a agricultura urbana e periurbana (AUP) são importantes aliadas na busca pela soberania alimentar e pela segurança alimentar e nutricional. Segundo a FAO (1983), a agricultura urbana e periurbana vem despertando o interesse de pesquisadores e urbanistas, pois tem contribuído muito na promoção da alimentação de populações urbanas, garantindo a sua sobrevivência e o acesso a alimentos mais frescos e saudáveis. A AUP pode contribuir para o reaproveitamento dos resíduos orgânicos, dar autonomia para os praticantes e consumidores, ajudar na criação de áreas verdes e na ampliação da biodiversidade. Além desses benefícios, algumas experiências, de acordo com Azevedo, Negre e Boneta (2018), mostram que a AUP pode ser utilizada como forma de aliviar o estresse e provocar melhoria do ambiente (temperatura, ar e água), além de incentivarem a produção de sementes, mudas, plantas medicinais e resgate das tradições.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as iniciativas de agricultura urbana e periurbana em Varginha-MG, a partir de suas contribuições para a segurança alimentar e nutricional e para a soberania alimentar. O município de Varginha, do Sul/Sudoeste de Minas Gerais, dispõe de praticantes da AUP e atores relacionados à prática em diversos locais espalhados pela cidade. O objetivo em questão pode ser desmembrado através dos seguintes objetivos específicos:

- a) caracterização das iniciativas e o perfil das famílias que produzem alimentos em áreas urbanas de Varginha;
- b) identificação das dificuldades enfrentadas pelas famílias pesquisadas e os benefícios trazidos pela prática da agricultura urbana;
- c) identificação do tipo de contribuição (econômico e/ou alimentar) da agricultura urbana para as famílias que a praticam;
- d) análise das iniciativas sob a perspectiva de soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional a partir das seguintes categorias: origem e trajetória dos(as) agricultores urbanos; segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar).

Assim, para expor os resultados oriundos da pesquisa em torno dos objetivos citados, a apresentação do trabalho foi dividida em três partes. A primeira parte oferece um referencial teórico que possibilita ao leitor a compreensão do tema, bem como fornece subsídio à análise de dados coletados. A segunda parte corresponde à descrição dos procedimentos metodológicos. Na terceira e última parte, apresenta-se uma análise e uma discussão dos dados obtidos através da pesquisa de campo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta as bases conceituais que definem a agricultura urbana e periurbana, categorias sobre as quais se baseia a estrutura dessa dissertação. Afinal, o que é a agricultura urbana e periurbana? Quais são as experiências que nos permitem caracterizá-la como uma prática relevante? Buscando responder a estas questões, este capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira, são apresentadas algumas definições de agricultura urbana e periurbana. Na segunda parte, encontra-se um breve contexto histórico acerca da agricultura urbana e periurbana no Brasil, e sua relação com Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar.

### 2.1 UM PANORAMA SOBRE O CONCEITO DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

Um importante trabalho, que nos oferece uma visão panorâmica acerca da conceituação da agricultura urbana e periurbana, é a contribuição de Mougeout (2000). Nesse texto, o autor introduz os principais elementos da agricultura urbana que se apresentam nas seguintes dimensões: os tipos de atividades econômicas desenvolvidas, os produtos, a localização, as áreas utilizadas para a prática, os tipos de sistemas de produção e o destino dos alimentos. Assim, para o autor, embora a agricultura urbana não tenha uma arquitetura conceitual clara, esta modalidade de cultivo pode ser definida como a agricultura que é:

praticada no espaço intraurbano ou no espaço periurbano dos centros urbanos, em pequenas localidades, cidades ou até metrópoles, onde cultiva, produz, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utilizando, largamente, os recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro e ao torno da área urbana, e que, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços, principalmente para essa mesma área urbana. (MOUGEOT, 2000, p. 11).

Santandreu e Lovo (2007), por sua vez, sugerem um conceito menos relacionado ao espaço, e mais ligado ao tipo de interação que ocorre com os elementos espaciais. Nessa perspectiva, a agricultura urbana pode ser definida como:

[...] um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbano, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões

metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. (SANTANDREU, LOVO; 2007, p. 11).

Segundo os autores, a multifuncionalidade<sup>1</sup> da agricultura urbana pode gerar orientações para a promoção de políticas e ações voltadas a melhorar a gestão ambiental e a gestão territorial, combater a pobreza, promover a segurança alimentar e nutricional e realizar o combate à fome. De acordo com os mesmos Santandreu e Lovo (2007), foi em 1996 que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação definiu a agricultura urbana como a produção de alimentos que ocorre dentro das cidades, sendo praticada nos quintais, em lajes, em espaços vazios ou espaços públicos. Essa definição institucional inclui também a comercialização de produtos cultivados em pequena escala em unidades produtivas espalhadas ao longo do espaço urbano.

Para Mougeot (2000), os elementos que interagem com a agricultura urbana e periurbana, estejam eles diretamente inseridos dentro ou localizados fora das zonas urbanas, são muito importantes para a população local, pois se relacionam com sua alimentação, economia e ambiente. No que diz respeito à atividade econômica, no contexto da agricultura urbana e periurbana (AUP), os processos de produção, processamento e comercialização possuem uma maior proximidade física com a população, em comparação ao método tradicional da agricultura, por causa da configuração geográfica urbana (MOUGEOT, 2000). A proximidade diminui a necessidade da presença de intermediários e de gastos com transporte, armazenamento e embalagens, favorecendo a competitividade da produção e reduzindo o impacto ambiental. A realização da venda, no mesmo local onde a produção ocorre, proporciona a criação de vínculo com o consumidor, criando uma relação de confiança e troca de saberes.

A especificidade da AUP, que permite diferenciá-la da agricultura praticada em meio rural, é a integração com os sistemas econômico e ecológico urbanos (MOUGEOT, 2000). Essa integração ocorre através da utilização de recursos urbanos, como o solo, água, resíduos orgânicos e mão-de-obra) e sua produção é direcionada para o consumo da população urbana (MOUGEOT, 2000). Para o presente trabalho, essa definição oferece uma importante orientação, pois é a partir dela que os esforços em localizar e identificar os agricultores urbanos foi guiado.

Por isso, também é fundamental a dimensão da discussão espacial. Isso porque no que se refere à localização, pode-se perceber a existência de uma dificuldade em se definir

---

<sup>1</sup> A noção de multifuncionalidade amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas, se tornando responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solo e biodiversidade) do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003).

claramente a diferença entre os ambientes urbano e rural. A presença de áreas rurais próximas à região urbanizada dos municípios torna esse processo de delimitação ainda mais difícil. As rápidas transformações observadas nas periferias ou áreas de transição entre cidades – em particular as grandes – e o campo, principalmente em função do rápido avanço da indústria, comércio e residências sobre essas áreas tornam a tarefa ainda mais difícil (GONÇALVES, 2013). Durante a realização da pesquisa que embasa a presente dissertação, também foram encontradas dificuldades na distinção precisa entre as localidades urbana e rurais do município de Varginha. Após consultas realizadas à Prefeitura Municipal e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificou-se que há divergências na definição desses limites, o que sinaliza ainda mais essa dificuldade. Isso sugere que para cada município, onde a questão da separação entre áreas urbanas e rurais for importante, haverá um desafio metodológico específico de delimitação. Em momento oportuno, essa questão também será relatada no presente trabalho, esclarecendo os critérios adotados na condução desta dissertação.

É, portanto, sobre essa base conceitual que se pode caracterizar as atividades de AUP a serem analisadas dentro do município de Varginha-MG. Ademais, como se viu na introdução, a AUP está intimamente relacionada com outras questões, como a alimentação e a autonomia decisória da população. Essas formam, agora, objetos de discussão no próximo tópico.

## 2.2 A AGRICULTURA URBANA E PERIRUBANA: CONEXÕES COM A SOBERANIA ALIMENTAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Neste tópico será abordada a maneira pela qual a AUP se insere nas discussões a respeito da Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar. Levar esses temas a debate pode ser uma forma de fortalecer e contribuir para melhorar as ações que se vinculam a esses temas.

### 2.2.1 A agricultura urbana e periurbana e a segurança alimentar e nutricional no contexto de industrialização da agricultura e da migração rural-urbana

A agricultura tem sofrido diversas modificações ao longo dos anos, sendo a sua progressiva industrialização uma delas. Segundo Teixeira (2005), essa industrialização, no Brasil, iniciou-se a partir da década de 1950, através da importação de meios de produção mais avançados. Em 1960, contudo, esse processo vai ser realizado de uma forma ainda mais



concreta, com a implantação de um setor industrial voltado para a produção de insumos e equipamentos para a agricultura.

Para compreender a industrialização da agricultura, De Andrades e Ganimi (2007) elaboraram um estudo para discutir como o capitalismo utilizou o espaço agrário para dominar e reproduzir o capital, e quais foram os impactos provocados. Segundo os autores, o processo de industrialização da agricultura foi impulsionado pelo Estado através de algumas ações: o estímulo à instalação de empresas para a produção de insumos químicos, máquinas e equipamentos e empresas responsáveis pelo processamento de matérias-primas agrícolas, investimento e divulgação das novas oportunidades de uso de capital na agricultura; incentivo ao surgimento de cooperativas de comercialização agrícola para organizar os agricultores e iniciá-los as novas práticas; e a reformulação das áreas de atuação do Banco do Brasil, passando a ser um órgão financiador desse novo modelo. Essas ações reforçam o interesse do Estado na implantação da industrialização da agricultura no país (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2011).

Há também vários trabalhos que discutem o processo de industrialização das práticas agrícolas enquanto estratégia encontrada pelo capital para dominar a agricultura (MARAFON, 1998; MULLER, 1982; ROEL, 2002). A modernização dos processos produtivos provoca a criação de vínculo de dependência do agricultor com relação aos pacotes tecnológicos produzidos pelas empresas. Embora o desenvolvimento dessas tecnologias agregue pesquisas de diferentes áreas de conhecimento, o objetivo final é a padronização dos processos, de tal forma que possam ser utilizados em qualquer região, desconsiderando, portanto, as peculiaridades e características locais (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001).

O resultado mais visível da industrialização da agricultura é a mudança no processo do trabalho agrícola, em que o trabalhador deixa de ser o agente ativo, aquele que controla o processo de trabalho, para se tornar o acessório da máquina. Outra mudança observada nesse processo foi a formação de um setor de assalariados rurais em substituição às formas antigas de relações familiares. Esses assalariados estão vinculados a somente algumas fases específicas do processo de produção e são destinados ou a manejar máquinas, ou a colher produtos de forma manual (SILVA, 1996). Destaca-se ainda que a industrialização da agricultura não apenas cria dependência do agricultor frente ao novo sistema, mas também pode contribuir para redução da sua autonomia, de suas tradições e saberes, os quais foram passados e mantidos há várias gerações.

A industrialização da agricultura contou com o apoio do Estado, que fez com que ocorressem transformações na estrutura agrária nacional. Uma dessas transformações se dá em

torno da escolha dos produtos a serem cultivados, dando prioridade às monoculturas do tipo exportação, que são: soja, arroz, milho, algodão e mais adiante a cana-de-açúcar (ANDRADES; GANIMI, 2007). Essa implantação da monocultura gera inúmeros impactos, pois para a sua implementação é necessário o desmatamento de grandes áreas reservadas, o que traz como consequência o desequilíbrio da fauna e flora locais, e a proliferação de pragas que se alimentam desses cultivos. Consequentemente, na tentativa de combater essas pragas, agrotóxicos, inseticidas e herbicidas são utilizados, provocando contaminação do solo, dos recursos hídricos, e problemas de saúde para produtores e consumidores. O processo de industrialização da agricultura, portanto, se configura, dessa forma, como um ciclo vicioso.

A forma do apoio conferido pelo Estado vem contribuindo, há décadas, para que o processo de industrialização da agricultura ocorresse de forma extremamente desigual e excludente. Em 1985, as maiores parcelas de financiamento ficaram com os médios e grandes estabelecimentos rurais, excluindo-se todos os demais estabelecimentos, que perfaziam cerca de 87%, e não tinham acesso a linhas de financiamento. Esse fato ocasionou um intenso processo de expropriação no campo que gerou como resultado o progressivo aumento da concentração fundiária e da renda (ROSS, 2001). No ano de 1948 (antes da industrialização generalizada da agricultura no país), existiam no país 654.557 estabelecimentos com menos de 10 hectares que ocupavam uma área de 8.893.439 hectares e apenas 1.273 propriedades com 1.000 ou mais hectares, ocupando uma área de 33.504.832 hectares (ROSS, 2001). Já no ano 1985 (com o avanço mais intenso da industrialização da agricultura), observa-se que 52,9% das propriedades são menores que 10 hectares e ocupam uma área de 2,6% da área total cultivada, por outro lado, as propriedades com mais de 1.000 hectares representam apenas 0,8% do número total de propriedades, porém ocupam uma área correspondente a 43,9% da área total cultivada (ROSS, 2001). Esses resultados demonstram o aumento da concentração fundiária e grande impacto causado sobre o campo brasileiro. Para Silva (1996), os resultados mais evidentes desse período são a concentração e a centralização de capitais e de terra.

Segundo Dal Soglio *et al.* (2006):

A industrialização da agricultura fez com que ocorresse um aumento da dívida financeira dos pequenos agricultores familiares e danos aos recursos naturais, especialmente ao solo, à água e a biodiversidade. Ele afetou negativamente a qualidade de vida da sociedade rural brasileira, gerando a exclusão, problemas de saúde e mudanças significativas em suas culturas. (DAL SOGLIO *et al.*, 2006, p. 34).

O desenvolvimento rural pensado de forma produtivista ocasionou e/ou confirmou as desigualdades sociais que já existiam no país. Também promoveu a concentração da propriedade da terra e despertou novos debates, lutas e resistências com relação à questão

agrária. Além disso, ocorreu também o empobrecimento das famílias, ao lado do consequente ganho de força dos movimentos sociais rurais e a migração das famílias para as áreas urbanas (PACÍFICO, 2009).

A migração do campo para a cidade ocorreu em todo o país, porém em proporções diferentes. A Tabela 1 apresenta a taxa de urbanização das regiões brasileiras, com o município de Varginha localidade sobre a qual esta pesquisa se debruça. Pode-se observar que houve aumento significativo, em todas as regiões, na taxa de urbanização a partir dos anos 60. Em Varginha, a taxa de urbanização de 2010, se encontrava em um nível acima da média nacional e de cada uma das regiões do Brasil, inclusive, o Sudeste.

Tabela 1 - Taxa de Urbanização das Regiões Brasileiras

Região	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	84,36
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	73,53
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	73,13
Sudeste	39,42	47,55	57,00	72,68	82,81	88,02	90,52	92,95
Sul	27,73	29,50	37,10	44,27	62,41	74,12	80,94	84,93
Centro Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	88,80
Varginha	-	-	-	83,37	89,01	93,43	95,57	96,73

Fonte: IBGE (2010).

Diante do progressivo processo de migração, surgem algumas questões: como essa população foi se inserindo nesse novo contexto urbano, principalmente com relação à alimentação e, portanto, acerca da segurança alimentar e nutricional? Esse questionamento surge porque a população que antes, em boa parte, produzia seus alimentos agora tem que se adaptar a uma nova realidade.

Segundo Pereira (2000) com a inserção da população rural, as cidades passaram não só receber a população, como também começaram a incorporar as atividades antes ligadas ao campo. Nesse sentido, “a agricultura cruzou as fronteiras entre a dimensão econômica, ecológica, política e cultural, adquirindo um caráter multifuncional” (BLANCHEMANCHE *et al.*, 2000, p. 42). Diante desse novo contexto de distribuição populacional, a agricultura urbana e periurbana, que já era praticada, mesmo que talvez não fosse reconhecida como tal, começa a ganhar visibilidade e atenção nas cidades.

A inserção da população rural no meio urbano aconteceu de forma rápida e sem planejamento, com impacto na qualidade de vida das famílias. Desses impactos, os mais importantes foram sobre o a condição de alimentação familiar, as suas condições de habitação e sobre o mercado de trabalho. Neste, a baixa qualificação profissional e a necessidade de obtenção de renda para sobrevivência levaram muitos indivíduos a se submeterem a trabalhos

informais. No que tange às condições de moradia e alimentação, esse processo de rápido êxodo rural conduziu a população migrante a viver em condições precárias em favelas e periferias, tornando impossível ou dificultando significativamente a produção de seu próprio alimento, o que abriu um espaço cada vez maior para a compra de alimentos industrializados (ANDRADE; GAMINI, 2007; MONTEIRO; VERAS, 2007).

Outro problema enfrentado pelas populações urbanas mais pobres, tanto as oriundas do êxodo rural quanto moradores já estabelecidos, gira em torno do precário acesso aos meios para satisfação de suas necessidades básicas. Isso se transformou, de fato, em um ponto crítico de vulnerabilidade, aumentando o risco de insegurança alimentar (ARMAR-KLEMESU, 2001). Para esse grupo, os gastos com a alimentação podem comprometer boa parte de sua renda, como mostram os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2017-2018. Esta pesquisa evidencia que as despesas com alimentação variam de acordo com a região e a localização (urbana ou rural). Os dados dessa pesquisa indicam, por exemplo, que a média de despesas com a alimentação nas áreas urbanas foi de 16,9% e nas áreas rurais foi de 23,8%.

Além disso, a POF 2017-2018 traz um comparativo com as outras POF's (2002-2003 e 2008-2009), mostrando que, à medida em que o tempo passou, houve uma queda com relação as despesas com a alimentação, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais (IBGE, 2019). Mesmo com os gastos totais com alimentação tenham, progressivamente, diminuído, os dados da POF 2017-2018 indicam que foram observadas diferenças importantes entre as distribuições de gastos alimentares entre famílias com diferentes níveis de rendimentos. O peso dos gastos com alimentação na despesa total por família atendeu o padrão visto em anos anteriores, ou seja, o grupo de gastos com alimentação tem proporcionalmente um peso maior nas classes com menor rendimento. Os gastos com alimentação alcançaram 22,6% da renda para famílias com até R\$1.908,00 em rendimentos mensais, e apenas 7,6% da renda entre famílias com rendimentos superiores a R\$23.850,00 (IBGE, 2019).

Contudo, a compra de alimentos não é única forma de acesso a uma alimentação adequada, como demonstra Dombek (2006) ao citar como exemplo a produção de alimentos para autoconsumo, através de hortas domiciliares e programas de agricultura urbana. Segundo estudo proposto por Amar-Klemesu (2001), os alimentos cultivados através da agricultura urbana e periurbana contribuem para SAN não só por permitir maior facilidade de acesso aos alimentos, mas também na melhoria da qualidade da dieta, através da diversidade de alimentos potencialmente disponibilizados, como frutas verduras e legumes. Para Guimarães (2019), esses alimentos são mais saudáveis também por serem produzidos sem o uso de sementes

transgênicas e agrotóxicos, uma vez que não é permitido o uso desses mecanismos no âmbito urbano. Para Oliveira (2016), o atual panorama do uso de sementes transgênicas reduz a diversidade de sementes, pois os pássaros, insetos, vento e chuva, levam o pólen de plantas transgênicas às lavouras convencionais. Nesse processo de contaminação as sementes crioulas podem desaparecer. Esse fato gera grandes prejuízos, pois as sementes crioulas poupam o solo do desgaste, ajudam na soberania dos agricultores e na segurança alimentar da população. Diante desse contexto, percebe-se a contribuição da AUP na discussão sobre a SAN, dada a sua atuação na promoção do acesso à alimentação, em quantidade e com qualidade, de forma sustentável em favor da população.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), contudo, não é o mesmo desde que as práticas acima mencionadas tiveram seu início. Esse conceito vem evoluindo ao longo do tempo e vem sendo ligado às questões sociais, como pobreza, fome e desigualdades sociais e à elaboração de políticas públicas. Segundo Adas (2004), os primeiros debates sobre o tema foram feitos durante a Primeira Guerra Mundial, quando se assumia um significado mais ligado à autossuficiência alimentar, ou seja, tinha como foco a garantia da produção de alimentos para abastecer a população a fim de evitar impasses provocados por cercos militares ou boicotes políticos. Assim, inicialmente o conceito estava voltado para a estratégia militar, onde se excluía qualquer referência aos planos familiar e individual, ou ao nutricional. O tema só ganha relevância mundial a partir da criação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a alimentação passa a ser considerada como um direito fundamental.

O entendimento sobre segurança alimentar e nutricional progrediu e se modificou com o passar da história. Devido a uma crise alimentar ocasionada pela queda no abastecimento no mundo todo, em 1974, a FAO criou a Cimeira Mundial da Alimentação (CMA). A partir da criação da CMA se chegou a um entendimento sobre a necessidade de se assegurar uma disponibilidade de alimentos suficientes para toda a população mundial. Isso fez com que os líderes mundiais aceitassem, pela primeira vez, a responsabilidade comum de acabar com a fome e a desnutrição<sup>2</sup> (FAO, 1996).

Segundo Clay (2002), o conceito trazido inicialmente, havia buscado focar na produção agrícola como meio de assegurar a disponibilidade de alimentos e a estabilidade de preços dos alimentos básicos em todo mundo. A partir dessa perspectiva, geraram-se bases para o fortalecimento da industrialização da agricultura como forma de acabar com a fome através do

---

<sup>2</sup> A CMA foi aprovada por unanimidade por 130 países participantes (FAO, 1996).

aumento da produção de alimentos. Através desse mecanismo os estoques mundiais aumentaram. No entanto, mesmo com esse aumento, os problemas com a fome e a insegurança alimentar continuaram. Além disso, também se mantiveram presentes os problemas ambientais e sociais consequentes desse modelo de produção (SOF, 2006).

Posteriormente, dando prosseguimento ao debate sobre segurança alimentar, foi realizada, em 1992, a Conferência Internacional de Nutrição. Nesse fórum, buscou-se adicionar ao conceito de segurança alimentar o aspecto nutricional e sanitário, passando, somente então, a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Esse novo conceito buscou interligar duas áreas distintas: a alimentar, que nada mais é que a produção, comercialização e disponibilidade de alimentos; e a nutricional, que se refere ao preparo e consumo alimentar (SILVA, 2014).

A introdução desse novo conceito trouxe uma série de questões que necessitavam ser discutidas e analisadas. Isso se aplica de maneira significativa ao Brasil, por se tratar de um país com vasta extensão territorial, dotado de uma grande variedade de alimentos, porém com um significativo déficit alimentar e nutricional suportado por sua população. Uma tal condição demonstra que ter uma grande produção de alimentos não necessariamente faz com que esses cheguem a toda população. Faltam mecanismos que sejam capazes de tratar dessa contradição entre produção e distribuição de alimentos.

Diante disso, o conceito de SAN começou a incorporar outros aspectos como: saúde, cultura, nutrição e qualidade. Além dessa mudança, inicia-se uma discussão que visa problematizar a disponibilidade e o acesso ao alimento. Esses dois aspectos, muitas vezes não são suficientemente eficazes para garantir uma situação de segurança alimentar e nutricional. Portanto, não apenas a distribuição e a produção dos alimentos: a composição, a variedade da dieta alimentar e a qualidade dos alimentos são fatores fundamentais, que devem ser levados em consideração (JALIL, 2009).

Através desses novos apontamentos e discussões, surge a atual definição de SAN. De acordo com o CONSEA (2007):

Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. (CONSEA, 2007, p. 7).

Como se pode perceber, o conceito inicialmente proposto para a SAN foi sendo modificado ao longo dos anos. A partir do estabelecimento desse conceito fica mais evidente a importância de uma agricultura mais respeitosa com o meio ambiente, e de se pensar como a

SAN pode atuar de forma a promover alimentos em quantidade e com qualidade diante do grande deslocamento da população das áreas rurais para as áreas urbanas. Segundo Bond (2017), a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) aponta que deslocamentos forçados e o tratamento dado aos migrantes ainda são fatores causadores de fome no mundo. Diante desse fato, as práticas agrícolas urbanas e periurbanas tem sido um mecanismo importante para a obtenção da SAN, principalmente para os migrantes que muitas vezes não possuem meios de garantirem sua subsistência. Segundo a FAO (2009), os alimentos cultivados nas cidades contribuem, ou seja, relacionados à AUP, não só para a SAN através da facilidade de acesso. Também promovem melhoria na qualidade da dieta alimentar, permitindo que a população consuma maior variedade de alimentos. A AUP também contribui do ponto de vista econômico, para o aumento da renda familiar, através da diminuição dos gastos com alimentação e com possível obtenção de rendimentos oriundos da venda do excedente eventualmente produzido. A SAN, dentro desse contexto, e aliada à AUP, se relaciona intimamente com as metas de promoção da ampliação do acesso à alimentação com qualidade e em quantidade suficiente. Também pode direcionar esforços que permitem a ampliação dos rendimentos de famílias de baixa renda e que possibilitam a produção de alimentos com base na sustentabilidade.

No próximo tópico iremos justificar o porquê da importância crescente das práticas da agricultura urbana. Isso se deve ao processo de industrialização da alimentação, objeto próximo a ser discutido, que tem modificado de forma efetiva o modo com o qual a população se relaciona com o alimento.

### **2.2.2 A soberania alimentar e a agricultura urbana e periurbana como alternativa ao alimento industrializado**

As transformações ocorridas no campo e na cidade trouxeram modificações no modo de vida da população. Alterações também foram observadas nos modos de produzir, ampliando a produção em larga escala, e abrindo espaço para a constituição de uma sociedade de consumo em massa. Através desse processo, a partir do século XIX, e principalmente ao longo do século XX, observa-se uma homogeneização dos valores culturais. Os comportamentos alimentares nos países industrializados passam a se basear em diversas estratégias de marketing promovidas pelas empresas agroalimentares frente às práticas tradicionais (ABRAHAMSSON, 1979). A atuação da propaganda cria cada vez mais necessidades de consumo, uniformizando os hábitos alimentares, e limitando, cada vez progressivamente, as diferenças culturais (ARNAIZ, 2005).

Essas estratégias também têm afetado os países de terceiro mundo, como mostra o estudo elaborado por Manderson (1988). Para o autor, as mudanças introduzidas nos modos de produção, nesses países, implicam em menor dedicação à terra e aos trabalhos diretamente relacionados à subsistência, direcionando-os para o cultivo comercial.

Dentro desse contexto, a alimentação também tem sido diretamente afetada, através da mudança de qualidade dos alimentos produzidos. A industrialização do setor alimentar foi realizada através da ruptura das relações dos seres humanos com o seu meio e com seus alimentos (GOODY, 1982). Consequentemente, nos últimos anos, produziram-se transformações mais radicais na alimentação. Esse processo deslocou grande parte das atribuições de produção, conservação e preparo dos alimentos no âmbito doméstico e artesanal para as fábricas e para as estruturas industriais e capitalistas de produção e consumo (PINARD, 1988).

De acordo com o estudo realizado por Lemke e Amorim (2016) a respeito da produção e industrialização de alimentos, o processamento para a elaboração dos alimentos industrializados abrange várias fases, desde a produção, armazenamento e a distribuição final dos produtos. Para as autoras, os alimentos são processados em produtos alimentícios para se apresentarem como mais práticos e atrativos. Além disso, a indústria utiliza tecnologias para aumentar a vida útil desses produtos e os enriquecer com vitaminas e minerais. Esse processo de industrialização traz como consequência o distanciamento das pessoas para com o alimento, em todas as etapas entre a produção e o acesso. Isso acontece, principalmente, por impossibilitar a percepção da origem e dos ingredientes que compõem o alimento (LEMKE; AMORIM, 2016).

Santos (2005), que propôs um estudo sobre a história da alimentação, argumenta que se tem visto cada vez mais alimentos prontos para o consumo. Essa praticidade faz com que os costumes e tradições que foram construídos ao longo de gerações se modifiquem de modo crescente. Ainda segundo o autor, o arroz, o feijão e a farinha de mandioca, que foram desde o século XVIII, a base do cardápio de grande parte da população brasileira, estão perdendo espaço para os produtos industrializados. Além disso, ainda de acordo com Santos (2005), os alimentos transgênicos estão cada vez mais presentes no cotidiano. Com a praticidade de se consumir alimentos industrializados, apoiados por diversos atores e pelas mídias, o *fast-food* tem invadido os lares brasileiros.

Segundo pesquisa da VITIGEL (vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico) de 2018, realizada em 26 capitais e no Distrito Federal, o consumo de frutas e hortaliças, no conjunto da população adulta estudada, foi de 33,9%, sendo



menor entre homens (27,7%) do que entre mulheres (39,2%). A pesquisa mostrou também que o consumo de refrigerante em cinco ou mais dias da semana foi de 14,4%, sendo mais elevada entre homens (17,7%) do que entre mulheres (11,6%). Em ambos os sexos, o consumo de refrigerantes em cinco ou mais dias da semana tendeu a diminuir com a idade e foi mais elevado no estrato médio de escolaridade (9 e 11 anos) (BRASIL, 2019).

As modificações e práticas de produção dos alimentos *in natura* também é ponto de preocupação, não apenas pelas consequências associadas ao uso de agrotóxicos, como ainda pela padronização dos cultivares, contribuição pela redução da variedade dos alimentos. Segundo Garcia (2003), através de estudo sobre a comensalidade com foco no impacto nas mudanças alimentares urbanas, não só o consumo de alimentos industrializados e geneticamente modificados contribui para a implantação da cultura alimentar globalizada no Brasil, como também outros canais que colaboram para tal. São parte desse processo as grandes redes de supermercados que contribuem para a diminuição de vendas de pequenos comércios e feiras de bairros.

Assim como a industrialização da agricultura foi apoiada pelo Estado, a industrialização dos alimentos, em termos mais gerais, também tem recebido esse apoio. As parcerias entre as indústrias e o Estado são cada vez mais fortes. Em especial no esforço de se promover a instalação de empresas, através de subsídios fiscais, em diversas localidades, aumentando a venda e o consumo desse tipo de alimento (GARCIA, 2003). Isenções fiscais para fabricantes de alimentos industrializados são praticadas no Brasil há décadas. Os subsídios oferecidos às empresas de refrigerantes, desde 1990, somam R\$ 7 bilhões (ZOCCHIO, 2019).

Contudo, há no país algumas iniciativas legais que visam atuar na direção contrária ao praticado pelo Estado até então. Por exemplo, em 2016, o projeto de lei nº 430/2016, apresentado ao Senado Federal, propôs a instituição de contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a comercialização da produção e importação de refrigerantes e bebida açucaradas. O projeto tinha o objetivo de taxar em 20% esses produtos, e direcionar o valor arrecadado ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), contribuindo para a redução do consumo desses alimentos, e reduzindo o impacto econômico sobre o Sistema Único de Saúde para o tratamento da obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (BRASIL, 2018). Além desse projeto, foi proposto em 2017 o projeto de lei nº 8541/2017, que visa aumentar impostos sobre esses produtos, com o objetivo de frear seu consumo. A proposta aumenta de 4% para 5% a alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrada sobre a importação e a saída das fábricas desses produtos. Também determina que a alíquota mínima do IPI cobrado em

outras fases da cadeia seja sempre 25% maior para as bebidas não alcóolicas que tenham açúcares intencionalmente adicionados, ou seja, que não sejam naturalmente doces. Este projeto, segundo a Câmara dos Deputados, está aguardando parecer do relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) desde abril de 2019.

Na América Latina, especificamente México, Peru e Chile, buscou-se seguir a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e promoveu-se o aumento da tributação sobre refrigerantes (BRASIL, 2019). Segundo Zocchio (2019), no México, o consumo de bebidas açucaradas, como refrigerantes, néctares e sucos, caiu após receber, em 2014, uma taxa extra sobre a venda. Para cada litro de produto açucarado, passou a ser cobrada a quantia extra de um peso mexicano. A ideia seria desincentivar a compra dessas bebidas como uma medida de combate à obesidade. A taxação surtiu efeito, e houve queda de 7,1% no consumo dos produtos logo no primeiro ano, seguida por uma queda subsequente de 18,5% no ano seguinte, em relação ao período anterior à aplicação do tributo. Estes resultados apresentam evidências sobre a potencialidade da taxação e regulamentação da venda para a redução do consumo de alimentos ultra processados. E, assim, podem ser entendidos como uma política que contribui para a redução da incidência de doenças crônicas não transmissíveis (ZOCCHIO, 2019).

Segundo Swinburn (2019), os lucros das indústrias de refrigerantes e ultra processados afetam a saúde de milhares de pessoas no mundo todo. A atuação da indústria alimentícia não tem sido realizada somente com o apoio do Estado, como mostra o estudo elaborado por Pereira, Nascimento e Bandoni (2016). Para os autores, essas empresas têm contado também com a participação de profissionais de saúde e estudantes dessa área. Esse processo tem a intenção de evitar que esses profissionais contraindiquem o consumo desses produtos. Essa relação tem ocorrido através de patrocínio de eventos científicos, financiamento de pesquisas, equipamentos e distribuição de brindes. Esses “acordos” têm impactos negativos a sociedade, pois os atores que deveriam promover o bem-estar, incentivar a diminuição no consumo desses alimentos, têm atuado de forma contrária aos interesses da coletividade. O aumento no consumo desses alimentos pode diminuir o consumo de alimentos *in natura*. Além disso, muitos desses alimentos são ricos em gordura e açúcar. Sem mencionar que o uso de aditivos químicos tem sido cada vez mais comum (AQUINO; PHILIPPI, 2002).

Segundo trabalho desenvolvido por França *et al.* (2012), a respeito das mudanças dos hábitos alimentares, também indica que o binômio urbanização/industrialização atua como um fator determinante na modificação dos hábitos alimentares, gerando transformações no estilo

de vida da população mundial. Para Mezomo (2002), a alimentação de hoje é bem diferente da dos nossos antepassados, que viviam em contato maior com a natureza, alimentando-se de tudo que ela lhes oferecia, como: animais, frutas, folhas e raízes. Segundo França *et al.* (2012), a alimentação é uma necessidade fisiológica básica e um direito humano. Alimentar-se não é só um ato para se satisfazer as necessidades fisiológicas. Esse ato gera inúmeras consequências. Diante disso, o consumo e os consumidores, passam a ser vistos como ato e agentes políticos. Desse modo, o ato de consumir tem ligação com a preservação do meio ambiente, com a qualidade dos alimentos e todos os demais impactos que podem ser gerados (SEYFANG, 2009). Assim, segundo a WWF (2016), a transição do modelo atual de alimentação para um modelo adaptativo e resiliente, que possa fornecer alimentos nutritivos para todos e ao mesmo tempo, apoie fontes de rendimento e bem-estar, é uma meta difícil, porém essencial para a humanidade.

Segundo o relatório “A Sindemia Global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas”, publicado pela revista *The Lancet* (2019), o sistema alimentar (produção, exploração de recursos, transporte, venda e consumo) está no limite do planeta, considerando o modelo hegemônico do sistema agroalimentar global. As mudanças climáticas somadas à nutrição inadequada compõem, em conjunto, a Sindemia Global. Segundo o relatório, os sistemas alimentares atuais, não só potencializam as pandemias de obesidade e desnutrição, mas geram também de 25 a 30% das emissões de gases do efeito estufa (GEE).

Dessa forma, as mudanças climáticas, por exemplo, aumentam os índices de desnutrição por causarem maior insegurança alimentar devido a eventos climáticos externos, como: secas e mudanças na agricultura, assim como a desnutrição fetal e infantil aumenta o risco de obesidade na vida adulta (SWINBURN *et al.*, 2019). Portanto, os impactos causados pela obesidade, pela desnutrição e pelas mudanças climáticas influenciam uns aos outros, formando-se um ciclo problemático.

Diante dessa necessidade, o conceito de SAN e as práticas de AUP podem contribuir para que a população possa plantar e/ou consumir alimentos produzidos em local próximo de suas residências, tendo assim mais autonomia na escolha dos produtos que serão consumidos por eles. Além disso, medidas que tragam mudanças para os sistemas existentes, como por exemplo, as políticas de agricultura voltadas para a saúde e sustentabilidade, em nível local, nacional e global, são necessárias para o enfrentamento da Sindemia Global (SWINBURN *et al.*, 2019).

O conceito de Soberania Alimentar se relaciona com esses problemas, como um elemento definidor a respeito das possibilidades de se vencer a Sindemia Global. Além disso,

o conceito tem uma história que acompanha as crescentes demandas alimentares insurgentes pelo mundo, assim como tem relação com a capacidade de mobilização de movimentos sociais e intelectuais. O conceito foi apresentado pela primeira vez, em um fórum global, pela Via Campesina, no ano de 1996 durante a Conferência Mundial sobre a Alimentação, em Roma. Foi apresentado como uma forma de proposição de outro tipo de construção da lógica de produção e de comércio de alimentos. Essa ideia original de Soberania Alimentar buscava defender o direito das pessoas em definirem suas próprias políticas agrícolas e de produção de alimentos para o consumo local, de maneira prioritária sobre possibilidades comerciais oriundas de processos de exportação (VIA CAMPESINA, 2007).

No ano de 2001, foi realizado, em Cuba, o Fórum Mundial de Soberania Alimentar. Neste evento, foram realizadas diversas discussões sobre o assunto e a luta pela legitimação do conceito que passava a ser um instrumento de luta política e que englobava diversas questões como: reforma urbana, reforma agrária, questões culturais, de gênero etc. (JALIL, 2009).

De acordo com Jalil (2009), em 2007, aconteceu o Fórum de Soberania Alimentar em Mali. Este fórum teve como produto um documento que foi assinado por mais de 500 representantes de mais de 80 países, onde o conceito de soberania alimentar ganha um caráter mundial. O conceito apareceu de um modo mais associado a ações de caráter mais regional, como ferramenta de transformação política e articulação de luta contra o sistema. Esse momento foi importante para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento que pudesse ser legitimado internacionalmente. A Soberania Alimentar, portanto, passa a ser considerada não só como uma ferramenta de transformação do sistema econômico dominante e do modelo de desenvolvimento, mas também dos modelos de relações sociais, políticas e culturais.

De acordo com Zaar (2015), é dentro desse contexto que a soberania interage com a AUP, pois a SAN, assim como a AUP, visa compreender o direito dos povos em definir suas próprias políticas agrárias, de modo que se adaptem de forma social, ecológica, econômica e culturalmente no respectivo contexto local e/ou regional. Além disso, a AUP e a soberania alimentar buscam valorizar a qualidade dos alimentos e a proteção do meio ambiente. A tomada de decisão, sobre “o quê, como e onde” produzir, é outro elemento muito importante presente nas concepções da AUP e da SAN, conforme fora progressivamente definida, de modo evolutivo, pelos debates e contribuições recentes.

Diante da crescente demanda pelo aumento da qualidade dos alimentos, autonomia e novas formas de produção e de consumo de alimentos, a AUP se torna uma importante aliada à Segurança Alimentar e Nutricional e à Soberania Alimentar. Essa prática e esses conceitos

merecem ser mais estudadas e valorizadas por conta de todo o seu potencial de transformação social. Com a intenção de contribuir com esse debate, passa-se agora a apresentar os elementos metodológicos que guiaram o presente estudo.

### 3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os procedimentos e concepções metodológicas que orientaram o caminho percorrido no processo de realização deste trabalho. Para tanto, dividiu-se a discussão sobre a metodologia em duas etapas: delineamentos da pesquisa e etapas da pesquisa.

#### 3.1 DELINEAMENTOS DA PESQUISA

Esta pesquisa é um estudo de caso exploratório-descritivo e classifica-se como uma pesquisa de tipo qualitativo.

Por isso, é necessário definir do que se trata uma pesquisa exploratória e o que é uma pesquisa descritiva. Em primeiro lugar, a pesquisa exploratória é indicada quando o tema escolhido é pouco explorado. Nesse caso, por conta da natureza do tema e da escassez de investigações anteriores, é difícil a formulação prévia de hipóteses. Dessa forma, o objetivo deste tipo de pesquisa é “proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato, permitindo ao pesquisador formular problemas mais esclarecidos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 2008, p. 27). Por sua vez, as pesquisas descritivas visam estudar as características de um grupo, levantar opiniões, atitudes e crenças da população, e outros propósitos de natureza similar. Para Gil (2008), existem pesquisas que, embora sejam definidas puramente como descritivas, acabam proporcionando uma visão mais geral do problema, fazendo com que ocorra uma aproximação morfológica entre as pesquisas descritivas e pesquisas exploratórias. Ou seja, é nessa junção que se encontra o presente estudo de caso.

Para atender aos objetivos da pesquisa, no que se refere ao tipo da pesquisa, optou-se pela pesquisa qualitativa, uma vez que, segundo Godoy (1995, p. 58), nos estudos qualitativos “valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudado”. Nesse tipo de pesquisa, portanto, deve haver também preocupação e cuidado como processo de investigação não somente com os resultados.

Ainda segundo Godoy (1995, p. 61), “a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador ‘colocar-se no papel do outro’, vendo o mundo na visão dos pesquisadores”. Assim, a escolha pela pesquisa qualitativa se deu pelo fato de sua aplicação ser relevante nos estudos que envolvem relações sociais, como no caso estudado, que envolve a população que atua na agricultura urbana. Para Godoy (1995), o pesquisador deve utilizar a sua própria pessoa como um instrumento para a observação, coleta e análise dos dados, além

de considerar que todos os dados são importantes e devem ser examinados. Então, o contato aproximado com as pessoas que praticam a agricultura urbana, no caso específico do estudo que ora se lê, faz com que se tenha uma base de dados para análise, a partir da ótica desses participantes.

As perguntas norteadoras deste trabalho surgiram a partir da observação de iniciativas de atividades agrícolas em diversos países e municípios do Brasil. A partir daí, surgiram questionamentos: como e o porquê as pessoas desenvolvem essas atividades? De onde são e quais são os benefícios auferidos? Quais são os desafios dessa atividade?

### 3.2 ETAPAS DA PESQUISA

Especialmente, a pesquisa limitou-se ao universo do perímetro urbano do município de Varginha. Porém, esse estudo reconhece que as dinâmicas e as interações da agricultura urbana ultrapassam a delimitação de perímetros urbanos. Antes de ir a campo, não foi possível estabelecer uma amostra definida, por não se ter registro prévio das pessoas que desenvolvem a agricultura urbana no município. Somente depois do início do trabalho de campo pôde ser definida a amostra utilizada na pesquisa. A amostra da investigação limitou-se em 18 pessoas que desenvolvem a agricultura urbana e periurbana por iniciativas próprias e individuais. O contato com esses atores foi realizado através de entrevistas, que foram realizadas em 2018 e 2019.

Este estudo adotou uma amostragem não-probabilística, intencional, conhecida como bola de neve. Segundo Bernard (2005), esta técnica é útil quando se quer estudar populações difíceis de serem acessadas ou quando não há precisão sobre sua quantidade. Nessa técnica, espera-se que um participante indique outro entrevistado e após uma série de repetições do processo, encerra-se a coleta. Esta técnica foi escolhida devido à falta de informações acerca do número de pessoas que praticam a AUP em Varginha-MG.

Para a realização da coleta de dados, foi aplicado um questionário semiestruturado aos participantes da pesquisa. Segundo Gil (2008), essa técnica de investigação é composta por um conjunto de questões que são colocadas para as pessoas com o propósito de se obter diversas informações. No caso do presente estudo, foram formuladas questões que seriam respondidas pelos participantes e essas respostas proporcionaram dados que contribuiriam para descrever as características da população pesquisada.

Neste trabalho, as perguntas do questionário (cf. Apêndice A) são fechadas e abertas. Dessa forma, é conferida à pessoa entrevistada uma maior liberdade ao responder as perguntas,

sem que seja desconsiderada a objetividade necessária para a realização de um estudo dessa natureza. Mesmo com o roteiro previamente estabelecido, durante as entrevistas, não se seguiu uma estrutura rígida de questionamentos. Isso porque de acordo com a condução da realização de cada entrevista e a partir da fala dos sujeitos, foram surgindo outras questões relevantes à pesquisa. As entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados ou em suas próprias hortas.

Durante a pesquisa de campo, também foi utilizada a técnica de observação simples. Essa técnica possibilitou a percepção de alguns dados, sem qualquer intermediação. Além disso, fotografias foram tiradas, a fim de auxiliar a técnica de observação simples e como forma de ilustrar as ideias do presente trabalho.

Ao proceder com a realização das perguntas, foi informado aos participantes que a participação era voluntária. Esse procedimento permitiu ao presente trabalho que realizasse uma análise de conteúdo. Para Oliveira (2008), vários tipos de análises podem ser realizados através da análise de conteúdo. Dentre as várias opções listadas por Oliveira (2008), esse estudo optou pela técnica de análise temática, também conhecida como análise categorial. Esse último foi o método escolhido para realizar a análise dos dados coletados através das entrevistas. Segundo Bardin (2011, p. 44), essa metodologia “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”.

A análise categorial divide-se nas seguintes etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material e codificação; e 3) tratamento dos resultados (inferência e interpretação) (OLIVEIRA, 2008).

Para Bardin (2011), a pré-análise é destinada à sistematização das ideias iniciais, objetivando à criação de um plano de análise. O processo de pré-análise deste trabalho teve início em 2018, a partir da elaboração do projeto de pesquisa e durante toda a fase de escrita, que permaneceu em constante fase de reconstrução. Durante essa etapa, foram definidos os objetivos, a formulação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as devidas assinaturas pelas partes cabíveis. Foram realizadas entrevistas na Secretaria Municipal de Agricultura, na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e com os praticantes da AUP. Essa etapa, para o presente trabalho, se concluiu com a transcrição das entrevistas.

Na segunda etapa, a exploração do material, é realizada a análise. Segundo Oliveira (2008, p. 572), nessa etapa “os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo



expresso no texto”. Após a transcrição das entrevistas e a definição do *corpus*<sup>3</sup> de análise, foram extraídas, a partir das categorias, as subcategorias de análise. Esse processo levou a pesquisa a três categorias. Cada uma dessas categorias, através do processo de análise, ofereceu um número diferente de subcategorias. Ambas, categorias e subcategorias, foram analisadas de maneira que se pudessem produzir implicações sobre o conteúdo. Também se levou em conta um modo de interpretação que fosse relacionado com os objetivos da pesquisa. Cada categoria desdobrou-se em subcategorias, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias e subcategorias

<b>Categorias</b>	<b>Origem e trajetória dos(as) agricultores urbanos</b>	<b>Segurança Alimentar e Nutricional</b>	<b>Soberania Alimentar</b>
<b>Subcategorias</b>	Motivos para praticar a AUP	Ampliação do acesso a alimentação e melhoria na renda	Autonomia no processo
	Conhecimentos empíricos	Qualidade dos alimentos e sustentabilidade	Destino do alimento
	Benefícios e desafios	Percepção do trabalho desenvolvido	

Fonte: Elaboração própria.

Nos quadros 2, 3 e 4, que se seguem, são apresentadas as definições das subcategorias acima listadas.

Quadro 2 – Definição das subcategorias acerca da origem e trajetória dos agricultores urbanos  
(continua)

<b>Origem e trajetória dos(as) agricultores urbanos</b>	<b>Definição</b>
Motivos para praticar a AUP	Os motivos que levaram os agricultores urbanos a praticarem a agricultura urbana no município de Varginha-MG.
Conhecimentos empíricos	O modo pelo qual os participantes buscaram os conhecimentos práticos e o gosto pela atividade exercida.

<sup>3</sup> O *corpus* “é qualquer material textual coletado” (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 735).

Quadro 2 – Definição das subcategorias acerca da origem e trajetória dos agricultores urbanos  
(conclusão)

<b>Origem e trajetória dos(as) agricultores urbanos</b>	<b>Definição</b>
Benefícios e desafios	Os benefícios e desafios dessa atividade.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3 – Definição das subcategorias estabelecidas para Segurança Alimentar e Nutricional

<b>Segurança Alimentar e Nutricional</b>	<b>Definição</b>
Ampliação do acesso a alimentação e melhoria na renda	Relativo ao acesso aos alimentos pela própria família, vizinhos e parentes (autoconsumo). Valores financeiros percebidos pela unidade familiar após o início na AUP.
Qualidade dos alimentos e sustentabilidade	Envolve o tipo de insumo utilizado, água, semente, compostagem, adubo, rotação de culturas etc.
Percepção do trabalho desenvolvido	O entrevistado percebe a importância do trabalho desenvolvido, seja ele em casa, na comunidade e/ou no município.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4 – Definição das subcategorias estabelecidas para Soberania Alimentar

<b>Soberania Alimentar</b>	<b>Definição</b>
Autonomia no processo	Capacidade de escolha acerca do que se planta, onde se adquirem as sementes e mudas.
Destino do alimento	O que é feito com o alimento produzido na horta.

Fonte: Elaboração própria.

O conteúdo das entrevistas foi distribuído entre as subcategorias de análise por meio das unidades de registro<sup>4</sup>, das quais serão extraídos trechos da fala dos participantes entrevistados. Portanto, as entrevistas são guiadas tanto por aspectos empíricos da produção agrícola urbana, aplicada ao caso de Varginha-MG, como também por princípios metodológicos mais gerais oriundos de autores mais experimentados.

Na terceira e última etapa, qual seja, do tratamento dos resultados, foram obtidas conclusões a partir do referencial teórico e dos dados coletados. O tratamento e a interpretação dos dados foram feitos a partir da interação e diálogo entre as instâncias teóricas e empíricas do trabalho, buscando alcançar os objetivos da pesquisa.

Estando o trabalho com esses elementos como base. Passou-se ao passo seguinte que seria identificar o ambiente de agricultura urbana e periurbana no município. As dimensões fundamentais desse processo se dão no ramo dos atores e do espaço geográfico no qual a prática é realizada.

No que se refere à identificação dos agricultores, é preciso sinalizar, desde já, que, por questão de sigilo, todos os trechos dos discursos dos entrevistados estão referenciados por codinomes. Para facilitar o encontro dos atores, foi realizado, inicialmente, o contato com órgãos relacionados à agricultura, como Secretaria Municipal de Agricultura e EMATER e uma visita ao Mercado do Produtor da cidade de Varginha-MG. Através dessas ações foi possível identificar os atores de interesse, e a partir de cada entrevista, os participantes indicaram outros produtores na cidade, conforme a metodologia “bola de neve” indicada anteriormente. Esse ponto de partida escolhido, ou seja, a busca pelos entrevistados a partir de locais que atendem pessoas que plantam e vendem seus produtos, proporcionou à pesquisa o perfil de uma agricultura urbana e periurbana mais voltada para o mercado. Porém, neste trabalho também os consideramos como agricultores urbanos e periurbanos, e entrevistamos também pessoas que praticam a atividade em quintais e com a ajuda da família, embora eles representem um número pequeno dos entrevistados.

O contato com os órgãos presentes no município, além de ajudar no encontro dos entrevistados, também proporcionou o levantamento de algumas informações a respeito de práticas da agricultura urbana que foram realizadas, anteriormente, no município. Por exemplo, segundo informações da Secretaria Municipal de Agricultura do município, no ano de 2003, teve início um projeto de hortas comunitárias em alguns bairros em situação de vulnerabilidade

---

<sup>4</sup>A “unidade de registro é a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerando unidades de base, visando a categorização e a contagem final” (BARDIN, 2011, p. 134).

social (SILVA, 2018). No projeto inicial, as hortas comunitárias foram construídas dentro ou próximas aos conselhos comunitários e a prefeitura fornecia água, suporte técnico e algumas mudas e insumos. Em contrapartida, a população do bairro deveria cuidar da horta e levar os alimentos produzidos para casa, ou seja, o projeto seria conduzido em uma ação conjunta de ambos (SILVA, 2018). Porém, o projeto durou poucos meses porque, segundo funcionário da secretaria, não teve uma boa receptividade por parte da população, que não apoiou o projeto e “não fez a sua parte”, que, de acordo com o secretário de agricultura, era se responsabilizar pelos cuidados com a horta<sup>5</sup> (SILVA, 2018).

Após alguns anos dessa iniciativa de hortas comunitárias, foi criada em 26 de dezembro de 2018 a lei nº 6.531/18 que institui no município de Varginha o programa de horta comunitária. Esse programa consiste na ocupação de áreas para o cultivo de hortaliças, frutas e outros alimentos, plantas medicinais, ornamentais e para a produção de mudas e tem como objetivos: 1) aproveitar mão-de-obra desempregada; 2) proporcionar terapia ocupacional; 3) aproveitar áreas devolutas; 4) melhorar o meio ambiente urbano mediante a utilização dos espaços urbanos ociosos; 5) aperfeiçoar o aproveitamento dos espaços urbanos; 6) gerar e complementar a renda; 7) melhorar a segurança alimentar e da saúde da população; 8) estimular educação agroecológica nas escolas; e 9) estimular ocupação para grupos da terceira idade. Segundo a lei nº 6.531/18, a regulamentação do programa fica a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura e o mesmo deverá ser realizado através de convênios com as entidades públicas ou pessoas físicas. Neste último caso, o convênio deverá ser feito mediante cadastro na própria secretaria<sup>6</sup> (VARGINHA, 2018).

Outra ação criada no município, com relação à agricultura urbana, foi um projeto de horta urbana nas escolas. Esse projeto foi coordenado pela EMATER, que fez parceria com uma escola do município para ensinar aos alunos e professores os cuidados com as hortas e incorporar algumas disciplinas com aulas práticas, como ciências e matemática (DUARTE, 2018). Os alimentos plantados eram consumidos pelos alunos e professores na própria escola<sup>7</sup>. De acordo com relatos do mesmo técnico da EMATER, o projeto não teve continuidade devido a algumas reclamações por parte dos pais de alunos. Estes disseram que as atividades na horta

---

<sup>5</sup> Informações obtidas através de entrevista com o servidor da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária do município de Varginha-MG, em 2018 (SILVA, 2018).

<sup>6</sup> Informações obtidas através de entrevista com o autor do projeto e presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Varginha-MG, em 2019. O projeto foi aprovado, mas ainda não se sabe como e quando vai funcionar (OTTONI FILHO, 2019).

<sup>7</sup> Informações obtidas através de entrevista com técnico da EMATER do município de Varginha-MG, realizada em 2018 (DUARTE, 2018).

estavam atrapalhando os estudos e ocupando o tempo das outras matérias da grade curricular. Após essas reclamações a instituição resolveu interromper o projeto (DUARTE, 2018).

Foi encontrada em 2019, na escola Municipal Professora Helena Reis (CAIC II), uma horta escolar. A iniciativa de implantação da horta ocorreu através de uma parceria de um ano entre a escola e o supermercado GF, que buscava locais para realizar trabalhos sociais (SOUZA, 2019). A construção da horta iniciou-se no ano de 2017, com o suporte da empresa, e também com o apoio da direção, dos professores e alunos das séries iniciais. A empresa parceira no projeto forneceu algumas mudas e suporte técnico para os trabalhos iniciais, já os professores e alunos se revezavam com os cuidados da horta (SOUZA, 2019).

Após o fim da parceria com a empresa, a escola optou pela continuidade do projeto e conta com a ajuda de professores, alunos e funcionários, tanto para o cuidado, quanto para mudas e insumos utilizados. Porém a instituição passa por algumas dificuldades em manter o projeto apenas por iniciativa própria, porque há falta de recursos financeiros para a compra de insumos e mudas. Os alimentos produzidos são consumidos pelos próprios alunos na escola. Era intenção da direção da escola, mesmo com as dificuldades vivenciadas, promover a ampliação da horta para que todas as turmas da instituição possam participar do projeto (SOUZA, 2019).

Um comentário a ser feito sobre a experiência desta escola, pode ser retirado do trabalho de Karanja e Njenga (2011), para quem as hortas escolares proporcionam aos alunos conhecimentos sobre cultivo, colheita, além de desenvolver aspectos como liderança, organização e responsabilidade social. As hortas podem também ajudar a complementar a merenda escolar, para os autores, e como observado no histórico da escola CAIC II, através da utilização dos alimentos produzidos nas próprias hortas.

Para sumarizar, portanto, as fontes utilizadas no trabalho, além das citadas entrevistas na EMATER, Secretaria Municipal de Agricultura e na escola municipal Professora Helena Reis (CAIC II), foram realizadas entrevistas com moradores da cidade que possuem hortas urbanas. Estes últimos, os elementos mais importantes dessa dissertação.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicia-se aqui a apresentação dos resultados e a exposição de uma discussão, com base nas entrevistas e nas categorias que foram anteriormente elaboradas. De início, para fins de contextualização, apresenta-se brevemente a formação histórica do município pesquisado e alguns indicadores urbanos e geográficos. Em seguida, são apresentados os resultados da pesquisa de campo com base nas categorias de análise.

### 4.1 PESQUISA DE CAMPO: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

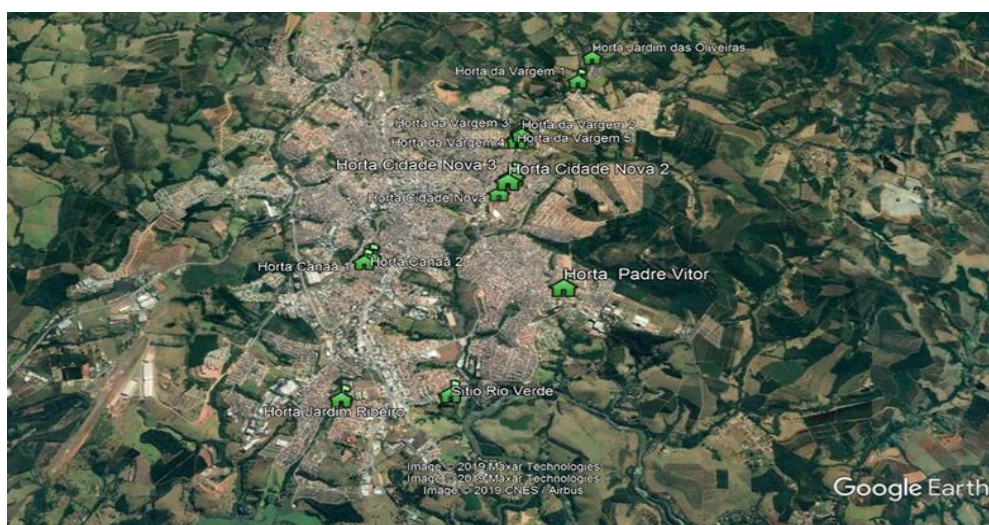
Neste subcapítulo serão expostos e discutidos os dados extraídos das entrevistas realizadas no município de Varginha-MG. Conforme mencionado anteriormente, as entrevistas foram analisadas através do método de análise categorial proposto por Bardin (2011).

#### 4.1.1 Perfil dos agricultores(as) urbanos de Varginha-MG

Com o objetivo de traçar o perfil dos entrevistados, a pesquisa de campo levantou dados referentes à idade, sexo, escolaridade, tamanho da área, tipos de alimentos, ocupação de trabalho e do local de plantação e tempo na atividade, tais dados serão expostos logo abaixo.

Para que se compreenda melhor a disposição das hortas no município, elaborou-se no mapa (Figura 1) do município, as demarcações dos pontos onde estão localizadas as práticas de agricultura urbana dos entrevistados.

Figura 1 – Mapa das localidades de entrevista



Fonte: Elaboração própria, a partir do software do Google Earth (2019).

De acordo com a Figura 1, os locais onde foram encontradas as práticas de AUP no município, são bem dispersos. Constatou-se também que cada uma das unidades são práticas individuais. Tratam-se de 18 entrevistados, dos quais 14 são homens e 4 são mulheres. A faixa etária dos entrevistados varia de 40 a 86 anos. Esses dados demonstram que os praticantes são adultos ou idosos. Com relação à escolaridade, 1 entrevistado não possui instrução formal, estando em condição de analfabetismo, 8 entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto, 6 o ensino fundamental completo, 1 o ensino médio completo, e 2 possuem ensino superior completo. De acordo com as entrevistas, a autoidentificação racial dos participantes foi variada: 8 se classificaram como pardos, 5 como pretos, 4 como brancos e 1 como amarelo.

Com relação à ocupação profissional das pessoas que se dedicam a AUP, é possível observar na Tabela 2 que, das 18 pessoas entrevistadas, constatou-se que: 12 são aposentadas, 5 possuem trabalho fixo e 1 entrevistado é aposentado, mas voltou a engajar-se em trabalho fixo para melhorar sua renda.

Tabela 2 – Distribuição das pessoas que praticam a agricultura urbana de acordo com a ocupação

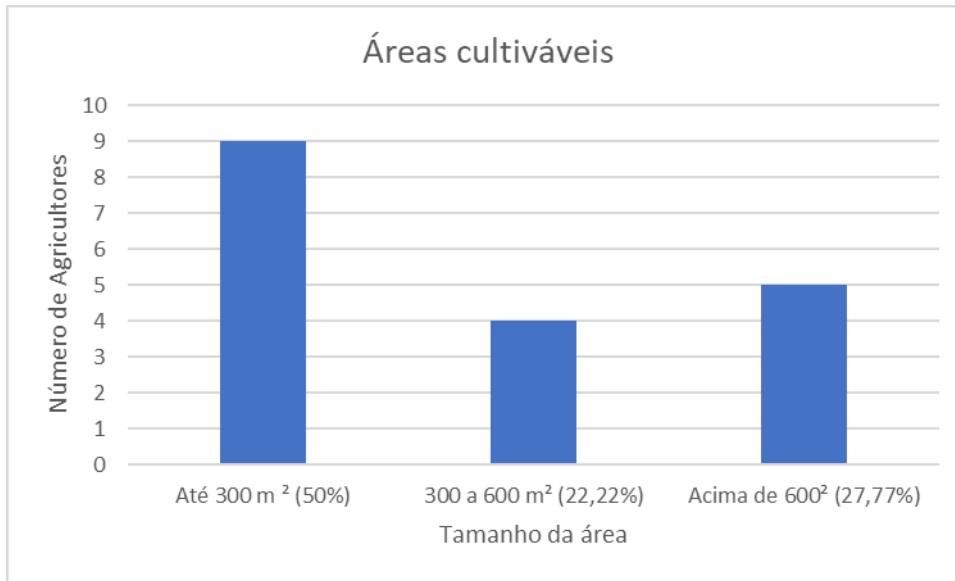
Ocupação	Agricultores
Aposentado	12
Trabalho fixo	5
Aposentado + trabalho fixo	1

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Os entrevistados que trabalham afirmaram que dedicam os seus horários livres durante a semana e aos finais de semana e feriados para os cuidados com a horta. Segundo a opinião dos mesmos, o fato de não se dedicarem exclusivamente ao plantio não causa prejuízos à prática da agricultura urbana e periurbana. Os dados mostram que a maioria dos agricultores urbanos de Varginha é aposentada e conseqüentemente em idade adulta, o que também foi observado em outros estudos (MONTEIRO; MONTEIRO, 2006; PESSOA *et al.*, 2006). Isso pode ser um indicativo tanto da importância da disponibilidade de tempo para atuar nas práticas, quanto da continuidade da tradição cultural, uma vez que todos os entrevistados têm origem rural.

Os entrevistados também foram perguntados a respeito do tamanho das áreas utilizadas para o cultivo e/ou disponíveis para plantio, mesmo que não estivessem sendo utilizadas no momento da entrevista. Esses dados foram compilados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Áreas cultiváveis

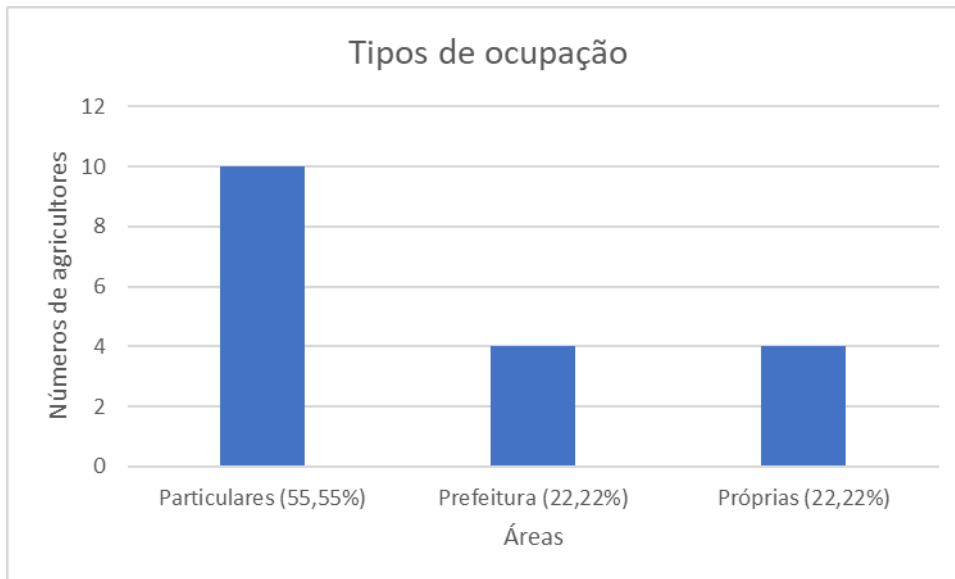


Fonte: Pesquisa de campo (2019).

A maior parte dos terrenos são de até 300m<sup>2</sup>, como mostra o Gráfico 1. Constatou-se também que as áreas de maior dimensão normalmente são aquelas que utilizam espaços públicos.

Abaixo, apresentamos o Gráfico 2, que se refere ao tipo de ocupação dos locais de plantio.

Gráfico 2 – Tipos de ocupação do terreno



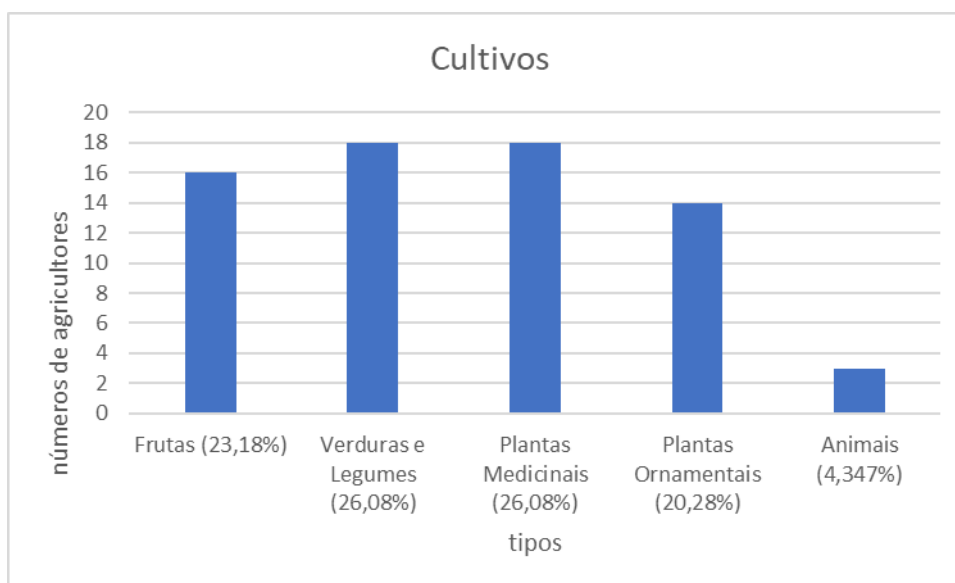
Fonte: Pesquisa de campo (2019).



A maioria dos locais (10 áreas de cultivo) são terrenos particulares que são emprestados para o cultivo. Portanto, não são de propriedade dos agricultores. 4 são locais próprios dos participantes (sendo 3 quintais) e 4 locais são emprestados pela prefeitura da cidade. Segundo os entrevistados, os locais escolhidos para a prática da agricultura urbana ficam próximos aos locais de residência, o que lhes facilita a manutenção dos esforços.

Com relação aos tipos de alimentos, o cultivo de plantas medicinais e as verduras e legumes são os itens mais presentes, como mostra o gráfico 3. A lista completa de alimentos produzidos, encontra-se no Apêndice C.

Gráfico 3 - Cultivos



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Além dos cultivos de frutas, verduras, plantas medicinais e ornamentais, foi encontrada também a criação de animais em três hortas no município. Porém, a criação de galináceos e suínos em áreas urbanas, mesmo sendo uma realidade comum a vários municípios brasileiros, é algo proibido por lei em alguns estados e municípios, inclusive no município de pesquisa desse trabalho. Conforme lei nº 2.962, de 23 de dezembro de 1997:

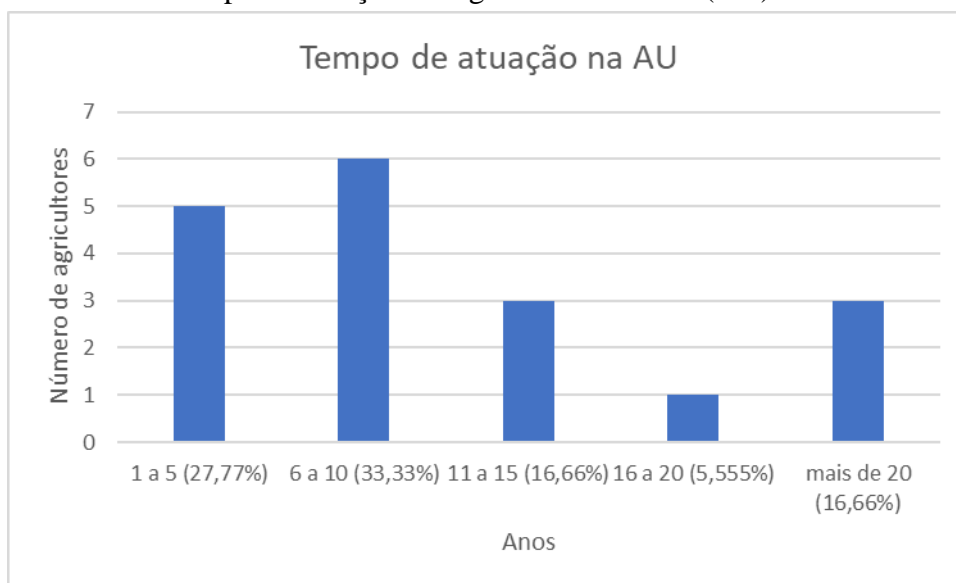
“Art. 20 fica proibida a instalação de chiqueiros, granjas e currais na área urbana, mesmo que dentro dos limites da propriedade particular, exceto os casos regulamentados pela Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o Código Sanitário e em suas regulamentações.” (VARGINHA, 1997).

A proibição ocorre devido ao potencial mau cheiro, barulho e doenças que esses animais podem trazer à população. Inclusive, esse fator foi determinante para que um entrevistado da amostra desse trabalho modificasse a natureza da sua produção, conforme será ilustrado adiante.

Sobre a criação desses animais, esses entrevistados disseram não saber sobre essa lei e utilizam os ovos e os animais para o consumo da família e para a venda.

Os entrevistados foram perguntados a respeito do tempo de prática da agricultura urbana no município como mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Tempo de atuação na Agricultura Urbana (AU)



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Nota-se que a maioria já produz entre 6 e 10 anos. Isso demonstra que essas pessoas buscam manter essa prática há alguns anos, e ocupam espaços próprios e cedidos, públicos e particulares, diversificando a ocupação da AUP no município.

#### 4.2 ORIGEM E TRAJETÓRIA DOS(AS) AGRICULTORES URBANOS

A agricultura urbana surge, em muitos casos, de forma espontânea, informal e por motivações diferentes, sendo praticada de forma individual ou coletiva. A partir dessa prática, os agricultores urbanos promovem intervenções nos espaços em que ocupam, sejam em espaços públicos ou privados, promovendo benefícios que muitas vezes não são pensados em serem alcançados e não são percebidos conscientemente nem por eles e nem pela sociedade. Dessa forma, a discussão acerca da origem e trajetória dos agricultores urbanos nos ajudam a dar visibilidade a essa prática. Como mostra o trabalho de Tulumello (2015), são pouco debatidas as oportunidades que surgem ao nível de apropriação espontânea dos espaços públicos. Além disso, a origem e trajetória dos agricultores mostra, de forma breve, o caminho percorrido pelos entrevistados a respeito da vida no campo e com a família. Também revela conhecimentos

utilizados na prática, os motivos que os fizeram iniciar na agricultura urbana e como ocorreu esse processo.

Diante disso, esta categoria foi trabalhada no intuito de apresentar, em primeiro lugar, os motivos que levaram os participantes a iniciar na agricultura urbana no município de Varginha-MG. Além disso, foram reunidas informações que continham elementos que faziam menção aos conhecimentos e gosto pela atividade e os benefícios e desafios da prática dessa atividade aos agricultores urbanos.

Dentro dessa categoria foram criadas 3 subcategorias: a) Motivos para praticar a AUP; b) Conhecimentos empíricos; e c) Benefícios e Desafios, que são explicadas nos próximos tópicos.

#### **4.2.1 Motivos para praticar a AUP**

Visando alcançar os objetivos da presente pesquisa, esta subcategoria visa apresentar os motivos que levaram os participantes a iniciar na agricultura urbana no município de Varginha-MG. Para melhor exposição das informações encontradas dentre os entrevistados, os motivos encontrados para a prática da agricultura urbana foram organizados em dois grupos: fatores externos (são exteriores ao ser individual, mas atuam sobre ele) e os fatores pessoais (estão relacionados às necessidades de cada indivíduo).

A partir dessa divisão, observou-se, na perspectiva dos fatores externos, que os levaram à prática da agricultura urbana, a ocorrência de dois fatos. O primeiro deles foi a expansão urbana, ocupando parte do território anteriormente agrícola. Esse acontecimento fez com que ocorressem mudanças na vida da família do entrevistado. Outra justificativa, dentre aquelas originadas por fatores externos, decorre da necessidade da transformação do espaço, principalmente pela infestação de pragas urbanas em terrenos baldios ou por ameaça de violência urbana porque os terrenos sujos ou com mato poderiam servir de abrigo para contraventores.

Os fatores pessoais, considerados aqueles inerentes à decisão própria do agricultor, também foram organizados em duas subdivisões para expressar melhor a diversidade desse item. Assim, a motivação por decisão pessoal pode ser percebida tanto quando os entrevistados alegam que a sua inserção na AUP se deu em função da geração trabalho e renda e como pelo seu interesse no acesso à uma alimentação mais diversificada. Esses fatores serão discutidos a seguir.

#### 4.2.1.1 Fatores externos

##### *4.2.1.1.1 A expansão urbana e a ocupação do território agrícola*

Como afirmado anteriormente, há várias contradições e nuances na distinção entre limites da área urbana e rural de cada município. Essas contradições ocorrem especialmente nas definições das áreas periurbanas, que são zonas de transição entre esses dois espaços e que mesclam atividades rurais e urbanas. Nos estudos de Vale e Gerardi (2006), os autores consideram a área periurbana como a periferia de uma aglomeração urbana, onde a expansão urbana influencia diretamente sobre as atividades econômicas e sociais e contribui para a criação de bairros mais distantes dos centros urbanos. Ao realizar a pesquisa de campo, constatamos a presença de práticas de agricultura urbana em territórios periurbanos e esses territórios foram incorporados pela expansão urbana. Essa expansão pode ser observada no caso do Sr. Romeu<sup>8</sup>, cuja moradia e área de plantio está localizada no bairro da Vargem, local onde se instalaram os primeiros povoados que deram origem ao município. O bairro da Vargem é um local de grande extensão de várzeas e fica às margens do Ribeirão Santana (VARGINHA, 2010). Esse bairro tem características predominantemente rurais, com áreas de mata, muitos terrenos delimitados sem muro ou outro tipo de alvenaria e sua área urbanizada localiza-se em um ponto relativamente distante dos demais bairros. Porém, essa distância tem diminuído ao longo dos últimos anos, devido ao processo de expansão urbana.

A residência do Sr. Romeu é limítrofe da área urbanizada. Em local muito próximo de sua casa, inicia-se o trecho sem pavimentação, que confere acesso à zona rural do município. Sua família sempre exerceu atividades ligadas à agricultura em outra cidade, até que a mesma migrou para Varginha, quando Sr. Romeu contava com 5 anos de idade. O entrevistado observou as transformações provocadas pela expansão da cidade sobre o campo e viu a necessidade de se adaptar às condições impostas pelo zoneamento urbano. Dentre os impactos percebidos, tiveram que mudar o tipo de produto produzido pela família, como demonstra o seguinte relato:

É tradição de família. Eu nasci em Piracicaba e vim pra cá com 5 anos com meus pais. A gente morou em várias casas até pode comprar aqui. A família sempre plantava verdura e legume. Toda vida foi isso. Nós tivemos também avicultura, aves e ovos aqui mesmo e a suinocultura. Aí parou um pouco com a verdura e ficou na avicultura e suinocultura. Ficamos uns 20 anos nisso aí. Aí depois a prefeitura embargou. Aí nós tivemos que parar e voltar para as verduras de novo (Sr. Romeu).

---

<sup>8</sup> Conforme descrito na metodologia, este trabalho atribuiu a cada um dos entrevistados pseudônimos para preservar suas identidades e para que os mesmos se sentissem mais seguros em colaborar com a pesquisa. Por se tratarem, portanto, de relatos colhidos em pesquisa de campo, a formatação para as citações relacionadas aos entrevistados será relacionada apenas a seu pseudônimo.

Segundo o entrevistado, a prefeitura permite que ele pague o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) ao invés do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o que é de seu interesse pois o ITR é mais barato. O mesmo relatou ainda que a prefeitura vai permitir essa troca enquanto houver práticas agrícolas no local. Caso o local não seja mais utilizado para essa finalidade, a prefeitura passará a cobrar o IPTU. De acordo com Camargo (2015), esse fato é ratificado por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que afirma que se houver uma destinação rural do imóvel, poderá incidir o ITR. Essa situação ajuda o entrevistado e o incentiva a continuar o plantio, pois ele afirmou ser dono de terreno de grandes dimensões, com aproximadamente 14.000 m<sup>2</sup>, e que não tem condições de pagar o IPTU caso ele pare de utilizar as terras para o plantio.

Ainda segundo Sr. Romeu, a família iniciou na agricultura há mais de 50 anos, quando os seus pais e irmãos trabalhavam juntos na plantação de frutas, verduras e legumes e intensa criação de galinhas (granja) e outros animais. Porém, com criação da lei municipal n° 2.962/1997, que em seu art. 20 que proíbe a instalação de granjas na área urbana (VARGINHA, 1997), e com a expansão urbana sobre o local ocupado por essa família, eles tiveram que adaptar-se a essa nova realidade. Segundo Waters-Bayer (1995), contudo, a criação de animais na cidade gera inúmeros benefícios, como: o uso mais eficiente da terra, a geração de empregos e insumos para os cultivos de alimentos. A dificuldade reside no ajuste fino, portanto, entre os riscos para a população com a presença de animais criados no espaço urbano, com os benefícios apontados por esse autor.

De acordo com o entrevistado, esses benefícios eram gerados através da granja e da criação de outros animais, principalmente em termos de geração renda, já que a granja era a principal fonte de ganhos da família. A granja também permitia que eles utilizassem insumos produzidos no plantio. Com o fechamento de sua granja ocorreu a ruptura nos laços de trabalho da família, já que os pais e irmãos trabalhavam todos juntos. A família voltou-se exclusivamente a produção de verdura e legumes, porém, somente ele e seus pais continuaram no plantio, tendo os irmãos optado por outras atividades. Atualmente, somente o Sr. Romeu permanece cultivando esse local com a ajuda das suas filhas e esposa. Percebe-se que a família do entrevistado, mesmo diante da ruptura não-intencional com o resto da família, e mudança no tipo de produto, busca continuar plantando verduras e legumes nesse espaço por tempo indeterminado. Esse fato condiz com as observações de Prain e Zeeuw (2009), os quais relatam a existência de famílias de agricultores que foram absorvidas pela expansão urbana e tiveram que se adaptar ao sistema de produção trazido pela proximidade com as áreas urbanas.

Portanto, mesmo que essa motivação tenha sido manifestada por apenas um entrevistado é importante destaca-lo, pois nesse caso, a motivação para a prática da agricultura urbana e periurbana se deu em função de alterações na lei do código de posturas do município e também pela expansão urbana. Diante da expansão urbana e da lei que proíbe a criação de animais, as atividades desenvolvidas pela família do Sr. Romeu foram sendo alteradas e incorporadas às novas regras de ordenamento urbano de forma involuntária. Segundo Vale e Gerardi (2006), o espaço periurbano é resultado de um tipo de crescimento urbano difuso, em que a expansão da cidade ocorreu de forma desordenada “engolindo” as áreas rurais mais próximas, fazendo com que a população urbana e suas atividades ocupassem os espaços agrícolas. Portanto, além de afetarem a atividade rural, essa expansão tem como resultado a segregação espacial, criando bairros mais distantes dos centros e tem como consequência a dificuldade do acesso as necessidades básicas por parte da população (VALE; GERARDI, 2006). Diante da dificuldade no acesso às necessidades básicas a população, algumas vezes, busca-se alternativas para o enfrentamento dessas questões. O próximo tópico apresenta algumas dessas alternativas de enfrentamento praticadas pela população.

#### *4.2.1.1.2 Transformação do espaço: a agricultura urbana e periurbana como solução de alguns problemas da periferia*

Outra motivação identificada nas entrevistas para a adesão à agricultura urbana e periurbana foi a respeito da adoção de práticas para solucionar problemas vivenciados pelos moradores das áreas periféricas do município. Estes moradores nem sempre recebem a atenção e os serviços públicos necessários em relação aos aspectos sanitários e de segurança pública, principalmente por se tratarem de regiões distantes dos centros urbanos e com condições de urbanização precária. Assim, os agricultores urbanos e periurbanos procuram ocupar os terrenos baldios como forma de conciliar uma solução que traz benefícios diversos a esses problemas vivenciados pela comunidade. Um dos casos desse tipo foi a adoção da AUP como um meio para manter a limpeza de terrenos e eliminar o surgimento de pragas urbanas. Foi esse o principal motivo apontado pelo Sr. Elias, como sendo o fator que o fez iniciar na agricultura urbana e periurbana, como pode ser observado no seguinte relato:

Aquí eu comecei porque estava dando muito animal peçonhento, rato, cobra, e eu tenho um neto que anda por aqui. Tem também um monte de criança daqui de perto e estava perigoso, e eu moro perto daqui, ia tudo pra casa (Sr. Elias).

Nesse caso, para Sr. Elias, a agricultura urbana e periurbana colaborou para a limpeza do terreno próximo a sua casa e para a diminuição da proliferação de vetores de enfermidades. Além do Sr. Elias, outros entrevistados também apontaram esse motivo como um fator secundário para praticar a agricultura urbana, principalmente em terrenos próximos às residências dos entrevistados, como mostra o Sr. Caio:

Antes aqui tinha muito mato, bicho, lixo e os maconheiros viviam aqui fazendo baderna, depois que eu vim pra cá plantar, ajudou muito, eles sumiram tudo e conserva limpo (Sr. Caio).

Para Sr. Caio a prática da agricultura urbana e periurbana foi estimulada por conta do mato, animais e pessoas que estavam utilizando o terreno próximo a sua casa de forma indevida. A partir da limpeza e plantio, esses problemas foram solucionados.

Assim como Sr. Caio, a Sra. Rita também encontrou motivação nos problemas urbanos para iniciar na AUP:

Aí tem esse terreno aqui que é meu, estava parado aí e resolvi plantar umas coisas, mas era mais pra não ficar sem nada, pra não dar bicho, mato alto (Sra. Rita).

Sra. Rita acabou deixando o seu terreno na área urbana vazio, porém, com o ‘abandono’ desse terreno, percebeu o crescimento de mato e o aparecimento pragas urbanas. A partir desse fato, resolveu plantar verduras e legumes para manter o local limpo.

Outro relato que reforça a adoção da agricultura urbana para soluções de problemas urbanos é ausência do poder público na limpeza urbana. Segundo Sr. Elias, ele havia solicitado a limpeza desse terreno junto à prefeitura por diversas vezes, porém o problema não era solucionado. Diante desse episódio, tomou a iniciativa de tentar resolver esse transtorno através da limpeza do terreno e do plantio de alimentos, flores e árvores no local. O entrevistado disse ainda que através dessa iniciativa, ele pode aliar o prazer pela agricultura e a resolução do problema que atingia os moradores do bairro.

Essa realização, segundo Sr. Elias, fez com que outros moradores também participassem da atividade, o que contribuiu com a conscientização de outros moradores da rua, que passaram a ajudar no cultivo e nos cuidados com as plantas e a frequentar o local a partir dessas ações. No caso desse entrevistado, ele encontrou na agricultura urbana e periurbana uma forma de solucionar um problema coletivo e de saúde pública, criando como subproduto um espaço coletivo para os moradores do bairro.

#### 4.2.1.2 Fatores internos

#### 4.2.1.2.1 *A agricultura urbana como geradora de trabalho e renda*

Além das motivações que foram determinadas por situações externas aos agricultores urbanos, há aqueles que aderiram à agricultura urbana e periurbana por motivações de ordem pessoal. Assim, alguns entrevistados apontaram como motivação a oportunidade de geração de trabalho e renda. Pode ser percebida a combinação de vários elementos para esse fato. Alguns praticantes por terem algum tipo de experiência anterior com agricultura e, com a intenção de aproveitar esse conhecimento, decidiram por iniciar na agricultura urbana. Outros, ainda, percebendo disporem de um tempo disponível, encontraram na agricultura urbana uma oportunidade para o desenvolvimento de trabalho e renda.

Um exemplo desses provém do Sr. Luiz que aponta a agricultura urbana como forma de trabalho e renda. Em seu relato, o praticante afirma que:

Aí mudei pra cá e fui trabalhar na empresa, tudo certinho. Não gostei, ganhava pouco e o serviço era puxado. Aí pensei, porque que eu não largo desse negócio e planto mais. Porque aqui já tinha uma horta pequena, eu plantava e consumia, só eu mesmo. Às vezes dava pros vizinhos, principalmente os doentes. Aqui é meu mesmo, tem um espaço bom, né. Daí comecei de pouco e agora está cheio (Sr. Luiz).

Como mencionado acima, o entrevistado não conseguiu se adaptar ao trabalho na cidade e optou por ampliar a horta que já havia no próprio quintal. Como já cuidava da horta e plantava para o próprio consumo, ele expandiu sua horta, e continuou doando os alimentos, principalmente, para as pessoas doentes. Devido à sua experiência profissional em outro ramo não lhe ter parecido compensatória, passou a vender os alimentos no próprio bairro, para vizinhos e amigos e assim auferir renda. Esse relato mostra a sensibilidade do entrevistado em enxergar na agricultura urbana e periurbana uma possibilidade de trabalho e renda diante da sua insatisfação no trabalho anterior. Com essa mudança, ele pode aliar o prazer pela atividade, auferir renda e ainda doar alimentos através de uma prática que ele já exercia no próprio quintal. Em sua essência, o trabalho na horta parece ser um caminho possível, mesmo que com certos limites, para criar um ambiente de liberdade, autonomia e criatividade.

O Sr. Daniel também aponta o trabalho e renda como motivo para iniciar na agricultura urbana e periurbana, como mostra o seguinte relato:

Eu sempre mexi com roça, lavoura, né. Vivi na roça e trabalhei na roça. Queria ganhar dinheiro com a minha plantação, porque já trabalhei muito na roça dos outros. Aí eu comecei. Tudo que eu ganho é daqui (Sr. Daniel).

Sr. Daniel já tinha experiências em lavouras e trabalhos na roça e ao mudar para a cidade. Após ter trabalhado em vários locais, foi contratado para ajudar nos cuidados de uma horta urbana particular e, após cinco anos trabalhando nesse local, ele viu uma oportunidade de



umentar a renda e ganhar autonomia produzindo em sua própria horta. A partir dessa vontade, ele buscou um local para que pudesse utilizar e após o contato com a prefeitura, conseguiu que a prefeitura lhe fornecesse um terreno e o acesso à água para iniciar a própria horta.

Além de ser uma oportunidade de trabalho principal e/ou exclusiva, a agricultura urbana e periurbana também tem sido praticada por pessoas após a aposentadoria, como atividade de renda extra. Esse é o caso do Sr. Jorge, que mesmo aposentado, preferiu continuar trabalhando, agora por sua conta, como mostra o seguinte relato:

Depois de trabalhar para outras empresas e com a aposentadoria, eu quis começar a trabalhar por conta própria e plantar do meu jeito, porque eu não queria ficar parado não. Aí eu tô aqui (Sr. Jorge).

De acordo com Sr. Jorge, ele encontrou na agricultura urbana e periurbana uma forma de continuar trabalhando, porém por conta própria, tendo mais autonomia e mantendo-se ativo.

Além do produto, a renda gerada pela agricultura urbana e periurbana ajuda no alcance de outras necessidades básicas. A renda e os alimentos produzidos pelos agricultores urbanos os ajudam a garantir a segurança alimentar. Para Vianna e Segall Corrêa (2008), um dos principais motivos relacionados à insegurança alimentar é a falta de recursos para aquisição de alimentos. Assim, através da prática da agricultura, os agricultores conseguem alimentos e renda para satisfazer, pelo menos parte, de suas necessidades.

Outros exemplos mostram como a agricultura urbana e periurbana oferece oportunidades de trabalho e renda a população. Um exemplo é o caso do Projeto Barriga Cheia da cidade de Guapé-MG, que oferece oportunidade de emprego em horta comunitária, com jornadas de trabalho de três dias por semana, sendo que o trabalho é trocado por alimentos da própria horta. O projeto teve início com a parceria entre a prefeitura municipal e a associação dos agricultores familiares, devido aos problemas ocasionados pelo acúmulo de lixo na cidade. A população pode trocar os materiais recicláveis por alimentos produzidos na horta comunitária. Além disso, parte desses alimentos é entregue nas escolas, creches e no restaurante popular da cidade. Este projeto valoriza a produção local, gera trabalho, renda, contribui para o meio ambiente e para a alimentação da população (TV GUAPÉ, 2012).

Além da renda e trabalho, como mostrou esse tópico, a agricultura urbana e periurbana pode ter como motivação a manutenção da cultura alimentar e ser motivada lazer, como pode-se ver a seguir.

#### *4.2.1.2.2 Agricultura urbana como forma de manutenção da cultura alimentar e lazer*

Com a migração da população das áreas rurais para as áreas urbanas, ocorreram algumas modificações, principalmente com relação a alimentação e os costumes, trazidos pelas pessoas. Mesmo diante de um novo local, os migrantes, ou pelo menos os que foram entrevistados, buscam manter seus hábitos, ou parte deles, através do plantio de alimentos. Segundo Montanari, “assim como a língua falada, o sistema alimentar contém e transporta a cultura de quem a pratica, é depositário das tradições e da identidade de um grupo” (MONTANARI, p. 183, 2009). Assim, alguns agricultores relataram como estímulo para a prática da agricultura urbana, a produção de frutas, verduras e legumes, como manutenção dos costumes e hábitos frequentes a vida no campo e para o lazer. Dessa forma, por exemplo, para o Sr. Augusto, mesmo diante de um novo local de moradia, ele mantém o costume de plantar, pelo menos em parte, seu próprio alimento:

Toda vida nós mexemos com plantas. Na roça era isso que nós fazíamos. Aí, depois que veio pra cidade continua isso daí, pra passar o tempo e pra comer também (Sr. Augusto).

Este relato mostra que a agricultura esteve presente na vida da família do entrevistado, e mesmo com a vinda para a cidade, ele continua cultivando, principalmente para a alimentação e lazer.

Sr. Thiago, cuja origem de sua família também é rural, também afirma que busca manter o plantio pelo prazer que encontra na atividade e pela alimentação. Para ele, o conhecimento sobre a agricultura foi passado pela família. O entrevistado aproveitou um terreno próximo ao local de moradia. Assim, conciliou a preservação desse conhecimento com o abastecimento de alimentos para a família, consumindo alimentos que fazem parte da sua cultura alimentar.

A gente veio para cá porque eu gosto de cuidar dessas coisas, da horta de planta, para comer os alimentos daqui e minha mulher também. Ela foi criada na roça, aí eu vi esse terreno (Sr. Thiago).

Esse mesmo enredo podemos observar na trajetória do Sr. Miguel, que mesmo não tendo quintal em casa, pediu à prefeitura para utilizar um terreno próximo ao seu local de moradia:

Eu sou de Lambari, fui criado na roça com meus pais. Sempre tive contato com horta, com planta. Mudei pra Varginha e construí minha casa e lá não tem horta nem nada. Aí eu vi esse terreno aqui e pedi pra prefeitura me deixar plantar as coisas aqui. (Sr. Miguel).

Sr. Miguel sempre teve contato com plantações e com a vinda para uma cidade maior e por não ter espaço em casa, queria manter esse hábito. Assim, conseguiu, através da prefeitura do município, uma autorização para praticar a agricultura urbana e periurbana em um terreno público próximo à sua casa. Observa-se, diante desse relato, que o agricultor busca manter seus hábitos mesmo diante de um novo local de moradia, lugar esse que se mostra diferente do que ele estava habituado. Com a mudança da área rural para a área urbana, ele buscou apoio do

poder público para praticar a agricultura urbana e periurbana em um terreno que fica próximo à sua casa.

Além da alimentação, e como forma de manter esse costume, a agricultura urbana e periurbana também foi citada como forma de aliviar o estresse e como lazer. De acordo com o trabalho de Pires (2016), o envolvimento com a agricultura urbana contribui para aliviar o estresse da vida corrida do dia a dia e melhorar a qualidade de vida dos praticantes. Alguns desses benefícios foram citados pelos entrevistados, que disseram se sentirem bem ao praticar a agricultura, principalmente após a aposentadoria, como mostra o seguinte relato:

Aqui não tem nada ruim, nada difícil, porque ajuda a distrair. Quando você tá capinando, você não pensa em nada. Se ficar parado o corpo morre, eu não gosto de ficar assistindo televisão (Sr. Elias).

Segundo o Sr. Elias, o objetivo secundário para a prática da agricultura é o lazer, pois segundo o seu relato, alguns de seus amigos que passaram a ficar mais em casa após a aposentadoria tiveram sérios problemas de saúde, por ficarem mais inativos. Para Sr. Elias, a agricultura urbana e periurbana fez com que ele conseguisse se distrair e se manter em movimento.

A agricultura urbana e periurbana pode ser utilizada como lazer tanto para agricultor aposentado, como para o agricultor que trabalha em outras atividades. Isso é o que mostra o relato do Sr. Ricardo:

Ajuda muito na alimentação, mas é mais para lazer e porque eu gosto muito (Sr. Ricardo).

Para Sr. Ricardo, a AUP ajuda na alimentação, mas a motivação em praticá-la, primeiramente, foi por lazer, pois ele trabalha em um ambiente fechado, no qual permanece sentado o tempo todo. O entrevistado busca na agricultura uma atividade para o corpo e mente.

Percebe-se através dos relatos dos agricultores entrevistados que a agricultura urbana, em alguns casos, foi motivada pelo lazer e como forma de manter a cultura alimentar, através da plantação e consumo de alimentos típicos da vida com a família nas áreas rurais. Utilizando os conhecimentos passados pelas famílias, esses hábitos permanecem, mesmo diante de um novo ambiente e das mudanças frequentes na alimentação promovidas pela indústria.

Os relatos mostram que cada agricultor urbano e periurbano foi sensibilizado por algum motivo para a prática dessa atividade, não existindo um motivo ideal e único. Essas motivações foram essenciais para que os agricultores iniciassem na agricultura urbana, mas além das motivações, os conhecimentos empíricos também são elementos importantes para o início da prática, como mostra o tópico a seguir.

#### 4.2.2 Conhecimentos e saberes tradicionais para a prática da AUP

Nessa subcategoria, os entrevistados foram perguntados a respeito das origens e trajetórias percorridas por eles. Buscou-se conhecer os saberes utilizados na agricultura urbana e periurbana, como e onde eles os obtiveram. O resultado da análise dessa subcategoria contribui para a valorização e manutenção dos saberes tradicionais trazidos pelos agricultores urbanos e periurbanos, através da promoção da visibilidade das práticas e dos cultivos oriundos desses conhecimentos, que podem ser mais variados e saudáveis. Além disso, a preservação dos conhecimentos tradicionais reforça ações para a garantia da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar, através da melhoria na qualidade dos alimentos e na autonomia nas práticas de agricultura urbana e periurbana. Isso porque, em muitos casos, a prática é utilizada, segundo estudo de Ricarte-Covarrubias *et al.* (2011), como uma estratégia de sobrevivência nas cidades.

Segundo Diegues (1994), o conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer a respeito do mundo natural, gerados em sociedades não urbanas/industriais, como por exemplo: agricultores, quilombolas, pescadores, indígenas entre outros. Os saberes tradicionais podem ser expressos em: influência da lua nas atividades agrícolas, da pesca, comportamento animal, relações de planta e solo etc. Esses conhecimentos são transmitidos de geração em geração, podendo passar por transformações ao longo dos anos (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Esses conhecimentos diferem dos científicos, pois não correspondem as teorias construídas, como é o caso daqueles provenientes da ciência, de modo a serem aplicáveis de maneira geral. Porém, são formas de conhecimento guiados por critérios de validade locais, podendo sofrer variações regionais e culturais, e fortemente vinculadas aos contextos nos quais foram produzidas (BANDEIRA, 2001). Dessa forma, os conhecimentos trazidos pelos agricultores urbanos e periurbanos contribuem para a preservação do conhecimento tradicional e permitem que os mesmos produzam os alimentos com base na soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional. As falas a seguir demonstram como a origem e trajetória dos agricultores contribuiu para o início da prática, assim como os conhecimentos obtidos através do convívio com a família.

Segundo a Sra. Laura, os conhecimentos foram passados através do convívio com pais:

Eu fui criada na roça, lá nos terrenos dos meus pais. Fui criada sempre plantando, desde criança. O que eu sei é deles (Sra. Laura).

Sr. Matheus também teve origem rural e aprendeu diversas tarefas com a família:

Toda vida eu trabalhei em lavoura de café, com a família. Mexia com gado, só na roça mesmo. Tirava leite e eu sei fazer uma porção de coisas. A horta toda vida eu mexi também, tinha um canteirinho, nada muito grande, só para comer mesmo. Tinha que ter uma hortinha, consumo de casa mesmo. Daí fui aprendendo, é fácil. Eu parava e começava de novo (Sr. Matheus).

Assim como Sr. Ricardo:

Nasci em Cordislândia, na roça, fui criado lá. Aprendi com meus pais na roça, ajudava eles no plantio, tinha vaca também. Meus pais só trabalham com isso. Eu trabalho de pedreiro, aqui eu venho quando eu não tô trabalhando. Eu venho aqui quando eu tenho uma horinha, e é perto de casa e fica mais fácil vir pra cá. Passo o tempo aqui. Qualquer tempinho que sobra, eu tô aqui (Sr. Ricardo).

A partir dos relatos, observa-se que a vivência com a família trouxe os conhecimentos que os agricultores utilizam na agricultura. Segundo Oliveira, Alves e Paula (2018), os saberes tradicionais e contemporâneos se entrecruzam e são reinventados no contexto da urbanização, que é marcada pela limitação do espaço físico, que acaba por fazer surgir formas criativas de plantar. Além dos conhecimentos obtidos com a família e com os anos de prática, Sr. Daniel contou que participou de um curso sobre esse assunto oferecido pela EMATER, como mostra o relato abaixo:

Eu fiz o curso de horta que a Emater deu e chamou todos que planta hortaliça para fazer o curso. Eu fiz em 2013. Antes eu já plantava e trabalhava com horta (Sr. Daniel).

Para Sr. Daniel, esse curso agregou conhecimento mais técnico para a prática da agricultura urbana e periurbana, mas relatou que utiliza também os conhecimentos trazidos do convívio com a família:

Mas eu aprendi primeiro com a família também, do tempo da roça, porque eu sou de lá. Comecei assim e depois fui vindo, até parar aqui (Sr. Daniel).

Um dos entrevistados possui curso superior em zootecnia e relatou que utiliza os conhecimentos da sua profissão para a prática da agricultura urbana e periurbana, como mostra o seu relato:

Sou formado em Zootecnia, morador da cidade de Varginha e sempre trabalhei em cargos que possuíam relações com atividades rurais. Eu visitava as fazendas dos vendedores de leite. Sempre trabalhei nessa parte da roça. Aprendi o cultivo dessa minha vivência e dos meus pais. Eles sempre trabalharam na roça e peguei o gosto também (Sr. Jorge).

Segundo Sr. Jorge, foi a partir do convívio com a família e dos anos de trabalho nessa profissão que o fizeram gostar de plantar. Dessa forma, ao se aposentar, buscou um local em que ele pudesse colocar esse aprendizado em prática e a vontade de trabalhar com o cultivo de alimentos.

Para além dos conhecimentos obtidos pelos pais, a Sra. Marta relatou buscar conhecimento sobre outros tipos de alimentos e plantas não convencionais, como por exemplo as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC's), como mostra o seu relato:

Eu venho de uma família que gosta dessas coisas. Meu pai era lavrador, então eu cresci no meio de plantas. Tinha mandioca, café, frutas. Fui criada com muito chá. Até hoje eu gosto e tomo bastante. Eu sei da importância da natureza, da preservação, gosto das PANC's. Tá no meu sangue isso daí. Eu pego muda dos vizinhos, eu compro na feira, e vou plantando onde tiver espaço. É tudo uma beleza que poucos conhecem. Hoje eu busco passar isso pros meus sobrinhos, pro meu neto. Eles adoram ir ao terreno comigo. A urtiga, muita gente acha que é mato, mas não é. Você pode usar de várias formas, assim como o caruru que também maravilhoso. Eu sou muito da PANC, tem o dedinho, trevinho, é ótimo, tem magnésio, sais minerais. As crianças já estão aprendendo desde cedo o valor de conservar, de preservar isso. Se encontra um bichinho já me chama e fica todo contente (Sra. Marta).

Segundo Sra. Marta, o gosto e os conhecimentos sobre a agricultura vêm do convívio com a família e ela busca passar esses conhecimentos para os sobrinhos e o neto. Além disso, busca cultivar em todos os espaços disponíveis em casa e no terreno, principalmente as plantas alimentícias não convencionais e outras plantas que não são tão consumidas e/ou conhecidas. A entrevistada busca também passar os conhecimentos sobre as propriedades terapêuticas e nutricionais desses cultivos. Onde a Sra. Marta enxerga alimentos com diversas propriedades terapêuticas e nutricionais, muitas pessoas podem enxergar essas plantas, que em muitos casos, nascem sozinhas, sendo nativas ou espontâneas, como plantas daninhas, ou como mato. Para Oliveira, Alves e Paula (2018), esse fato ocorre devido ao desconhecimento de grande parcela da população sobre essas plantas, por não se tratar de uma cultura lucrativa ou interessante ao atual sistema dominante de produção agrícola ou pela baixa repercussão na cadeia comercial. Segundo Mougeot (2000), no Brasil há uma grande diversidade de PANC's utilizadas para consumo alimentar. Complementando essa discussão, Tuler, Peixoto e Silva (2019) relatam que na busca pela ampliação das fontes de nutrientes disponíveis à população e à promoção da segurança e soberania alimentar, tem sido dada maior atenção a necessidade de variação das espécies vegetais consumidas. Assim, para as autoras, as plantas alimentícias não convencionais são consideradas essenciais para a consolidação das práticas alimentares que possibilitam a segurança e soberania alimentar.

Observa-se desses relatos que o gosto e os conhecimentos a respeito do cultivo e alimentos foram passados pelos pais, através da convivência e do trabalho diário na área rural. Os agricultores buscam passar os conhecimentos e o gosto pela agricultura para os familiares, como forma de manter essa atividade na família, já que os conhecimentos compartilhados fazem parte da cultura desses agricultores e encontram-se relacionados com a sua história de vida. Além disso, buscam diversificar os cultivos e ter mais autonomia, através de plantas que não são muito consumidas, como as PANC's. Estas são, em muitos casos, desconhecidas por parte da população.

Portanto, os entrevistados adquiriram os conhecimentos com os pais e trabalhando com a família, sendo esses conhecimentos passados por várias gerações e utilizados nas práticas da agricultura. Alguns agricultores, como por exemplo Sr. Luiz e o Sr. Samuel, relataram também ter trabalhado com outros tipos de plantio na roça, como café e milho e com animais e tiveram que se adaptar e experimentar novos cultivos nas hortas. Eles trouxeram os conhecimentos e práticas agrícolas quando trabalhavam e moravam com a família em áreas rurais e com a mudança para a área urbana, tiveram que fazer algumas adaptações. Por exemplo, foram forçados a deixar a criação de animais, tiveram que plantar alimentos em um espaço menor em relação ao que era ocupado quando moravam na área rural e plantar de acordo com a disponibilidade de água. A agricultura urbana e periurbana valoriza e permite que o praticante utilize os conhecimentos obtidos nos mais diversos locais, sem exigir um conhecimento mais técnico, muito embora esses conhecimentos sejam importantes para as práticas.

Através dos relatos dos agricultores verificou-se que a origem dos entrevistados contribuiu para a obtenção dos conhecimentos tradicionais, todos os entrevistados são de origem rural. Suas práticas são passadas pelos pais, avós, sendo parte de tradição familiar. Em particular, essas atividades são iniciadas desde idade muito tenra. Essas experiências são adquiridas na prática, realizadas em conjunto com a família, como mostra o seguinte relato:

Eu comecei com 6 anos a plantar, trabalho desde 6 anos. É tradição de família. Eu nasci em Piracicaba e vim pra cá com 5 anos com meus pais. A família sempre plantava, verdura e legume, toda vida foi isso (Sr. Romeu).

Para Sr. Romeu, a agricultura é uma tradição de família e mesmo com a mudança de Estado, a sua família se manteve na prática da agricultura, que se converteu de rural a urbana e periurbana à medida em que a cidade avançou sobre as áreas menos centralizadas do município. Assim como com os demais entrevistados o saber fazer da agricultura não foi perdido. A origem rural dos entrevistados nos mostra que esse fato pode estar relacionado com a migração rural-urbano ocorrida com mais intensidade a partir da industrialização da agricultura. Segundo Oliveira, Alves e Paula (2018), muitos migrantes rurais se depararam com um planejamento urbano excludente, sendo obrigadas a habitarem periferias e demais áreas desamparadas de serviços urbanos. Seus direitos humanos básicos não eram assegurados e tinham que enfrentar vários problemas como habitação precária, falta de segurança e dificuldade no acesso a uma alimentação que atendesse às suas necessidades (OLIVEIRA; ALVES; PAULA, 2018) Segundo Santos (1999), a agricultura urbana e periurbana, permite que o migrante refaça e repense seu ideal de futuro a partir do momento em que ele entende melhor a sua realidade no qual se vê inserido. Estas pessoas, embora vivenciem ambiente avesso à realidade na qual culturalmente se desenvolveram, buscam manter na memória o que significa cultivar a terra e

dela produzir alimentos. Igualmente, buscam se adaptar os locais para a prática da agricultura urbana e periurbana, incorporando os saberes tradicionais ao contexto urbano. Para Almada e Souza (2017), as experiências da agricultura urbana e periurbana são amostras representativas de experimentação, trocas e processos coevolutivos, constituídos de espécies de plantas e animais nativos e trazidos das mais diversas partes do mundo durante o processo de migração e colonização.

### 4.2.3 Benefícios e desafios

Esta subcategoria abrange os benefícios (aos agricultores e a comunidade) e desafios identificados pelos agricultores urbanos. Perceber as contribuições e problemas enfrentados pelos agricultores urbanos e periurbanos, contribui para que as ações possam ser tomadas para tentar solucionar esses problemas e inspirar projetos e ações para ampliar a prática na cidade.

#### 4.2.3.1 Benefícios identificados pelos praticantes de agricultura urbana em Varginha-MG

A agricultura urbana é uma prática que, em muitos casos, é desenvolvida de forma espontânea, gerando de forma direta e/ou indireta benefícios, como por exemplo a limpeza de áreas públicas e particulares, e melhoria na qualidade de ar. Tal prática também apresenta desafios aos praticantes e à comunidade em seu entorno, como, por exemplo, dificuldade no acesso à água. Assim, os agricultores urbanos foram questionados a respeito dos principais benefícios e desafios que essa prática tem gerado para eles. Para apresentar esses resultados, foram construídas duas tabelas de benefícios (aos agricultores e à comunidade) e uma tabela com os desafios apontados por eles.

A Tabela 3 mostra os benefícios para os praticantes de agricultura urbana

Tabela 3 – Benefícios para os praticantes de AU.

<b>Benefícios para os praticantes</b>	<b>Agricultores</b>
Lazer/terapia	18
Melhoria na alimentação	13
Renda	9
Economia	4

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

#### 4.2.3.1.1 Lazer/terapia



Os benefícios relacionados com lazer/terapia foram os que tiveram maior referência na pesquisa de campo, dentro dessa categoria. Embora sejam termos bastante difusos, a compreensão desses dois itens pelos participantes pode ser expressa pelas falas e pelo comprometimento afetivo dos entrevistados com a prática da agricultura. Até porque eles estão nessa atividade de forma voluntária, como mostram os seguintes relatos:

Quando eu estou mexendo com as plantas, eu até esqueço de comer, esqueço de tudo. Me distraí aqui. É uma maravilha (Sra. Marta).

Para Sra. Marta essa atividade é tão prazerosa que ela se esquece de outras atividades durante a prática, se sentindo realizada e conectada com as plantas e com os alimentos cultivados. Já para o Sr. Caio, a agricultura urbana e periurbana também proporciona esse benefício, como mostra o seguinte relato:

A minha vida é mexer com plantação, ajuda a distrair, é terapia (Sr. Caio).

As reflexões a partir dessas falas, nos remetem a pensar que a agricultura urbana e periurbana contribui para a melhoria na saúde física e mental, sendo utilizada como uma atividade terapêutica, possibilitando uma movimentação do corpo e mente, interação social, contribui para a criatividade e lazer. Cabe ressaltar que não se está atribuindo a cura de doenças à prática da agricultura, mas sim, indica-se que essa prática pode ser um instrumento, dentro de um amplo aspecto de possibilidades, de melhorias na qualidade de vida dos praticantes.

O Sr. Gabriel, também aponta esses benefícios na prática da agricultura urbana e periurbana:

Eu gosto muito desse lugar, é um lazer, uma terapia. Eu gosto mesmo, ajuda na casa, na alimentação, economiza e conserva o terreno limpo, sem pessoas estranhas. Os vizinhos também ajudam e gostam também, traz as plantas e flores pra plantar aqui também (Sr. Gabriel).

Sr. Gabriel utiliza a prática como terapia e lazer, além de produzir alimentos e flores, a prática o ajuda na economia ao fazer com que ele compre menos alimentos, a manter o terreno limpo e sem pessoas estranhas ao local. Além disso, o entrevistado avalia a prática como benéfica para ele e para os vizinhos.

Esses relatos mostram a satisfação pessoal dos entrevistados em praticar a agricultura urbana e periurbana e o reconhecimento dos benefícios gerados pela prática. Esses apontamentos reforçam os valores encontrados no estudo de Giacché, Nagib e Porto (2015), que mostra que agricultura urbana vai muito além do plantar e cuidar de um espaço, sendo uma terapia e uma conexão com a natureza. Além disso, para os autores há o aspecto do aprendizado coletivo sobre as funções e os usos do espaço público, onde pode ocorrer trocas de experiências entre moradores da vizinhança, como mostra o seguinte relato:

Aqui é uma área boa de ficar né? Fresquinho, venta bem. Fiz uns bancos pra poder ficar mais aqui. O pessoal me deu concreto e eu fiz esses bancos. Aí eu vou ajeitando aos poucos. Aqui nesse espaço tem mais frutas e flores. Cada um traz uma muda, e me dá que eu planto, cada um vai ajudando o outro e todo mundo ganha, né? (Sr. Elias).

Conforme relato do Sr. Elias, cada pessoa o ajuda com alguma muda, concreto e outros itens para que ele possa manter o espaço organizado e para que outras pessoas possam aproveitá-lo. Este relato mostra que o entrevistado sensibilizou alguns vizinhos, que inspirados na sua ação, começaram a participar da prática da agricultura urbana e periurbana.

Portanto, a prática da agricultura tem sido utilizada como lazer e terapia para os praticantes, através da melhoria na saúde física e mental. Esta prática tem sido um instrumento para as trocas de conhecimento e aproximação dos moradores, servindo de inspiração para a comunidade, através da preservação e ampliação dos locais utilizados para tal. Além do lazer e terapia citados pelos agricultores, a diversificação e ampliação da alimentação foram outros dentre os principais benefícios apontados por eles.

#### 4.2.3.1.2 *Melhoria na alimentação*

Segundo Pinheiro *et al.* (2005), a alimentação não se resume somente à ingestão de nutrientes. Ela comporta vários significados. Dessa forma, os entrevistados ao se alimentarem de produtos que eles próprios cultivam pode ajudar a trazer significações antropológicas, socioculturais, comportamentais e afetivas singulares. Esse processo também remete à trajetória de vida no campo, local no qual, por definição, é predominante a prática de agricultura conferindo, àqueles que tinham disponibilidade de uso da terra, o acesso aos alimentos. De acordo com os entrevistados, o cultivo de plantas leguminosas, medicinais, condimentares e folhosas sempre esteve presente nos lares dos agricultores entrevistados. Para eles, a produção regular de alimentos variados e frescos além de ser motivo para a prática da agricultura urbana, tem sido vista como um benefício por alguns praticantes de agricultura no município de Varginha-MG. Esse também foi o caso com os agricultores entrevistados, produtores de uma grande diversidade de cultivos de plantas para alimentação, como pode ser visto no Apêndice C. Essa variedade contribui para a sua alimentação e para a manutenção desses cultivos.

A melhoria na alimentação foi citada por alguns entrevistados como mostram os seguintes relatos:

Tudo que planto aqui eu levo pra casa também, minha mulher e meus filhos gostam muito (Sr. Jorge).

E Sra. Marta:

Aqui é bom demais. Eu gosto mais daqui é passar o tempo, ter variedade para levar para casa, levar para família, pros filhos, pros netos (Sra. Laura),

A prática da agricultura, para Sra. Laura, proporciona alimentos com variedade e ela consegue distribuir para a família, para os filhos e netos, ajudando a todos a melhorar e a diversificar a alimentação, reduzindo o desperdício desses alimentos.

Para o Sr. Ricardo, a agricultura urbana e periurbana gera fartura, como mostra o seguinte relato:

Ajuda muito isso daqui, porque tem fartura em casa, é muito bom. Ajuda na variedade de alimentos de casa, melhorou muito depois daqui (Sr. Ricardo).

O Sr. Ricardo aponta uma melhora na alimentação da família, através da diversidade de alimentos consumidos por eles após o início na agricultura urbana. Os espaços utilizados para a prática possibilitam ainda o resgate das dimensões sócio-históricas e culturais dos alimentos tradicionais frente à crescente urbanização dos modos de vida. Assim, as hortas se tornam refúgios de variadas plantas e isso contribui para a alimentação das famílias e a comunidade (PINHEIRO *et al.*, 2005). Observa-se através desse relato, que a agricultura tem gerado uma variedade grande de alimentos para a família, contribuindo para a melhoria na alimentação e diminuição dos gastos correspondentes.

#### 4.2.3.1.3 Renda e economia

A renda pode ser vista como um benefício direto, com o aumento dos rendimentos familiares através da comercialização dos alimentos. De forma indireta, os benefícios são recebidos através da redução de gastos, com a produção para autoconsumo. Dessa forma, a família consegue economizar renda e utilizá-la para satisfazer outra necessidade. Para Sr. Matheus, a quantia ganha com a venda dos alimentos ajuda na renda da família e ele se mostra satisfeito, como mostra o seguinte relato:

Vender um R\$ 100, R\$ 200 reais por semana já está bom demais (Sr. Matheus).

Para Sra. Laura, a agricultura urbana e periurbana também ajuda na economia com a alimentação:

Aqui ajuda muito né, porque come as coisas daqui e compra pouca coisa fora (Sra. Laura).

Segundo esses relatos, a geração de renda direta, através da comercialização dos produtos da horta, é uma estratégia de sobrevivência das famílias que praticam a agricultura urbana e periurbana. Assim também é o caso para os consumidores dos produtos da horta, através do preço mais acessível e o fornecimento de alimentos frescos que os tornam mais atrativos. A economia doméstica, gerada pelo autoconsumo, torna a renda das pessoas que

acessam a esses alimentos disponível para o atendimento de outras necessidades. A produção para autoconsumo apresenta potencial para ofertar uma alimentação coerente com os hábitos de consumo locais e tradicionais. Isso significa, segundo Chayanov (1974), uma intervenção no plano da cultura alimentar, a possibilidade de as famílias suprirem suas necessidades alimentares sem se desfazerem de seus hábitos alimentares herdados de suas famílias e do saber relacionado ao consumo e preparo dos alimentos. Portanto, além da economia de renda a produção para autoconsumo pode possibilitar o resgate a manutenção da bagagem histórica, cultural e alimentar das gerações anteriores.

Os relatos dos agricultores urbanos e periurbanos mostraram que a agricultura urbana e periurbana vai muito além da produção de alimentos, gerando outros benefícios aos praticantes. Apesar de diversos estudos citarem a geração de renda como uma das funções da agricultura urbana e periurbana, o levantamento trazido nesta pesquisa constatou que esse não foi o benefício mais citado pelos entrevistados. Conforme apresentado anteriormente, os entrevistados disseram que essa atividade ajuda a complementar a renda e conseqüentemente na economia, mas citaram outros fatores que os fazem praticá-la, como uma forma de terapia e melhoria da alimentação. Além disso, a prática traz aos praticantes muito mais que alimentos, trazendo benefícios que não são, muitas vezes, percebidos ou almejados quando se pensa em praticar essa atividade. Ademais, foram também citados pelos entrevistados benefícios não só a eles e as suas famílias, mas também benefícios gerados a comunidade, que são apresentados a seguir.

#### 4.2.3.2 Benefícios para a comunidade

A agricultura urbana e periurbana tem gerado externalidades positivas as comunidades próximas aos locais de sua prática. A externalidade “é definida como transformações do ambiente físico ou social causadas pela atividade agrícola além dos limites do seu sistema produtivo” (MOLLARD, 2002, p. 32). Assim, a agricultura urbana e periurbana foi apontada de forma significativa por alguns entrevistados como promotora de benefícios que vão além da produção de alimentos e outros benefícios que são menos visíveis nessa prática. A tabela 4 mostra os benefícios gerados para a comunidade na percepção dos agricultores urbanos e periurbanos.

Tabela 4 – Benefícios para a comunidade

<b>Benefícios para a comunidade</b>	<b>Agricultores</b>
Limpeza dos terrenos	16
Diminuição de pessoas estranhas nos terrenos	4
Facilidade na obtenção de alimentos	7

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

#### 4.2.3.2.1 *Limpeza dos terrenos*

A agricultura urbana pode ser praticada em diversos locais, como: quintais, praças, terrenos públicos e particulares. O uso produtivo desses espaços proporciona a limpeza e melhoria ao ambiente local. Esse benefício é tão presente nos locais visitados nesse trabalho, que foi o fator mais apontado pelos agricultores urbanos e periurbanos. Essa é a opinião, por exemplo, do Sr. Gabriel:

Quando cheguei aqui estava tudo sujo, cheio de mato e lixo. Limpei tudo, capinei e fiz a cerca lá na frente (Sr. Gabriel).

Segundo Sr. Gabriel, o terreno ocupado pela horta estava com lixo e mato, após o início da agricultura urbana e periurbana o local tem sido mantido limpo e cercado.

Esse benefício também foi relatado pela Ana:

Aqui não tinha nada, era só capim, terreno abandonado, só entulho e lixo. As pessoas jogavam lixo. Aí, meu pai veio e limpou tudo e começou a plantar. Para o dono do terreno, a horta foi uma beleza, porque o povo reclamava com ele do lixo e do entulho e depois que meu pai veio pra cá, os vizinhos não reclamaram mais. Agora aqui fica fresquinho e limpinho (Ana).

Segundo Ana, o local utilizado para o plantio estava abandonado pelo dono. O plantio no terreno foi benéfico não só para ela e para o seu pai, mas para o dono do terreno e para os vizinhos, que já haviam reclamado do lixo e mato no local. A partir da prática da agricultura urbana e periurbana, o local tem sido mantido limpo e tem trazido conforto térmico. Além do conforto térmico, a agricultura urbana e periurbana contribui para o escoamento de águas das chuvas, através da infiltração de água no solo, já que se tem visto cada vez mais construções e diminuição de áreas verdes na cidade. Esse benefício também foi encontrado no trabalho de Cribb e Cribb (2009), no qual os autores apontam que a prática da agricultura urbana e periurbana ajudam na absorção de águas pluviais, o aumento da biodiversidade nos espaços urbanos e limpeza dos terrenos e quintais, gerando impacto positivo na sanitização pública.

Para os entrevistados, a prática da agricultura urbana tem proporcionado a limpeza desses locais, sejam eles públicos ou privados. Esse benefício é estendido aos agricultores e à comunidade, já que muitos entrevistados relataram que os vizinhos e donos dos terrenos perceberam essa melhoria com a prática da agricultura urbana e periurbana. Essa atividade gera uma troca entre os donos dos terrenos e os agricultores urbanos e periurbanos. Nesse caso ocorre a ajuda mútua, e os benefícios se estendem às comunidades. Além desse benefício, o acesso de pessoas estranhas aos terrenos é dificultado, principalmente, após a limpeza e ocupação desses terrenos para o plantio, como mostra o próximo tópico.

#### *4.2.3.2.2 Diminuição de pessoas estranhas nos terrenos*

Outro benefício citado pelos entrevistados foi a diminuição de pessoas estranhas nos terrenos. Essa melhoria foi verificada em várias entrevistas, mas uma delas merece atenção especial. A horta em questão ocupa um terreno público e Sr. Augusto fez a cerca em volta de todo o terreno. O exame presencial do local permite perceber que o restante do terreno, externo do cercado, continua com mato alto, lixo e, segundo o entrevistado, continua atraindo pessoas que fazem o uso de bebidas e drogas no local, principalmente durante à noite. Foi um desses motivos que levou o entrevistado a cercar e plantar plantas espinhosas no entorno do terreno, como forma de coibir a presença dessas pessoas no espaço. O entrevistado externou, ainda, a opinião de que se a prefeitura deixasse mais pessoas plantarem nesse terreno, talvez esses problemas pudessem ser solucionados. Essa fala demonstra que o entrevistado tem uma sensibilidade com relação aos benefícios que essa atividade tem proporcionado a ele e seus vizinhos em termos de segurança pública.

Assim como o Sr. Augusto, o agricultor que ocupa terreno vizinho ao seu, o Sr. Miguel, também observou esse fato. Segundo Sr. Miguel, ele também fez a cerca mais alta para evitar a entrada de pessoas no terreno e observou, que ao redor do terreno que ele utiliza para o plantio consta mato alto, alguns bancos improvisados, um pouco de lixo e restos de fogueiras. Ainda segundo Sr. Miguel, o terreno em que ele pratica a agricultura urbana e periurbana era um local ocupado por pessoas estranhas. Porém, através da prática e da colocação de uma cerca no entorno do terreno, essas pessoas mudaram o local de ocupação. Cada entrevistado foi, portanto, apontando o seu ponto de vista sobre esse assunto e mostraram uma percepção positiva sobre a prática em seus respectivos locais. Isso porque consideraram nítida a diferença entre um local ocupado pelo plantio e o outro que está abandonado pela prefeitura.

#### 4.2.3.2.3 Facilidade na obtenção de alimentos

Segundo dados do IBGE (2019), da POF 2017-2018, as despesas de consumo com a alimentação foram de 16,9% em relação à renda das famílias. Nesse sentido, a doação realizada por alguns agricultores urbanos e periurbanos contribui para que algumas pessoas consigam ter acesso a alimentação mais saudável e economia na renda. Isso colaborando com o acesso a outras necessidades básicas, elevando o bem-estar da comunidade. Segundo Sr. Daniel, as plantas medicinais são doadas a comunidade.

As plantas medicinais eu doo. O povo aqui usa muito hortelã, erva cidreira, ora-pro-nóbis e alfavaca, principalmente no frio. Toda hora vem aqui pedir, no frio (Sr. Daniel).

Sr. Elias também realiza a doação dos alimentos:

As crianças vêm e comem frutas: manga, abacate, goiaba. Eu nem ligo, pode pegar tudo. As coisas que dá no terreno, eu levo pra casa, dou para as pessoas que me ajudam, pros vizinhos (Sr. Elias).

O Sr. Daniel utiliza as beiradas do terreno para cultivar as plantas medicinais e doá-las à comunidade. O Sr. Elias faz o mesmo, realizando o plantio em local aberto, facilitando a doação dos alimentos, principalmente aos vizinhos que o ajudam com mudas e com os cuidados com os cultivos. Na percepção desses e de outros entrevistados, a agricultura urbana e periurbana ajuda a população a obter alimentos através das doações, principalmente para as pessoas doentes e mais pobres. As doações, normalmente, são realizadas na própria horta e, segundo os entrevistados, há uma grande procura pelos moradores do bairro e por moradores de outros bairros mais distantes. A doação desses alimentos ajuda as pessoas também no aspecto de obterem alimentos frescos e saudáveis para a alimentação e saúde. Foi verificado que dentre os 18 entrevistados, 12 realizam trocas e/ou doações de parte da sua produção à população.

Durante a coleta de dados foi possível observar, presencialmente, a grande procura por alimentos, para a doação, pois ocorreram pausas durante as entrevistas, para que os entrevistados pudessem atender aos demandantes. Além da doação, alguns agricultores urbanos e periurbanos realizam a venda dos alimentos no próprio local ou através de entregas aos moradores, como mostram os seguintes relatos:

O trabalho é importante, né, porque ajuda nós e as pessoas do bairro, os meus clientes. Porque eu faço um preço bom e é tudo fresquinho, eu apanho num dia e vendo no outro (Sr. Daniel).

Assim como Sra. Laura:

Eu só vendo aqui e só o que planto, não pego nada dos outros não. O pessoal do bairro aqui que compra (Sra. Laura).

Essas vendas e entregas fazem com que os consumidores tenham acesso a alimentos frescos e evitem se deslocar grandes distâncias para obterem alimentos. Isso diminui o uso de embalagens e os custos com transportes.

Portanto, os entrevistados mostraram uma sensibilidade ao enxergar não só os benefícios gerados a eles, mas também os benefícios que são gerados a toda a comunidade através da agricultura urbana e periurbana, como a limpeza desses locais, que muitas vezes deixam de ser feitas pelos proprietários particulares e pelo poder público, causando inúmeros transtornos a comunidade. A doação tem facilitado o acesso aos alimentos as famílias e diminuído o desperdício de alimentos. Com a produção e o contato mais próximo entre consumidor e produtor essa relação se torna mais confiável, os alimentos são mais frescos, com maior qualidade. Esse é um ponto importante de ser destacado, já que os agricultores urbanos e periurbanos entrevistados não utilizam agrotóxicos e nem pesticidas.

Como para gerar todos os benefícios, é esperado que exista algum esforço, e dificuldades. A pesquisa também se debruçou sobre esse aspecto durante a coleta de dados. Os agricultores, desse modo, também apontaram alguns desafios que eles têm enfrentado na prática dessa atividade. Esses desafios são abordados a seguir.

#### 4.2.3.3 Desafios apontados pelos agricultores urbanos

A agricultura urbana, como vimos, tem gerado vários benefícios, mas também gera alguns desafios aos seus praticantes. Esses desafios são mostrados na Tabela 5, mostrada a seguir.

Tabela 5 – Desafios enfrentados pelos praticantes

<b>Desafios enfrentados pelos praticantes</b>	<b>Agricultores</b>
Falta de apoio de órgãos públicos	3
Falta de reconhecimento por parte dos clientes	1
Falta de água	8
Atos de vandalismo	4

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

##### 4.2.3.3.1 Falta de apoio do poder público e de reconhecimento pelos clientes



A falta de reconhecimento e apoio desses atores foram apontados por alguns agricultores urbanos e periurbanos. Para Sr. Romeu, falta apoio da prefeitura aos pequenos produtores, como mostra o seu relato:

A dificuldade maior não é plantar, é vender. Falta de ajuda da prefeitura e da Emater. A prefeitura não dá apoio para pequenos (Sr. Romeu).

Para o entrevistado, a falta de reconhecimento ocorre também por parte do poder público. Esse fato, segundo ele, dificulta a venda, já que o entrevistado vende exclusivamente no mercado municipal e ele reclama da falta de infraestrutura do local. Outro aspecto da falta de apoio público é proveniente da falta de água, como consta no próximo tópico.

O Sr. Luiz também apontou a falta de ajuda com relação ao plantio:

Nunca veio ninguém aqui, nem prefeitura, nada, nada, nada, às vezes falta ajuda (Sr. Luiz).

Segundo Sr. Luiz, nunca houve qualquer tipo de ajuda. O entrevistado relatou que às vezes falta ajuda até para o cultivo, pois segundo ele, eventualmente surge alguma dúvida e/ou desconhecimento sobre algum procedimento necessário. Nesse caos, não se encontra orientação técnica disponível, segundo a opinião do agricultor. O município conta com uma secretaria de agricultura, uma agência da EMATER e do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), órgãos que poderiam auxiliar os agricultores urbanos. Porém foram poucos entrevistados que os conhecem ou já receberam ajuda desses órgãos.

Além da falta de apoio por parte dos órgãos públicos apontada por alguns entrevistados, o Sr. Jorge relatou a falta de reconhecimento por parte do consumidor, como pode ser visto através do seguinte relato:

Mas, aqui infelizmente não gera muita renda não. Dá para viver, mas só depender daqui fica complicado. Porque não é valorizado pelas pessoas. Tem gente que compra e reclama do preço. Chega aqui e compara com o preço do supermercado, tal. Uai, mas não olha o trabalho todo que tem em volta, que eu não uso nada de tóxico, que é tudo limpinho. Quer comparar com coisa que não tem jeito. Sabe, é complicado (Sr. Jorge).

Para Sr. Jorge, sua experiência com agricultura urbana e periurbana não gera muita renda. Desse modo, é difícil para ele garantir sua subsistência somente com a renda dessa prática, porque as pessoas não valorizam o seu trabalho. Sr. Jorge acredita que algumas pessoas que reclamam e comparam os preços de seus alimentos com os preços de supermercados, não conseguem enxergar o valor um alimento mais nutritivo e fresco, sem o uso de agrotóxico, produzido próximo ao consumidor e de maneira mais sustentável.

Sr. Jorge ainda sugere algumas ideias que potencialmente combatam essa desvalorização:

Seria bom que tivesse mais ajuda, de divulgar, fazer parceria com a prefeitura, com as empresas, para pessoal conhecer aqui (Sr. Jorge).

O Sr. Jorge acredita que se a agricultura urbana e periurbana fosse mais divulgada e tivesse mais parcerias, iria contribuir para que mais pessoas pudessem conhecer e ter acesso aos alimentos produzidos por ele. A falta de assimilação pela comunidade do entorno da horta, e mesmo do município, acerca da potencialidade de a agricultura urbana e periurbana poder ser uma fonte de acesso a produtos frescos e de boa qualidade, faz com que ocorram o desconhecimento dos benefícios gerados pela prática e desconfianças com relação a qualidade e preço dos produtos.

Percebe-se, através desses relatos, que alguns agricultores urbanos e periurbanos sentem essa falta de reconhecimento da agricultura urbana e periurbana, tanto da prefeitura e de outros órgãos públicos, quanto dos próprios consumidores. Dessa forma, são necessárias ações para ampliar as práticas dessa atividade, para que suas ações sejam valorizadas e para que mais pessoas tenham acesso aos benefícios gerados por essa prática.

#### *4.2.3.3.2 Acesso à água*

A água doce é um recurso natural escasso e distribuído de forma desigual no planeta. Dessa forma, o seu acesso tem sido um desafio para a população (GIATTI; CUTOLO, 2012). Não é à toa que esse item foi citado pelos agricultores urbanos e periurbanos como o maior desafio para a prática da agricultura no município. Segundo Sra. Marta, para que consiga ter acesso a água, ela tem que utilizar a água da chuva, como mostra o seguinte relato:

Não tem água aqui, eu vou comprar mangueira e puxar a água lá de casa. Comprei um regador e um balde grande pra pegar água da chuva e pra poder me ajudar (Sra. Marta).

Além da água da chuva, ela espera poder utilizar no futuro uma mangueira ligada na torneira de sua casa até o terreno, localizado do outro lado da rua. Esse fato mostra que, para que ela consiga ter acesso a água, ela tem de buscar várias formas de obtê-la, dificultando a prática da agricultura urbana e periurbana. Segundo a entrevistada, a situação impõe a ela a necessidade de esforço físico para carregar o regador e os baldes com água. Considerando que importante parte dos agricultores urbanos de Varginha são idosos, a falta de acesso a água pode não apenas comprometer os benefícios diretos da venda de alimentos frescos, como também causar problemas ortopédicos crônicos nesse grupo.

Para Sr. Elias, se houvesse água em sua horta ele gostaria de transformá-la em um espaço de produção comunitário, como mostra o seguinte relato:

Se a prefeitura fizesse um acordo com a COPASA e colocasse um bico d'água aqui já me ajudava. Eu queria que tivesse um bico de água. A prefeitura e a COPASA podia me dar isso aí. Porque se tivesse água, eu podia plantar verdura e legume e fazer uma

horta comunitária. O que me falta é a água, porque o preço é caro pra pagar só eu. Tirando isso aí, é tudo é bom (Sr. Elias).

Sr. Elias mostra a intenção em ampliar e ajudar ainda mais pessoas com a prática da agricultura urbana e periurbana, se dispondo a criar uma horta comunitária no espaço que ele já ocupa, que é cedido pela prefeitura. Essa ação contribuiria na segurança alimentar e nutricional da população ampliando o número de pessoas que têm acesso a esses alimentos. Também contribuiria na limpeza das demais áreas disponíveis no terreno. Porém, o entrevistado necessita de ajuda para ter acesso a água, que segundo ele é um fator limitante para que ele possa por essa ideia em prática.

A falta de água tem limitado os entrevistados a expandirem a plantação e até influenciado nos tipos de alimentos que serão plantados, como mostra o seguinte relato:

Aí eu planto, mandioca, banana, chuchu, quiabo, caruru, ora-pro-nóbis e abóbora. Porque usa pouca água. Aqui eu uso o regador, pego em casa e ponho água em tudo (Sr. Elias).

Com a dificuldade no acesso a água, Sr. Elias planta alimentos que não necessitam de muita água, como as PANC's. As plantas alimentícias não convencionais, segundo Silva *et al.* (2010), apresentam grande capacidade de adaptação em meio a lavouras, quintais, hortas e calçadas, e produzem grande quantidade de sementes. São plantas com alto valor nutricional e apresentam boa resistência, principalmente em condições adversas, como é o caso. Diante da falta de água, alguns agricultores buscam se adaptar a essa realidade, cultivando outros tipos de plantas e aproveitando os recursos disponíveis. Para alguns agricultores, a água pode ser um desafio. Para outros nem tanto.

A prefeitura do município permite a prática em alguns terrenos públicos e oferece o acesso à água a dois entrevistados. Porém todos os demais entrevistados relataram a falta de acesso e de ajuda para obter água. Acredita-se que esse acesso ocorre devido a esses dois terrenos serem localizados ao lado de órgãos públicos, facilitando assim o acesso água através de mangueiras. Os demais terrenos emprestados pela prefeitura não possuem essa característica.

Portanto, para os agricultores que relataram dificuldades com a falta de água, a dificuldade no acesso diminui a possibilidade de diversificação dos alimentos e da expansão da horta, além disso alguns reclamaram da dificuldade em carregar baldes e regadores com água devido ao esforço físico exigido. Porém mesmo diante da falta de água os agricultores buscam se manter na prática, se adaptando a essa realidade. A seguir, é mostrado outro desafio apontado, que é o vandalismo.

#### 4.2.3.3.3 Vandalismo

A agricultura urbana e periurbana tem proporcionado mudanças no panorama das cidades, podendo ser praticada em diversos locais, como: quintais, espaços particulares, espaços públicos etc. Durante a pesquisa de campo, observou-se que a maioria dos locais utilizados para a prática da agricultura urbana e periurbana ocorre em terrenos particulares e públicos. Por não serem locais com residência, são locais propícios para a ocorrência de alguns atos de vandalismo. Segundo Sr. Elias, houve a destruição recente da cerca de sua horta, como mostra o seguinte relato:

Lá no terreno, eu já arrumei a cerca que o povo destruiu você viu lá? (Sr. Elias).

Segundo Sr. Elias, algumas pessoas destruíram acerca do terreno para roubarem bananas e mandiocas. Para o entrevistado, essa atitude o desestimula a plantar nesse local, já que tem sido recorrente esse ato.

Sra. Ana também relatou alguns atos de vandalismo no local:

Eu não sei se é porque eu gosto muito disso daqui, mas eu não vejo dificuldade não. A única coisa que eu não gostei foi quando os moços que estavam bêbados, pularam aqui e pisou nas plantas. Ele estraga, aqui fica escuro e não vê nada, joga lixo. Foi só isso. Agora eu fiz uma cerca de arame farpado e eles não veio mais não. Paguei o pedreiro e ele colocou a cerca. Pra evitar que eles pulam, eles vieram 2 vezes. Agora nem vem mais não. A planta é frágil, estraga tudo (Sra. Ana).

Sra. Ana mostra preocupação diante da fragilidade que as plantas possuem, por conta dos atos de vandalismo ocorridos na horta. Para tentar coibir esses atos a entrevistada colocou cerca no local para dificultar a entrada de pessoas.

Segundo Sr. Gabriel o único problema encontrado foi o roubo de alimentos no terreno:

Tinha muito mais mandioca, mas de noite apareceu uma pessoa e pulou a cerca e roubou bastante. Mas eu não desanimo não, plantei novamente e vou continuar. Não tem nada de ruim aqui não, é só quando pula e pega as coisas sem pedir que eu fico triste, mas só (Sr. Gabriel).

Para Sr. Gabriel, mesmo diante do roubo sofrido, ele busca não desanimar e prefere que a pessoa peça os alimentos, invada o terreno à noite e os furtos.

Diante desses relatos, os agricultores acabam tendo que buscar alternativas, como a colocação de cercas e outros mecanismos, assim como gastar recursos financeiros e tempo, que poderiam ser investidos na própria plantação, para tentar coibir essas ações. Uma maneira de tentar coibir os atos de vandalismo sofridos por alguns entrevistados seria a conscientização dos moradores a respeito da horta e que em alguns espaços os próprios moradores podem contribuir para a limpeza, manutenção e aquisição de alimentos. Se as pessoas se sentem parte de algo, isso contribui para que elas busquem cuidar do local, além de fortalecer os laços comunitários.

Portanto, ao final dessa subcategoria – benefícios e desafios – percebe-se que a agricultura urbana e periurbana tem sua parcela de contribuição na complementação da renda de alguns entrevistados, e atua como mecanismo lazer e como forma de obter alimentos para consumo para as famílias. Porém, foram citados alguns desafios que podem desestimular e/ou dificultar essa prática no município. Esses resultados mostram que alguns agricultores urbanos e periurbanos se mostram reflexivos com relação aos benefícios e desafios gerados por essa prática, já que citaram benefícios e desafios que atingem a eles e as outras pessoas. Entretanto, mesmo diante dos desafios, buscam superá-los e se manterem nessa atividade.

No geral, foi possível observar também, que as motivações para a prática da agricultura urbana e periurbana partiram de fatores extrínsecos e intrínsecos, e estão relacionadas também com a questão cultural, já que nelas não se cultiva somente o alimento, mas também o prazer em plantar, resgatando os costumes frequentes à vida no campo. Segundo Almada *et al.* (2012), a agricultura não se caracteriza somente por uma intencionalidade produtiva, transcendendo o significado de alimentação para as famílias e passa a nutrir o “ser cultural”. Para a autora, a práxis de cultivar é, sobretudo um ato simbólico, político e afetivo. Segundo a análise dos dados específicos de Varginha, as motivações para a prática da agricultura urbana e periurbana vão além da produção, gerando lembranças da infância, dos momentos vividos com a família, trazendo laços afetivos, lazer e terapia.

No próximo tópico será abordado a categoria Segurança Alimentar e Nutricional.

#### 4.3 A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PELA PERSPECTIVA DA AUP EM VARGINHA-MG

Dentro dessa categoria, foram criadas 3 subcategorias: a) ampliação do acesso à alimentação e melhoria na renda; b) qualidade dos alimentos e sustentabilidade; e c) percepção do trabalho desenvolvido. Essas subcategorias abrangem informações a respeito de que forma os alimentos estão sendo cultivados, os tipos de insumos utilizados e se o entrevistado percebe a importância do seu trabalho para si e para todos que estão a sua volta.

A Segurança Alimentar e Nutricional entendida nesse trabalho trata-se sobre o direito de acesso à alimentação em quantidade, qualidade, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (BRASIL, 2006). Obter essas respostas nos ajudam a verificar se após o início na AUP os entrevistados perceberam melhorias na alimentação, além de ser um dos objetivos da presente pesquisa.

### 4.3.1 Ampliação do acesso à alimentação e melhoria na renda

Segundo trabalho de Corbould (2013), a agricultura urbana produz de 15 a 20 por cento do abastecimento de alimentos do mundo e pode desempenhar um papel importante na garantia da segurança alimentar mundial, através do acesso a alimentação. O acesso a alimentação diz respeito à capacidade de um indivíduo ou família em adquirir alimentos, seja por meio da compra ou pela produção própria. A agricultura urbana e periurbana contribui para a ampliação do acesso a alimentação ofertando novos tipos de alimentos aos consumidores. Ela promove mudanças nos hábitos alimentares, sendo um novo modo para a compra de alimentos por terceiros. A AUP também permite o acesso a alimentação de forma segura, já que mesmo enfrentando flutuações de renda, crises de abastecimento e pandemias, as famílias conseguem ter seu alimento garantido.

A respeito da ampliação do acesso a alimentação, os entrevistados se mostraram sensibilizados em como essa prática os tem ajudado. Destarte, eles se manifestaram de diversas formas. Para Sr. Ricardo, a agricultura urbana e periurbana tem contribuído para que ele possa plantar alimentos diversificados e com autonomia, como mostra o seguinte relato:

Estou acostumado. Ajuda muito isso daqui, porque tem fartura em casa. É muito bom. Eu vou mudando a variedade dos alimentos. Cada vez planto uma qualidade de milho, de mandioca e assim por diante. Vai trocando na terra pra ajudar a fortalecer (Sr. Ricardo).

Sr. Ricardo busca plantar e experimentar em cada novo plantio uma variedade diferente dos alimentos. Essa variedade e autonomia no plantio dos alimentos contribui para a segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar através da ampliação da diversidade de alimentos consumidos por ele e sua família, possibilitando maior oferta de nutrientes.

Para Sr. Matheus, a agricultura urbana e periurbana tem ajudado na alimentação da sua família e na de outras famílias, além da contribuição na renda da família, como mostra seu relato:

Vou ficando nisso aí até aguentar, mas é muito bom. Aqui tem mistura no almoço todo dia. Ajuda na renda, na alimentação da família, dos outros que pede também. Eu que escolho tudo: se quiser planta alface eu vou lá e planto, se quero 10 pé de alface eu tenho, se quiser comer quiabo eu planto. É uma beleza (Sr. Matheus).

Sr. Matheus também está atento com relação à autonomia que a prática da agricultura urbana e periurbana proporciona, pois ele relata que escolhe o que quer plantar e comer. Ele ainda decide a quantidade que será plantada e essa prática oferece uma grande variedade e quantidade de alimentos todos os dias, contribuindo para segurança alimentar e nutricional já que o acesso regular a aos alimentos é um dos fatores fundamentais para a sua garantia (FROZI;

GALEAZZI, 2004). Esse relato mostra também como a agricultura urbana gera a soberania alimentar, através da autonomia na tomada de decisão a respeito dos alimentos que serão plantados e amplia o acesso a eles.

Segundo Sra. Laura a horta tem ajudado na diversificação da alimentação da sua família, além de ampliar o acesso em termos de quantidade de alimentos saudáveis, como mostra seu relato:

Eu gosto muito de verdura, de comer colorido. Lá em casa não tem espaço pra horta não. Melhorou muito lá em casa, depois daqui. Eu tenho problema de coração e não posso comer gordura não. Daí, eu gosto de comer essas coisas aqui e ajuda na doença, porque eu posso comer à vontade. (Sra. Laura).

Sra. Laura mostra preocupação com relação aos cuidados com a alimentação devido a problemas de saúde e reconhece que a agricultura urbana e periurbana contribui para a alimentação e controle da doença, já que precisa consumir alimentos mais saudáveis e diversificados. Como não possui espaço para o plantio em sua residência, o local cedido pela prefeitura é essencial para que ela possa melhorar a sua alimentação.

Percebe-se segundo os relatos que para cada agricultor urbano e periurbano o acesso ao alimento tem um significado. Para alguns, contribui para diversificar a alimentação e na saúde. Para outros, contribui para a alimentação da família e das outras pessoas que recebem doações de alimentos e na economia da renda da família, pois é possível que se consuma os alimentos produzidos na horta, poupando recursos financeiros para o acesso a outros meios de vida importantes. Tal aspecto é importante, porque a ideia de soberania alimentar demanda que o acesso ao alimento não restrinja a satisfação de outras necessidades.

Através desses relatos, observa-se que a agricultura urbana e periurbana tem sua parcela de contribuição para a alimentação, não só da família do agricultor, mas também dos vizinhos e amigos. A AUP contribui também para a melhoria da renda, através da venda dos alimentos, principalmente para a população que mora próxima a horta. Mas, o aspecto que nos interessa agora é a da reprodução da agricultura: o dinheiro ganho com a AUP ajuda a manter a prática entre os entrevistados, pois alguns entrevistados utilizam esse dinheiro para seguir com os cuidados na horta. Ou seja, há uma potencialidade para que a AUP seja sustentável, no longo prazo, também do ponto de vista econômico.

Esses relatos também mostram que a agricultura urbana e periurbana amplia as áreas de vivência dos entrevistados, pois alguns relataram que não possuem espaço para cultivar alimentos em casa e usam outros espaços para praticar a agricultura, sendo esses locais próximos de casa. Dessa forma o agricultor urbano e periurbano passa a aumentar seus locais

de convivência, o que permite a aproximação com as demais pessoas e a ter novas percepções do espaço urbano.

#### 4.3.2 Qualidade dos alimentos e sustentabilidade

Conforme relatado anteriormente, a alimentação tem passado por diversas transformações, assim como a sua produção. O uso frequente e abusivo de agrotóxico, do consumo de água e da emissão de dióxido de carbono e metano, assim como outros gases de efeito estufa, na produção, transporte e processamento de alimentos gera grande preocupação quanto a esse modelo de produção (RIBEIRO *et al.*, 2017). Para Cassol e Schneider (2015), a integração entre as formas de produzir e comercializar, e os modos de consumir e alimentar são essenciais para o desenvolvimento de práticas mais sustentáveis de produção e consumo. Nesse sentido, para Maluf *et al.* (2015), a promoção da alimentação mais saudável e com ela a garantia da segurança alimentar e nutricional, derivará de sistemas alimentares mais justos socialmente e ambientalmente mais sustentáveis. Dessa forma, é necessário ampliar a agricultura de base agroecológica, que ofereça mais autonomia aos agricultores frente às grandes corporações de produção de alimento e garantia de sistemas de produção baseados em circuitos que aproximam produtores e consumidores.

Diante dessa necessidade, nessa categoria, os entrevistados foram perguntados a respeito dos tipos de insumos utilizados nos cultivos. Todos os entrevistados disseram não utilizam nenhum tipo de agrotóxico e nem fertilizante. Alguns entrevistados relataram que esse tipo de produto é perigoso, e que preferem utilizar outros tipos de insumos para cultivar os alimentos, como as alternativas caseiras, quando necessário. Durante a pesquisa de campo, foi observado também que não só os produtores, mas também os consumidores estão mais atentos com relação ao uso de agrotóxicos, como demonstram os seguintes relatos:

Segundo Sr. Luiz, o uso de agrotóxicos não é agradável a ele e nem aos vizinhos:

Não joga veneno. Não gosto e nem o vizinho gosta. Acaba com tudo, cheiro ruim e faz mal pra saúde (Sr. Luiz).

Sr. Luiz mostra uma preocupação com a sua saúde e com a saúde dos vizinhos e consumidores, relatando que não usa nenhum tipo de agrotóxico. Esse relato também condiz com o relato da Sra. Laura:

Eu não gosto de adubo químico não. Eu gosto das coisas da natureza. A própria folha, eu junto ali e vou fazendo as covas e vou plantando. O povo não gosta de nada químico não. Eles me vigiam. Se eu for por alguma coisa desse tipo, eles não gostam não (Sra. Laura).



Sra. Laura gosta de usar os insumos que a natureza oferece, e disse ainda pessoas também não gostam que ela utilize agrotóxico. Esse relato demonstra a preocupação dos consumidores em adquirir alimentos mais saudáveis, como mostram os estudos de Blecher (1998) e Viglio (1996), que afirmam que a preocupação da sociedade com a saúde e com o meio ambiente vem aumentando. Contudo, no aspecto dos clientes, é preciso notar a presença de uma contradição em seu comportamento, pelo menos segundo os achados da pesquisa de campo. Conforme visto acima, há consumidores que comparam os produtos das hortas com os fornecidos pelos supermercados, principalmente no aspecto de preços. É de amplo conhecimento que as hortaliças de redes maiores de supermercados não são, em sua grande parte, orgânicas. Portanto, o aspecto de vigilância, por assim dizer, dos consumidores, impõe um peso muito maior sobre o agricultor urbano em relação aos maiores comercializadores do mercado.

O Sr. Romeu também se mostrou atento a respeito dos insumos utilizados, como mostra o seu relato:

Só que tem que tomar cuidado com o que coloca, porque eu não uso a química, uso o esterco. Eu faço rodízio das folhas (Sr. Romeu).

Sr. Romeu também não utiliza agrotóxico e realiza o rodízio dos cultivos, contribuindo para o descanso da terra. Infere-se, desses relatos, que os entrevistados estão atentos aos tipos de insumos utilizados, assim como os consumidores, que buscam alimentos mais saudáveis e que são produzidos sem o uso de agrotóxicos.

Sr. Daniel busca plantar os alimentos sem agrotóxico. Ele ainda relatou que o agrotóxico é um veneno, como mostra o seu relato:

Essa minha é quase orgânico, porque eu não sei se a muda é orgânica, mas eu faço tudo direitinho. É aí que é o problema, não tenho certeza. Tem produto aí que você compra e coloca e não dá doença não, mas é veneno. Não adianta falar que não, porque é tudo veneno dos brabos. Eu ouvi falar que no Estado de São Paulo, 7 mulheres morreram na lavoura de tomate, tudo usava máscara, bota e roupa, mas é o veneno, não adianta. Você fica debaixo de sol quente, respirando o produto. Não adianta máscara, não adianta nada, falta fôlego, você cansa rápido. Isso não funciona. Hoje a população tem essa doença, câncer, e ela é pela boca. Porque você não tem estômago para aguentar veneno. Meu Deus! Fala que vai proibir e depois libera tudo, vai saber o que pôs e o que não pôs ali (Sr. Daniel).

Sr. Daniel se mostrou atento aos malefícios do uso de agrotóxico e das doenças causados pelo seu uso, citando até reportagens a respeito do assunto. Disse ainda que o seu produto é quase orgânico, pois cultiva sem agrotóxico e com respeito a natureza. Além de não utilizarem agrotóxico, alguns entrevistados buscam realizar a rotação e outros meios orgânicos para a adubação dos cultivos. Sr. Romeu realiza a adubação verde e a rotação, como mostra o seu relato:

De vez em quando eu mudo as hortaliças de lugar, faz rotação né. Aí eu deixo os matos crescerem e misturo o mato na terra e deixo. Aí planto nessa terra. Aí é a adubação verde. Você conhece a adubação verde? Deixo o mato apodrecer na terra e planto por cima. Na planta eu só uso isso (Sr. Romeu).

Sr. Romeu mostra um cuidado e conhecimento de técnicas realizadas nos plantios, assim como Sr. Jorge, que realiza a compostagem:

Nas plantas eu não uso agrotóxico não. Eu uso adubo orgânico e eu faço a compostagem aqui também. Eu compro os restos de alimentos do supermercado, daqui do Rezende, e separo metade pra horta e metade pros animais, as galinhas (Sr. Jorge).

Sr. Jorge compra alimentos do supermercado e realiza a compostagem, contribuindo para diminuição do volume de lixo no aterro da cidade, na proliferação de animais e melhorias no solo. Segundo trabalho de Angeoletto *et al.* (2016), a gestão de resíduos sólidos nas cidades, está entre os maiores gastos das prefeituras. Além disso, ocorre o descarte irregular de materiais passíveis de reciclagem. Dessa forma ao realizar a compostagem ocorre a diminuição do volume de resíduo que é descartado em aterros e lixões, gerando adubos que são utilizados nos cultivos.

Com relação aos tipos de adubos, a Tabela 6 apresenta os insumos utilizado pelos agricultores urbanos. De acordo com essa tabela, a maioria dos entrevistados utiliza como adubo o esterco animal. Esse fato se deve a maior facilidade na obtenção desse insumo, pois segundo as entrevistas, muitos disseram que o adubo é doado por conhecidos que possuem propriedades na zona rural.

Tabela 6 – Tipos de adubos

<b>Adubo</b>	<b>Agricultores</b>
Somente esterco animal (bovino e galináceo)	11
Restos de folhas	3
Restos de folhas e esterco animal	2
Compostagem	1
Carvão	1

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Com relação ao adubo utilizado, é muito importante saber a procedência, uma vez que os mesmos podem ser uma fonte de contaminação. Além disso, devem ser produzidos de maneira correta para que não ocorra contaminação do solo e das plantas. A Tabela 7 apresenta a origem do adubo, se de produção própria ou se adquirido fora da propriedade.

Tabela 7 – Origem do adubo

<b>Origem do adubo</b>	<b>Agricultores</b>
Produção Própria	6
Adquiridos fora da propriedade	12

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Sobre a origem do insumo utilizado, segundo a Tabela 7, a maioria é adquirida fora da propriedade, pois, como já mencionado, é proibido a criação de animais na zona urbana da cidade. A utilização de adubos produzidos fora da horta vai na contramão do que propõe Santandreu e Lovo (2007) sobre a otimização dos recursos locais. Os autores acreditam que seria uma solução mais próxima do ótimo se esses agricultores pudessem utilizar os resíduos dos alimentos que são produzidos por eles como adubo nas áreas de cultivo. Dessa forma, poderia haver uma contribuição para a redução do lixo.

O problema causado pelo lixo é um grande desafio enfrentado pelas cidades. Seu descarte gera grandes problemas de saúde pública e ambiental. O volume de lixo gerado é cada vez maior, e seu descarte é difícil e ainda muito precário em grande parte dos municípios do Brasil. Segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2019), foram gerados no Brasil, no ano de 2018, 79 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos. Desse volume gerado, 29,5 milhões de toneladas foram direcionadas a aterros controlados ou lixões, que são locais que não possuem um conjunto de sistemas e medidas necessários para a proteção da saúde das pessoas e do meio ambiente (ABRELPE, 2019).

Diante disso, a agricultura urbana e periurbana ajuda na redução do material destinado a aterros ou lixões, através do tratamento e reutilização dos resíduos orgânicos gerados nas casas e nas indústrias. Além da diminuição do volume de lixo, a reutilização pode diminuir os gastos públicos utilizados no tratamento e evitar que grandes áreas sejam utilizadas para o descarte desse lixo (MACHADO; MACHADO, 2002). No Brasil, uma iniciativa tem ganhado destaque na compostagem dos resíduos orgânicos gerados pela comunidade. A “Revolução dos Baldinhos” é um projeto socioambiental, criado em comunidades da cidade de Florianópolis. O projeto sensibiliza a comunidade para a coleta e transformação dos resíduos em adubo através da compostagem, que é realizada pelos jovens das comunidades. O adubo produzido é utilizado em hortas da comunidade e distribuído para os próprios moradores (TRANSFORMA, 2011).

Entretanto, como alerta Furedy (2001), a utilização desses resíduos pode gerar riscos, quando a compostagem não é realizada da maneira adequada. Os principais problemas causados

pela reutilização do lixo orgânico de forma inadequada são: contaminação da cultura por metais pesados e resíduos de agrotóxicos, sobrevivência de organismos patogênicos, zoonoses relacionadas aos dejetos animais etc. Além disso, a armazenagem inadequada dos restos de alimentos pode atrair animais vetores de doenças (moscas e roedores). Diante desse problema, é importante que a gestão de resíduos sólidos dos municípios oriente a população sobre a forma correta de realizar o tratamento e reutilização dos resíduos orgânicos, pois essas ações podem trazer inúmeros benefícios para própria população quando realizadas de modo correto.

Com relação às mudas e sementes, a maioria dos agricultores relataram realizar a compra de alguns itens. O Sr. Romeu, por exemplo, realiza a compra de algumas mudas em outras cidades:

Eu compro algumas mudas e algumas eu mesmo formo. Eu vou buscar em Alfenas as sementes e as mudas também, às vezes busco em Pouso Alegre (Sr. Romeu).

Alguns agricultores relataram também que formam as mudas em casa e depois as levam aos terrenos para o plantio. Outros também relataram que ganham as mudas de familiares e amigos. Os agricultores entrevistados preferem comprar sementes no mercado, ao invés de utilizar de sementes crioulas. Esse fato talvez ocorra devido à falta de acesso a essas sementes ou à falta de conhecimento sobre elas. Os entrevistados que compram sementes disseram que as obtêm de um mesmo fornecedor situado no mercado municipal, e afirmaram que conhecem a procedência das sementes. O uso de sementes crioulas por parte desses agricultores urbanos e periurbanos poderia contribuir para o resgate e manutenção dessas variedades de plantas e na diversidade de alimentos produzidos por eles, já que essas sementes se adaptam melhor às condições locais.

Com relação ao uso da água, - e aqui não se trata das dificuldades de acesso, como discutido anteriormente, mas, sim, acerca da origem e procedência da mesma –, 7 entrevistados afirmaram utilizar exclusivamente a água da Companhia de Abastecimento que atua no município. A Tabela 8 mostra a origem da água utilizada na prática.

Tabela 8 – Uso de água na plantação

<b>Origem da água</b>	<b>Agricultores</b>
Rede Geral de Distribuição	7
Água da Chuva	7
Mina	2
Poço Artesiano	1
Rede Geral de Distribuição e água da chuva	1

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Uma entrevistada utiliza tanto a água da Rede Geral de Distribuição, quanto a água da chuva, que ela armazena em baldes na própria casa. Um entrevistado utiliza a água da mina e outro entrevistado fez um poço, como mostra a seguinte fala:

Para aguar, eu fiz um pocinho aqui em casa mesmo. Tipo cisterna. Aqui passa o córrego, mas está sujo. Eles falam que não, mas está sim. Não tem jeito. O povo não tem consciência mais não, polui tudo. A água do poço é limpinha. Não pode ter poço não, só se eu pagar. A COPASA quer ganhar e vende água cheia de produto (Sr. Matheus).

Esse entrevistado reclamou da poluição do ribeirão que passa nos fundos da sua casa e lamentou por não poder usar essa água, além de ter afirmado não confiar na qualidade da água da Rede Geral de Distribuição. Para aguar a horta, o entrevistado fez um poço em casa e armazena a água. Outro entrevistado relatou que armazenava água da chuva em baldes, colocados na horta, porém foi advertido por funcionários da Rede Geral de Distribuição sobre a proibição de tal ato. Através das entrevistas, percebe-se que alguns só usam a água da companhia e não captam água da chuva, o que ajudaria a reduzir os gastos com a água.

#### **4.3.3 Percepção do trabalho desenvolvido**

Os entrevistados foram questionados a respeito de que forma eles enxergam o trabalho realizado para si e para a comunidade. Esse questionamento nos ajuda a entender de que forma os entrevistados percebem o trabalho realizado por eles. Segundo Kuhnem (2011), o homem, ao se situar em um campo espacial, por meio dos contextos que o envolvem, estabelece signos e significados, e assim ele atua e interpreta no ambiente. Os entrevistados relataram uma percepção positiva do trabalho desenvolvido, não só para a população que consome os produtos, mas também para os proprietários dos terrenos, como já mostrado anteriormente, com relação à limpeza dos terrenos.

Além da limpeza, a horta tem atraído a atenção dos meios de comunicação. Sr. Samuel relatou a satisfação ao ter tido a oportunidade de mostrar o trabalho desenvolvido em sua horta em meios de comunicação:

Os vizinhos não ligam, até gosta da horta. Veio aqui uns tempos aí um pessoal pra filmar a horta. Foi da televisão, filmou eu e a horta, estava tudo formado as plantas. Passou na televisão e eu mesmo vi, tem uns 3 anos. Mostra o trabalho da horta. O pessoal viu. E eles falava que me viu na tv, que eu estava famoso, e que ia comprar a verdura e foi muito bom. Fiquei bem satisfeito (Sr. Samuel).

Sr. Samuel analisa a reportagem como uma forma de divulgar o seu trabalho, permitindo assim que eventualmente sejam atraídos mais consumidores. Esse relato também foi feito pelo Sr. Matheus:

Tinha uma moça, repórter que vinha aqui fazer reportagem. Mostrava a horta tudo e vinha muito mesmo. Ela era encantada na horta, filmava tudo e leva umas coisinhas. Aqui é pequena, mas faz vista (Sr. Matheus).

Sr. Matheus se mostra satisfeito com o trabalho realizado na horta e com a atenção que tem recebido pela prática. Mesmo afirmando que o local é pequeno, o entrevistado demonstra que a agricultura urbana e periurbana pode ser praticada otimizando pequenos locais, e, assim, gerar benefícios e ser reconhecida pela a população. Essa atenção dada pelos veículos de comunicação contribui como estímulo para que mais pessoas possam contribuir na ampliação da prática da agricultura urbana e periurbana.

Mesmo diante dos benefícios e da percepção positiva apontada por alguns entrevistados, também ocorreu, por parte de um terceiro morador, uma denúncia contra um agricultor urbano e periurbano. O Sr. Elias, por exemplo, relatou uma denúncia sofrida. Porém disse que recebeu o reconhecimento do seu trabalho por parte da prefeitura:

E você não sabe, mas uma vez me denunciaram na Vanguarda (rádio). Ligaram lá e falaram que tinha alguém plantando mandioca na praça. Eu descobri que era a vizinha ali, e falei com ela, que eu tinha autorização na prefeitura pra plantar o que eu quiser. Falei que a mandioca é alimento, não tô fazendo nada de errado. Aí o prefeito, o Mauro Teixeira veio aí e tirou minha foto e falou assim: “Ah, Sr. Elias, se todo mundo da cidade fosse igual ao senhor, não tinha miséria na cidade não. Não ia ter mato nessas pracinhas. O senhor tá de parabéns”. Ele ainda pôs no anúncio do jornal lá da prefeitura me elogiando. Fiquei muito feliz, né. Foi ruim pra ela, coitada. Eu tô aqui já tem 10 anos e só ela que reclamou (Sr. Elias).

Sr. Elias se mostrou surpreso com a denúncia, mas se disse satisfeito com o apoio recebido pelo prefeito e por ter aparecido no jornal da cidade, reforçando a importância de seu trabalho na horta. Disse também que ocorreu apenas essa denúncia. Esse relato mostra que o desconhecimento da prática e dos benefícios gerados pela agricultura urbana e periurbana levou uma pessoa a denunciar a prática. Mesmo com denúncia, o entrevistado se mantém firme e confiante na atividade. Além do veículo de reportagem da cidade, algumas práticas de agricultura urbana e periurbana têm até atraído o interesse de outros meios de comunicação, como foi apontado pelos entrevistados. Isso pode ser benéfico para a agricultura urbana e periurbana, contribuindo para a sua divulgação e abrindo portas para o estímulo da prática dessa atividade.

De maneira geral, os entrevistados se expressaram de diversas maneiras a respeito de como a agricultura urbana e periurbana tem contribuído com relação a SAN. A prática oferece alimentos às famílias e vizinhos e contribui para a diminuição dos gastos com a alimentação. Os agricultores têm produzido sem a utilização de agrotóxicos e fertilizantes. Além do mais, realizam a rotação de culturas. Porém, poderiam aproveitar melhor os recursos para a prática da agricultura urbana e periurbana, através da compostagem e captação de água da chuva.

Também seria benéfico se focalizassem mais na produção de suas próprias sementes e mudas. A maioria dos entrevistados vê de forma positiva o seu trabalho realizado com relação à comunidade.

No próximo tópico são apresentados a relação da agricultura urbana com a Soberania Alimentar.

#### 4.4 SOBERANIA ALIMENTAR

Essa categoria foi dividida em 2 subcategorias: a) autonomia no processo e b) destino do alimento. A soberania alimentar é o direito da população em decidir a respeito do seu próprio sistema de produção agrícola e alimentar (VIA CAMPESINA, 2003). Dessa forma, essa categoria busca saber como os agricultores urbanos e periurbanos escolhem o que plantam como comercializam os alimentos e qual é o destino dos alimentos produzidos. Estas respostas podem ajudar a entender se os agricultores urbanos e periurbanos têm conseguido produzir e escolher o destino dos alimentos com autonomia.

##### 4.4.1 Autonomia no processo

A agricultura urbana e periurbana, que em muitos casos surge de forma natural, possibilita a prática com autonomia pelos agricultores através da definição dos cultivos, da não dependência de insumos externos e da não utilização de transporte para a venda dos produtos. Isso impacta de forma positiva na produção e distribuição dos alimentos locais. Essa subcategoria permite analisar o quanto os praticantes têm alcançado autonomia em todo o processo da agricultura urbana e periurbana. Após as entrevistas, foram encontradas algumas constatações a respeito. Alguns entrevistados costumam plantar de forma variada, como Sra. Marta:

Mais pra frente vou plantar cenoura, beterraba, tem mais dois pés de graviola pra plantar, tem a ora-pro-nóbis (Sra. Marta).

O Sr. Miguel disse que planta com autonomia. Ganha algumas mudas e outras produz por conta própria:

Eu planto o que quero, o que ganho de muda ou que eu formo sozinho mesmo. Ajuda todo mundo, né (Sr. Miguel).

Sr. Luiz busca plantar os alimentos comuns da região e tem certa autonomia para decidir o que quer plantar:

Aqui é alface, na próxima (semana) vai ter chicória. Eu planto as coisas daqui mesmo. Ah! É bom demais (Sr. Luiz).

Sr. Gabriel e Sr. Ricardo também buscam diversificar a plantação, formando as mudas em casa e depois as levando ao terreno para o plantio:

Aqui tem mamão, figo, acerola, milho, mandioca, erva cidreira, chuchu, abóbora, manga, quiabo, guaco, couve e hortelã. Quando vou plantar, eu escolho o que precisa menos de água, daí planto milho, mandioca, as frutas. Eu mesmo que formo as mudas em casa. Às vezes eu ganho uma muda também. Essa muda de couve, eu ganhei não faz nem 1 mês e já apanhei essa semana pra levar pra casa (Sr. Gabriel).

As mudas eu formo em casa mesmo. Vou plantando em casa e depois trago pra cá. Eu só uso esterco de vaca, e aí eu pego na roça de um conhecido (Sr. Ricardo).

O Sr. Gabriel escolhe os alimentos que necessitam de menos água, já que ele não tem acesso a água no terreno e relata dificuldades em carregar baldes até o local de plantio. O Sr. Gabriel relata também que a agricultura gera alimentos de forma rápida, citando o exemplo da muda de couve que havia ganhado há algumas semanas e que já estava levando o resultado de seu cultivo para casa, para o consumo da família. Além de conseguir fazer suas próprias mudas, Sr. Caio também tem parceria com um amigo agricultor que lhe fornece o esterco utilizado na horta.

Infere-se, desses relatos, que os agricultores urbanos e periurbanos buscam plantar alimentos variados, escolhem os alimentos que serão plantados e fazem parceria com outros agricultores para conseguir os insumos. Além do plantio de forma variada, os entrevistados disseram que ganham algumas mudas e outras eles formam em casa e depois as levam para as hortas para o plantio, como mostram os seguintes relatos:

As mudas eu ganho, formo e trago pra cá. Não compro nada, e dá certo. Não vendo nada, é só pra casa e às vezes eu dou pra pessoas que pedem. Eu planto o que quero, o que ganho de muda ou que eu formo sozinho mesmo (Sr. Miguel).

Se der bicho, eu tiro a planta e planto outra coisa. Não jogo agrotóxico não. Não uso veneno. Planto na época das águas pra não gastar com água, porque pagar água é caro e essa água não é muito boa pras plantas (Sr. Caio).

Os entrevistados citados buscam formar as mudas em casa e ganham algumas de familiares e da população que reside próximo ao local, contribuindo para aumentar a cooperação entre os agricultores e a população. Os agricultores buscam também trocar o plantio de algum alimento que esteja com doença, já que não utilizam nenhum agrotóxico. Esse fato reforça a autonomia dos agricultores na prática da agricultura urbana. Devido à falta do acesso a água, os agricultores tentam se adaptar diante dessa realidade, através do plantio de alimentos que não necessitam de tanta água ou no tempo das chuvas quando o alimento demanda mais irrigação.

Além da diversidade no plantio, os agricultores que vendem os alimentos buscam diversificar os canais de comercialização, contribuindo para a ampliação do público e consequentemente das vendas, gerando autonomia para a população e para o agricultor. Para Sr. Jorge, a venda no local oferece alimentos frescos e facilita a escolha dos alimentos, pois o



cliente escolhe quais alimentos quer levar. Além da venda no local, cinco entrevistados buscam outros meios para ampliar as vendas e o número de consumidores alcançados por essa atividade, como mostram os seguintes relatos.

Sr. Elias vende os alimentos em cestas, confeccionadas por ele mesmo, entregues no próprio bairro. Em seu caso específico, o agricultor entrega mandiocas para um açougue que fica próximo ao seu bairro. Para Sr. Elias a venda já ajuda com uma renda extra:

Faço um dinheiro pra tirar um pouco do trabalho que eu tenho. Eu faço uma cesta, tipo de palha e vendo por R\$10,00 a cesta com banana. Tem um açougue que compra mandioca, lá no São Sebastião. Vendo no quilo, né, R\$ 2,00 o quilo da mandioca sem descascar (Sr. Elias).

Sr. Jorge utiliza até aplicativo no celular para ampliar e facilitar a venda para os consumidores mais distantes da horta:

Tem também as cestas. Toda a semana eu mando pelo celular os produtos que têm na semana e os preços. Os clientes escolhem e me mandam os pedidos. Pra entregar eu mando o motoboy e ele leva tudo certinho. Ah! Tem também aqui toda a semana, no sábado umas feirinhas no próprio sítio. A gente monta as bancas e vem outros produtores. Tem bolos, doces e salgados. No dia da feira as pessoas podem visitar a horta e já levar os alimentos. Eu também entrego em supermercados. Eles buscam toda semana (Sr. Jorge).

Para entregar as cestas de alimentos Sr. Jorge utiliza o serviço de motoboy. Além disso, ele vende alguns alimentos para os supermercados, realiza a venda no local diariamente e aos sábados são realizadas feiras com os produtos da horta e outros produtos. Isso aumenta a variedade de produtos e atrai mais pessoas para conhecer a horta. Esse fato gera visibilidade para as práticas de agricultura urbana e periurbana, pois Sr. Jorge deixa de ser apenas um fornecedor de alimentos e passa a articular e a realizar trocas com outros agricultores e consumidores. Forma-se, assim, um espaço de convivência que é a criação de uma feira aos sábados ao lado da horta. Através dessas ações mais pessoas e agricultores passam a conhecer, frequentar e a se beneficiar com a horta.

Sr. Romeu além de vender no local de plantação, realiza entregas em alguns bairros da cidade. Para isso, ele separa os alimentos antes e já tem uma lista fixa de consumidores:

Na terça feira eu saio na rua vendendo, na terça e no sábado. Eu venho aqui na segunda feira e preparo a horta tudo direitinho, arrumo as coisas que eu tenho pra mim poder sair e na terça feira eu saio para vender e fico até as duas horas. Faço o Bairro de Fátima, faço o Parque Mariela, faço Canaã, Nova Varginha e Santa Terezinha. Faço esses bairros dentro de um dia. Eu já chego e bato na porta e eles escolhe o que quer. Porque aí eu saio com tudo, já tenho os fregueses tudo arrumado, é mais seguro. Já sei aonde eu tenho que ir e o que que eles gostam também. Saio com frutas também, mas o espaço aqui é pouco. Daí eu pego de fora, a fruta a batatinha, a cenoura, beterraba isso aí eu pego de outro (Sr. Romeu).

Para conseguir essa expansão nas vendas, Sr. Romeu, além das vendas no local e nas entregas, busca conquistar os clientes com a oferta de vários tipos de alimentos, produzidos ou não por ele. Sr. Romeu disse que não produz frutas porque o espaço é pequeno e não é próprio,

sendo emprestado pela prefeitura. Mas, ele busca clientes fixos, pois isso facilita a venda e oferece mais segurança para cultivar os alimentos.

Sr. Matheus faz uma feira aos domingos em casa:

Aqui nós temos uma feirinha nos domingos. Aqui tudo é a feira, no alpendre mesmo. Aqui é o que sobrou de ontem, aqui tem uma banca de verduras, tem o que você quiser, couve flor, brócolis. Todo domingo tem a feira aqui. Pode vir também (Sr. Matheus).

Sr. Matheus vende diariamente no próprio local e realiza uma feira na sua casa aos domingos para ampliar as vendas, para que mais pessoas tenham acesso aos alimentos produzidos por ele e para que não haja desperdício. Essa feira também é realizada no seu próprio quintal, onde ele vende os alimentos colhidos na horta. Segundo Schneider (2016), esses canais de comercialização utilizados por alguns entrevistados, como as vendas nos locais, entregas, feiras no quintal e utilização de tenda na avenida do bairro, são chamados de mercado de proximidade. Para o autor, isso possibilita uma relação mais próxima entre produtores e consumidores que interagem em um espaço geograficamente limitado, de forma que há um fluxo direto do alimento entre o espaço de produção e o consumo. Além disso, são mercados em que há um forte enraizamento social, sendo socialmente construídos.

Para Roese e Curado (2004), a agricultura urbana e periurbana oferece diversas vantagens a população praticante. Mas, os autores apontam, principalmente, os benefícios oriundos da diminuição da pobreza através da geração de renda adicional, seja com a venda do excedente, ou com cultivos exclusivamente voltados ao comércio. Assim, através desses relatos, percebe-se que esses agricultores têm buscado diversificar as formas de venda. Eles buscam também atrair e alcançar um público que reside mais longe do local de plantação, fazendo com que mais pessoas possam se beneficiar com a AUP na cidade. A expansão da comercialização depende de muitos fatores, como por exemplo a assimilação, pela própria comunidade que reside perto da horta e do município no sentido de entenderem que a agricultura urbana e periurbana pode ser uma fonte de acesso a alimentos frescos e de boa qualidade (FREDDI, 2015). Percebe-se também que agricultura nesses casos, não é algo imposto e que pressiona os agricultores com relação aos tipos de alimentos, a maneira pelas quais são formadas as mudas, quais as quantidades, formas de venda. Ela pode ser praticada de forma livre e com autonomia. Segundo Coutinho e Costa (2011), a agricultura urbana e periurbana favorece a construção da autonomia dos sujeitos, pois promove o cultivo de alimentos e democratiza o acesso aos alimentos, aos remédios e à renda.

Mesmo diante desses pontos positivos que geram autonomia aos agricultores, dois entrevistados relataram alguns pontos que geram problemas para a prática da agricultura, ou reduzem sua autonomia. Sr. Romeu relatou que escolhe plantar alimentos que não ocupam tanto

espaço e que busca, portanto, plantar de acordo com os pedidos dos clientes, já que sua renda vem exclusivamente da horta. Além disso, o espaço ocupado por ele é pequeno, como demonstra o seu relato:

Eu planto o que precisa. Eu planto a mizunga que é uma couve japonesa, que o povo aqui gosta demais da conta dela, a acelga, que eles gostam demais da conta, almeirão e aqui sai mais a alface lisa do que a crespa. O único porém dessa horta aqui é que ela é pequena, porque você não pode plantar um brócolis, não pode plantar uma couve-flor, não pode plantar um repolho, porque eles são tudo rotativo e demorado, tipo dois meses, três meses e meio, conforme for o cuidado que você tiver com ele. (Sr. Romeu).

Sr. Jorge apontou, anteriormente, alguns pontos que geram autonomia, mas também relatou um ponto que o prejudica:

Aqui não tem fruta não, porque o sítio é arrendado, né. Daí não tem como plantar frutas, porque demora pra começar a colher e não dá pra investir numa coisa incerta. Mas seria bom as frutas porque o pessoal pede muito (Sr. Jorge).

O relato a respeito das frutas também foi comentado pelo Sr. Romeu e ambos ocupam terrenos emprestados para o plantio. Porém, mesmo diante desses “obstáculos”, os entrevistados buscam parceria com outros agricultores para a compra de frutas e outros alimentos pedidos pelos consumidores para suprir essa demanda e assim conseguir aumentar as vendas.

Diante dos relatos, os agricultores urbanos e periurbanos buscam plantar com a máxima autonomia possível, diversificar o cultivo, diversificar os canais de comercialização. Eles formam ou ganham as mudas, porém relataram dificuldades a respeito da falta de acesso regular a água e por não serem, eventualmente, donos dos próprios locais. Esses fatores geram insegurança na prática da agricultura urbana e periurbana. Mas, mesmo diante desses obstáculos buscam soluções para minimizar esses fatos.

#### **4.4.2 Destino do alimento**

A importância da agricultura urbana para a SAN não se refere apenas ao que é produzido e consumido pelos agricultores, ela excede essa dimensão por ter também uma função de abastecimento do mercado local. Esses alimentos são utilizados para os mais diversos fins: troca, doação, autoconsumo e comercialização. Isso contribui para a alimentação das populações. Dessa forma, essa subcategoria permite apresentar o destino dos alimentos produzidos pelos agricultores urbanos no município de Varginha-MG. A Tabela 9 mostra a destinação da produção de alimentos.

Tabela 9 – Destino dos alimentos

<b>Destino</b>	<b>Agricultores</b>
Consumo próprio, incluindo troca e/ou doação de parte da produção	9
Comércio local sem doação e/ou troca de parte da produção	6
Comércio local com doação e/ou troca de parte da produção	3

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Os entrevistados se manifestaram de diversas formas a respeito do destino dos alimentos. Dos 18 entrevistados, 9 produzem para a venda e também consomem parte de sua produção.

A destinação tem a ver com o processo de entrega aos demais membros da comunidade. Portanto, a doação ou a venda, implicam a existência de locais propícios para o encontro. Sr. Carlos vende no próprio local facilitando a venda para ele e para os consumidores do próprio bairro.

Ah, eu vendo aqui na porta mesmo. Sempre aparece alguém. O povo que mora aqui de perto mesmo, ali do Padre Vitor (Sr. Carlos).

As vendas no local oferecem aos consumidores alimentos frescos e a opção de escolha do próprio alimento. Isso mantém uma aproximação e troca entre os consumidores e produtores, fortalecendo essa relação e evitando os gastos com transporte dos alimentos. Essa relação contribui para a segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar dos agricultores e consumidores.

Em particular, quando se trata do próprio quintal do agricultor, há uma vantagem a respeito do intercâmbio com alimentos que é a presença quase que constante do agricultor no local. Esse é o caso, por exemplo do Sr. Elias que vende no próprio local o dia todo, desde a manhã, já que sua horta está localizada no mesmo espaço de sua residência.

Aqui nós vendemos a semana inteira desde cedo. Tem dia que eu estou de pé as 5:30/6:00. Você pode vir aqui que eu estou trabalhando já (Sr. Elias).

As vendas dos alimentos pelo Sr. Elias, Sr. Carlos e Sr. Elias são facilitadas devido à localização da horta, que estão localizadas nos seus quintais. Dessa forma, eles conseguem ampliar o horário de venda e desenvolver outras atividades durante esse período. Esse fato contribui para a soberania alimentar, através da autonomia para a venda e produção dos alimentos.

Além do uso de quintais, alguns entrevistados utilizam espaços emprestados para os cultivos e vendem os alimentos no próprio local:

Aqui eu vendo para a população que mora aqui, mas também vêm muitas pessoas de outros bairros, porque a associação é conhecida e tem muita gente que eles ajudam e outros que vem buscar pão, tomar sopa e as doações da associação e vê a horta e compra verdura e faço as minhas entregas (Sr. Romeu).

Sr. Romeu também consegue ampliar sua rede de clientes através de moradores de outros bairros que utilizam os serviços oferecidos pela Associação Refazer Santa Rita de Cássia que fica no mesmo terreno da sua horta. Isso sem considerar as entregas pela cidade, que ele também faz. Sr. Romeu tem uma parceria com essa associação, pois a ela cede o espaço para o plantio e ele fornece à associação os alimentos para o preparo das refeições que são servidas a população por ela atendida.

Além da venda, foram encontrados agricultores que utilizam os alimentos produzidos através da agricultura urbana e periurbana somente para consumo próprio, trocas e doações para a família e para a população, como demonstram as seguintes falas:

Ana produz apenas para consumo da família. Quando é necessário um serviço de entregas, ela requisita serviços entregadores de motocicletas, que transportam os alimentos para a sua mãe e seus irmãos que também são seus consumidores:

Eu levo tudo pra casa, levo pra família. Eu chamo o motoboy e ele leva pra mãe. Apanho uma sacola grande e chamo o motoboy e ele leva pra mãe. Aí tem um irmão que manda pro outro. Eles vêm aqui buscar também. O que tiver eu já apanho e mando toda semana. Não vendo nada, é tudo pra nós aqui (Ana).

Sra. Ana relatou ainda que o envio dos alimentos ajuda sua mãe e seus irmãos é responsável pela melhoria da alimentação e economia de renda, já que sua mãe é aposentada e ajuda no sustento dos seus irmãos. Com essa economia, a família consegue atingir outras necessidades.

Sra. Rita também planta para o consumo da família e realiza trocas e doações:

Quando tá na hora de colher, eu uso lá em casa, meus filhos pegam também e doo pros vizinhos aqui de perto, as vezes a gente troca o que planta. Essa vizinha da frente aqui, quando dá poncã, ela me dá uma sacola, dá outras misturas também, eu também passo pra ela o que tem aqui. Vai fazendo assim, cada um ajuda o outro. Se pedir alimento, né, quando vem bater na porta, eu doo também, porque a fome é difícil, mata as pessoas e já que Deus me permitiu plantar e nasceu, eu tenho que ajudar o próximo (Sra. Rita).

Sra. Rita realiza trocas de alimentos com a vizinha, contribuindo para a ampliação e variedade de alimentos consumidos por elas e por suas famílias. Isso também causa um maior fortalecimento do senso comunitário e da interação social na comunidade, através da troca de receitas e descobertas de novas espécies comestíveis (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015).

Sr. Augusto também planta para o consumo da família e realiza a doação:

Nesse trabalho é só pelo gosto mesmo, porque eu não gosto de ficar parado não. Tem muita gente que aparece pra pedir, aí eu ajudo. O povo pede pra fazer chá, que é remédio, aí eu ajudo. Já planto na beirada da cerca pro povo pegar mesmo, nem precisa pedir aqui não. Tem uma vasilha na porta do terreno com hortelã, para as pessoas já pegar e fazer chá, nem precisa vir aqui não. Tem guapo na cerca também, o povo pega muito desse daí. Ontem mesmo tinha uma mulher pegando e eu cheguei e ela ficou sem graça. Daí eu falei que podia pegar mesmo, não precisava ficar com vergonha

não. Quando apanha pra jogar fora a gente acha ruim né, mas se for pra fazer chá, não tem problema não. Eu fico é feliz em ajudar (Sr. Augusto).

Sr. Augusto facilita a doação de alimentos, plantando alimentos mais próximos do muro que cerca a horta. Através desse relato, percebe-se que o entrevistado se mostra sensibilizado em ajudar as pessoas, para que elas possam ter acesso aos alimentos e plantas medicinais.

De acordo com os entrevistados, os alimentos são doados nos próprios locais de plantação. A população vai a esses locais e recebe os alimentos colhidos na hora. Alguns entrevistados já plantam alguns alimentos próximos da rua ou plantam em locais abertos para facilitar o acesso das pessoas. Além de usarem os alimentos na alimentação dos familiares que moram com eles, alguns entrevistados disseram que ajudam também os familiares que residem em outros locais da cidade, enviando os alimentos que são produzidos por eles. Foi percebida, durante algumas entrevistas, a procura pela doação de alimentos, principalmente as plantas medicinais. Normalmente, os solicitantes são pessoas já conhecidas dos agricultores urbanos e, segundo eles, são pessoas que residem próximos a horta. Os agricultores afirmam, ainda, que preferem ajudar e doar os alimentos do que deixar perdê-los e que doam desde que a pessoa faça o consumo e não desperdice o alimento.

Com relação às plantas medicinais, segundo os entrevistados, elas são cultivadas e doadas a população. Uma das justificativas pela doação pode ser exposta pela seguinte fala:

Eu as doo tudo isso porque se estiver fazendo tratamento, se está doente eu ajudo. Tem melissa também, erva cidreira, eu doo tudo, é calmante a melissa (Sra. Laura).

Assim como Sr. Luiz:

As plantas pro chá eu doo tudo, porque cura as doenças, aí eu não vendo não, eu as doo tudo. Os vizinhos vêm pedir muito. Tem a vizinha, daqui da frente que busca aqui todo dia a espinheira-santa. Ela tem dor de estômago e bebe o chá todo dia. Ah é uma beleza! Eu ajudo mesmo, porque com doença não se brinca (Sr. Luiz).

De acordo com os relatos, as plantas medicinais são doadas à comunidade como forma de ajudar as pessoas doentes e em tratamento. Segundo Oliveira, Alves e Paula (2018), a produção de plantas medicinais serve como recurso terapêutico utilizado pelas famílias. É um costume resgatado pelos imigrantes provenientes de áreas rurais. Para os autores, o acesso às plantas medicinais proporciona certa autonomia a essas pessoas que, enquanto viviam no campo, utilizavam junto a seus saberes e práticas culturais como um dos principais recursos terapêuticos. Além disso, segundo os autores, a agricultura urbana e periurbana vai muito além da produção de alimentos, pois contribui para o fortalecimento de uma identidade cultural, que resiste mesmo diante de uma nova dinâmica dos centros urbanos, em consequência da hegemonia do conhecimento científico, que muitas vezes desvaloriza o saber popular.

Os alimentos produzidos próximos aos locais de venda, do consumo ou da doação, contribuem para que haja menos desperdício, principalmente com transporte, já que segundo estudo desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), o sistema atual de produção de alimentos gera o desperdício de 1,3 bilhão de toneladas de comida diariamente no mundo. O Brasil é considerado um dos 10 países que mais desperdiçam comida em todo o mundo, com 30% da produção sendo jogados fora na fase pós-colheita (EMBRAPA, 2015).

Esse fato afeta a sustentabilidade dos sistemas alimentares, reduz a disponibilidade alimentos, gera perdas de receita para os produtores e ocasiona a elevação dos preços dos alimentos (EMBRAPA, 2015). Diante disso, são necessárias ações para diminuir a distância entre o local de produção de alimentos e o local onde os alimentos são consumidos, reduzindo assim os desperdícios, principalmente da fase pós-colheita (EMBRAPA, 2015). Para Pollan (2008), os alimentos consumidos próximos aos locais de produção, são alimentos mais frescos e exigem menos processamento, tornando-se mais nutritivos. Além disso, segundo Goldfray *et al.* (2010), é possível abastecer a população atual e futura com base em sistemas de produção baseados no trabalho familiar e sem a utilização de agroquímicos. Para os autores, para que esse fato ocorra são necessárias mudanças nos canais de comercialização, principalmente para os pequenos produtores. No Brasil, esses produtores têm marcado presença, principalmente nos mercados “alternativos”. Portanto, para Preiss e Schneider (2020), os mercados domésticos e a agricultura familiar são primordiais para a segurança alimentar e nutricional, tornando essencial o seu fortalecimento e ampliação.

De maneira geral, todos os entrevistados utilizam para consumo próprio os alimentos produzidos, doam parte do que é plantado, principalmente as plantas medicinais e alguns também buscam vender esses alimentos, seja no próprio local, na feira ou em entregas pela cidade. Os entrevistados, normalmente, buscam escolher alguns alimentos que serão plantados e optam pelos alimentos que não necessitam de muita água. Eles também buscam diversificar a plantação ao longo do ano. Porém, relataram um pouco de insegurança em plantar frutas e outros alimentos que demandam mais tempo para a colheita, pois alguns ocupam terrenos emprestados. Outra questão, é com relação as PANC's que poderiam ser amplamente cultivadas pelos agricultores urbanos e periurbanos do município. Porém, foi encontrado somente um entrevistado que cultiva essas plantas alimentícias não convencionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados apresentados neste trabalho permite algumas conclusões. Os praticantes da agricultura urbana e periurbana são predominantemente homens em idade adulta. São oriundos da zona rural e a maioria é aposentada. Em relação à prática da agricultura urbana e periurbana, chama a atenção o fato de que todos os entrevistados terem afirmado que não usam insumos químicos e buscam utilizar recursos disponíveis nos locais de produção, como: água da chuva, de minas, esterco e folhas. O uso de insumos naturais confere um caráter mais saudável aos alimentos produzidos. Cabe ressaltar também que a agricultura urbana e periurbana é considerada pela literatura, na maioria dos casos, como uma atividade que possui certa tradição familiar. Nesse trabalho, essa tendência se mostrou aplicável.

Para além dos benefícios materiais, mensuráveis e possíveis, oriundos da prática da agricultura urbana e periurbana, como é o caso da ampliação do acesso a alimentação, trabalho e renda, outras contribuições mais subjetivas também afluíram. Esse foi o caso quando se viu reflexões mais profundas a respeito do papel da agricultura urbana e periurbana, e de valores subjetivos a ela atrelados, como a solidariedade, generosidade, cuidado e esperança. Os entrevistados se mostraram dispostos e motivados a realizar um trabalho prazeroso e cheio de sentimentos. E, por conta do tipo da tradição que mantém, isso os traz lembranças de vivências de seus locais de origem.

Com relação ao destino dos alimentos é predominante o autoconsumo, com trocas e doações para a população e, eventualmente, venda para o comércio. Nesse sentido, a agricultura urbana e periurbana pode ser considerada uma atividade de subsistência com potencial de auxiliar na renda. O início na atividade, segundo o perfil dos agricultores, se deu por vários motivos. Do ponto de vista dos fatores externos, vale a menção à expansão urbana que passou a ocupar, cada vez mais o território agrícola e a transformação do espaço. De outro lado, há também a modificação proveniente de fatores internos: a agricultura urbana como geradora de trabalho e renda, e a agricultura urbana como forma de manutenção da cultura alimentar.

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelos praticantes estão a falta de ajuda do poder público, falta de água e atos de vandalismo ocorridos nos espaços onde são produzidos os alimentos. Diante disso, há diversas possibilidades de atuação em termos de políticas públicas. Essa potencialidade de intervenção positiva do poder público é tão manifesta, que foi



criado e aprovado um projeto de agricultura urbana e periurbana no ano de 2019 no município. Porém, não se sabe quando e como este projeto funcionará.

Quanto à contribuição da agricultura urbana e periurbana para a geração de renda, ela cumpre o papel principal somente para dois agricultores. Para os demais, é considerada uma renda extra, que, entretanto, permite a todos os agricultores uma economia no orçamento doméstico importante, através do consumo dos alimentos por eles próprios produzidos. Com relação à Segurança Alimentar e Nutricional, a agricultura tem ajudado a ampliar a alimentação não só da família do agricultor, mas também de vizinhos e amigos. Além disso, a renda obtida com a venda dos produtos tem ajudado os agricultores a manter o cultivo dos alimentos. A atividade também tem ajudado na limpeza dos terrenos públicos e particulares, melhorando a qualidade de vida da vizinhança.

Com relação à Soberania Alimentar, a maioria dos agricultores planta alimentos que não necessitam de muita água, devido à dificuldade do acesso. Mas, mesmo diante desse fator limitador, eles buscam diversificar a plantação para ter mais variedade na alimentação e para que seja possível a realização de doação de alguns alimentos e plantas medicinais para a população do bairro que necessita.

A agricultura urbana e periurbana no município da pesquisa mostrou-se com capacidade de contribuição para solução, ao menos em parte, de problemas públicos, como a limpeza de terrenos, que outrora acumulavam lixo, ofereciam ambiente propício a zoonoses e causavam riscos à segurança pública devido à presença de estranhos.

Essa atividade confere ainda uma nova dinâmica aos espaços públicos e privados, ampliando e estimulando as relações sociais de troca e de ajuda, o que permite compartilhar os benefícios gerados pela atividade.

Quanto às dificuldades enfrentadas na execução deste trabalho, pode-se dizer que houve uma grande dificuldade em obter documentos oficiais a respeito dessa atividade, já que nem a prefeitura, nem algum órgão ligado à agricultura, possuem registros. Não há mapeamento sobre o assunto na cidade, apenas permitem a utilização dos terrenos públicos, sem nenhum registro. O novo Plano Diretor de Varginha, aprovado em 2020, tem, pelo menos como intenção, a permissão das práticas da agricultura urbana e periurbana no município pesquisado. Para que a agricultura urbana traga ainda mais benefícios, é essencial que haja diálogo entre os agricultores e o poder público, através de projetos e ações que incentivem as práticas na cidade.

Essa pesquisa visou levantar, de forma presencial e na fonte, as primeiras informações a respeito da AUP no município pesquisado. Dessa forma, sugerem-se estudos sobre alguns

pontos observados durante a pesquisa, como: 1) o mapeamento completo das iniciativas de agricultura urbana; 2) análise sobre questões relacionadas à criação de animais em áreas urbanas; 3) sobre a falta de apoio dos órgãos públicos aos agricultores; e 4) análise dos insumos e produtos oriundos da atividade.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSSON, L. The mother's choice of food for herself and her baby. *In*: BLIX, G. (ed.) **The mother-child dyad: nutritional aspects**. Upsala, Stockholm: Almqvist & Wiksell International, 1979. p.53-61.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama dos Resíduos Sólidos**. 2019.
- ADAS, M. **A fome: crise ou escândalo?** 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.
- AQUINO, Rita de Cássia de; PHILIPPI, Sonia Tucunduva. Consumo infantil de alimentos industrializados e renda familiar na cidade de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, p. 655-660, 2002.
- ALMADA, E.; MORAIS, L.; COUTINHO, M. O concreto arado. **Parahyba**, v. 2, p. 27-31, 2012.
- ALMADA, E. D.; SOUZA, M. O. Quintais como patrimônio biocultural. *In*: ALMADA, E. D.; SOUZA, M.O. **Quintais: memória, resistência e patrimônio biocultural**. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2017. p. 15-29.
- ANDRADES, T. O. de; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **Revista CES**, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56. 2007.
- ANGEOLETTO, Fernando *et al.* **O passo-a-passo de uma revolução-compostagem e agricultura urbana na gestão comunitária de resíduos orgânicos**. Florianópolis: Cepagro, 2016.
- ARMAR-KLEMESU, M. Urban agriculture and food security, nutrition and health. *In*: **Growing cities, Growing food: urban agriculture on the policy agenda**. Eurasburg: DSE, 2001. p. 99-117.
- ARNAIZ, Mabel Gracia. **Em direção a uma nova ordem alimentar**. antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- AZEVEDO, F. F. de; NEGRE, M.; BONETA, M. Más allá de la racionalidad capitalista: los proyectos de huertos comunitarios en el contexto de la agricultura urbana y periurbana agroecológica de Cataluña. *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 15., 2018, Barcelona. **Actas [...]**. Barcelona: Universidad de Barcelona. 2018.
- BANDEIRA, F. S. F. Construindo uma epistemologia do conhecimento tradicional: problemas e perspectivas. *In*: ENCONTRO BAIANO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA, 1., 2001, Feira de Santana. **Anais [...]**. Feira de Santana: UEFS, 2001. p. 109-133.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology**: qualitative and quantitative approaches. Lanham, MD: Alta Mira Press, 2005.

BLANCHEMANCHE S.; MARIE, C. L.; MOURIAUX, F.; PESKINE, E. Multifonctionnalité de l'agriculture et status d'activité. **Economie Rurale**, Paris, v. 260, n. 1, p. 41-51, Jan. 2000.

BLECHER, B. Brasil usa e abusa dos agrotóxicos. **Folha de S. Paulo**. p. 1, 3 mar. 1998. Agrofolha, Caderno 5.

BOND, L. ONU aponta migrações forçadas e tratamento dado a migrantes como causas da fome. **Agência Brasil**, Brasília, 10 out. de 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-10/onu-aponta-migracoes-forcadas-e-tratamento-dado-migrantes-como>. Acesso em: 14 de fev. de 2020.

BRASIL. **LEI Nº 11.346, de 15 de maio de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 15 maio 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm). Acesso em: 14 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Pequeno Guia Prático para a Agricultura Urbana**. 2018. Disponível em: <http://www.guiaagriculturaurbana.com.br/#>. Acesso em: 7 nov. de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Vigitel**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2018. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 303 de 2019**. Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 para dispor sobre a permissão do uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2190810>. Acesso em: 24 out. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8541 de 2017**. Aumenta a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a importação ou saída de bebidas não alcoólicas adoçadas com açúcar. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2150996>. Acesso em: 14 de fev. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2017**. Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132006>. Acesso em: 24 out. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2016**. Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucarados (Cide-Refrigerantes), e dá outras

providências. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127624>. Acesso em: 11 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf). Acesso em: 01 jul. 2020.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova: revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 95, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-6445143-177/95>. Acesso em: 05 maio 2020.

CAMARGO, A. IPTU ou ITR? É possível pagar ITR em área urbana? **Jusbrasil**, 31 de jul. 2015. Disponível em: <https://angelacamargo.jusbrasil.com.br/artigos/214474718/iptu-ou-itr-e-possivel-pagar-itr-em-area-urbana>. Acesso em: 11 abr. 2020.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (org.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 1974.

CLAY, E. **Food Security: concepts and measurement**. Roma: Institute of Development Studies, 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 3., 2007, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 2007.

CORBOULD, C. Feeding the cities: is urban agriculture the future of food security? **Strategic Analysis Paper**. Austrália, nov. 2013. Disponível em: <http://www.futuredirections.org.au/publication/feeding-the-cities-is-urban-agriculture-the-future-of-food-security/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Revista Geografias**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 81-97, jul./dez. 2011.

CRIBB, S. L. S. P.; CRIBB, A. Y. Agricultura urbana: alternativa para aliviar a fome e para a educação ambiental. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2009.

DAL SOGLIO, F.K.; MACHADO, A. T.; OGLIARI, J. B.; ALMEIDA, J.; BOEF, W. S de. Agro biodiversidade, agricultura familiar, biotecnologia e estruturas institucionais no Brasil. *In*: BOEF, W. S. DE; THIJSSSEN, M.; OGLIARI, J. B.; STHAPIT, B.(org.). **Estratégias Participativas de Manejo da Agro biodiversidade**. 1. ed. Florianópolis: [s.n], 2006. p. 29-41.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1994.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DOMBEK, L. A. **Autoconsumo e segurança alimentar e assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 2006.

DUARTE, J. S. L. **Entrevista concedida a Thayrine Silva Reis**. Varginha, 18 set. 2018.

FRANÇA, Fabiana Chagas Oliveira *et al.* Mudanças dos hábitos alimentares provocados pela industrialização e o impacto sobre a saúde do brasileiro. *In: SEMINÁRIO ALIMENTAÇÃO E CULTURA NA BAHIA*, 1., 2012, Bahia. **Anais [...]**. Bahia, 2012.

FREDDI, Susi Mara *et al.* **A agricultura urbana e o "bem viver" nos espaços urbanos**: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do município de Joinville/SC. 2015.

FROZI, D. S.; GALEAZZI, M. A. M. Políticas públicas de alimentação no Brasil: uma revisão fundamentada nos conceitos de bem-estar social e de segurança alimentar e nutricional. **Cadernos de Debate**, v. 11, p. 58-82. 2004.

FUREDY, C. Reduzindo os riscos para a saúde do uso do lixo orgânico sólido urbano. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 3, mar. 2001.

GARCIA, Rosa Wanda Diez. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**. Campinas, v. 16, n. 4, p. 483-492, out/dez, 2003.

GIACCHÉ, J.; NAGIB, G.; PORTO, L. **Agricultura urbana, ativismo e direito à cidade**. 2015. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Agricultura-urbana-ativismo-e-direito-a-cidade/3/33932>. Acesso em: 14 dez. 2019.

GIATTI, Leandro; CUTOLO, Silvana Audrá. Acesso à água para consumo humano e aspectos de saúde pública na Amazônia Legal. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 93-109, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOODY, J. **Cooking, Cuisine and Classes**: an study in comparative sociology. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GONÇALVES, S. C. C. **Agricultura urbana num contexto de crise**: um estudo de caso na Área Metropolitana do Porto. Porto: Faculdade de Letras do Universidade do Porto. 2013. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/71745/2/28392.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

- GUIMARÃES, E. Agricultura urbana melhora a alimentação e a saúde de todos. **Estado de Minas**, 26 ago. 2019. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/agropecuario/2019/08/19/interna\\_agropecuario,1078162/agricultura-urbana-melhora-a-alimentacao-e-a-saude-de-todos.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/agropecuario/2019/08/19/interna_agropecuario,1078162/agricultura-urbana-melhora-a-alimentacao-e-a-saude-de-todos.shtml). Acesso em: 11 mar. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2002-2003**. Comunicação Social IBGE, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: análise do consumo alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 1940-2010**. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP122&t=taxa-urbanizacao>. Acesso em: 18 abr. 2019a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Tabela 608**: população residente, por situação do domicílio e sexo- Sinopse. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/608>. Acesso em: 11 out. 2019b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao>. Acesso em: 11 out. 2019c.
- JALIL, Laeticia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar**: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- KARANJA, N.; NJENGA, M. Alimentar as cidades. *In*: THE WORLDWATCH INSTITUTE. **Estado do Mundo**: inovações que nutrem o planeta. Massachusetts Avenue, N.W: UMA, 2011. p. 123- 131.
- LEMKE, Stella; AMORIM, Maégela Lourenço do Nascimento. **Produção e Industrialização de Alimentos**. Cuiabá: UFMT, 2016.
- MACIEL, M. E. Identidade Cultural e Alimentação. *In*: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. **Antropologia e Nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 49-55.
- MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. **Agricultura urbana**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002.
- MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MANDERSON, L. Suministro de alimentos y cambio social em el Sudeste Asiático y em el Pacífico Sur. *In*: HARRISON, G. A. *et al.* **Carencia Alimentaria**: una perspectiva antropológica. Barcelona: EdicionesdelSerbal, Unesco, 1988. p. 178-202.

MARAFON, Gláucio José. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. **Geo UERJ**, n. 3, p. 7-21, jun. 1998.

MEZOMO, I. F. B. **Os serviços de alimentação**: planejamento e administração. Barueri: Manole, 2002.

MOLLARD, A. Multifonctionnalité, externalités et territoires. **Cahiers de la Multifonctionnalité**, Paris: Cemagref, n. 1, p 37-56. 2002.

MONTEIRO, J. P. R.; MONTEIRO, M. S. L. Hortas comunitárias de Teresina: agricultura urbana e perspectiva de desenvolvimento local. **Revibec**: revista Ibero americana de economia ecológica, v. 5, p. 47-60, 2006.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. R. A questão habitacional no Brasil. **Rev. Mercator, Fortaleza**, v. 16, 2017.

MOUGEOT, L. J. A. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura urbana**, n. 1, p. 5-12, 2000.

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. *In*: BAKKER, N.; DUBELLING, M.; GRÜNDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; ZEEUW, H. (ed.). **Growing Cities, Growing Food**: urban agriculture on the Policy Agenda. Feldafing: Deutsche Stiftung für Entwicklung, p. 1-42, 2000.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista de enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez. 2008.

OLIVEIRA, L.C. P. **Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana. São Paulo: Montreal e Toronto**. 2017. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo)- Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, C. Sementes transgênicas reduzem a biodiversidade, aponta estudo da Unicamp. **Brasil de Fato**, 25 de abr. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/04/25/sementes-transgenicas-reduzem-a-biodiversidade-aponta-estudo-da-unicamp>. Acesso em: 12 mar. 2020.

OLIVEIRA, L.; ALVES, C.; PAULA, B. Agricultura urbana e migrações: processos de resistência e interculturalidade. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v.25, n. 1-2, p. 198-223, jan./dez. 2018. Disponível em: [https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/25/Revista\\_UFMG\\_25\\_p198-223.pdf](https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/25/Revista_UFMG_25_p198-223.pdf). Acesso em: 22 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma: FAO, 1996.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **World Food Security: a reappraisal of the concept and approaches**. Roma: FAO, 1983.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Majority of people live in cities by 2005**. Disponível em: <http://www.fao.org/english/newsroom/factfile/ff9811-e.htm>. Acesso em: 30 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional em América Latina y el Caribe: una nueva agenda de políticas públicas para superar la crisis alimentaria**. [S. l.]: Oficina Regional para America Latina y el Caribe, 2009.

OTTONI FILHO, E. B. **Entrevista concedida a Thayrine Silva Reis**. Varginha, jun. 2019.

PACÍFICO, Daniela A. **História da modernização da agricultura: um conto de muitas facetas**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

POLLAN, M. An Open Letter to the Farmer in Chief. **New York Times Magazine**, 9 Oct. 2008.

PEREIRA, M. T. Agricultura urbana e periurbana. **Revista Qualidade de Vida**, São Paulo, ano 2, n. 11, p.1-4, abr. 2000.

PEREIRA, Tatiane Nunes; NASCIMENTO, Fabiana Alves do; BANDONI, Daniel Henrique. Conflito de interesses na formação e prática do nutricionista: regulamentar é preciso. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 3833-3844, 2016.

PESSOA, Cristiane Cardoso; SOUZA, Marcelino de; SCHUCH, Ilaine. Agricultura urbana e segurança alimentar: estudo no município de Santa Maria-RS. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 13, n. 1, p. 23-37, 2006.

PINARD, J. **Les industries alimentaires dans le monde**. Paris: Masson, 1988.

PIRES, V.C. Agricultura Urbana como Fator de Desenvolvimento Sustentável: um estudo na região metropolitana de Maringá. **Pesquisa & Debate**: revista do programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 27, n. 2, p. 69-84, 2016.

PRAIN, Gordon; ZEEUW, Henk de. Melhorando a inovação técnica, organizacional e institucional na agricultura urbana. **Revista de Agricultura Urbana**, p. 22-37, 2009.

PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sergio; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. **A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2020.

RICARTE-COVARRUBIAS, Juliana Duz; FERRAZ, José María Gusman; BORGES, Janice Rodrigues Placeres. Segurança alimentar através da agricultura urbana: um estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em Porto Ferreira/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, n. 3, p. 62-80, 2011.

ROEL, Antonia Railda. A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura. **Interações**, Campo Grande, v. 3, n. 4, mar. 2002.

ROESE, Alexandre Dinnys; CURADO, Fernando Fleury. A contribuição da agricultura urbana na segurança alimentar comunitária em Corumbá e Ladário, MS. *In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL*, 4., 2004, Corumbá. **Anais** [...]. Corumbá, 2004.

ROSS, J. L. S. (org.). **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

RIBEIRO, Helena; JAIME, Patrícia Constante; VENTURA, Deisy. Alimentação e sustentabilidade. **Estudos avançados**, v. 31, n. 89, p. 185-198, 2017.

RIBEIRO, Silvana Maria; BÓGUS, Cláudia Maria; WATANABE, Helena Akemi Wada. Agricultura Urbana Agroecológica en la Perspectiva de la Promoción de la Salud. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 730-743, 2015.

SAES, A. M. **Conflitos do Capital: Light versus CBEE na Formação do Capitalismo Brasileiro (1898 –1927)**. São Paulo: EDUSC, 2010.

SAES, A. M.; MARTINS, M. L. (org.). **Sul de Minas em transição: a formação do Capitalismo na passagem para o século 20**. São Paulo: Edusc, 2012.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AU em Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Belo Horizonte: [ s. n.], 2007.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. *In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. Construção de mercados e agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-140.

SEMPRE-VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **As mulheres dizem não à tirania do livre comércio**. São Paulo: SOF, 2006.

SEYFANG, G. **The new economics of sustainable consumption**. London: Palgrave McMillan. 2009.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1996.

SILVA, M. A.; BARBOSA, J. S.; ALBUQUERQUE, H. N. Levantamento das plantas espontâneas e suas potencialidades fito terapêuticas: um estudo no Complexo Aluizio Campos –Campina Grande –PB. **RBIC**, v. 1, n. 1, abr./jun. 2010.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidade e consolidação**. IPEA, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD\\_1953.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf). Acesso em: 09 set. 2018.

SILVA, P. A. **Entrevista concedida a Thayrine Silva Reis**. Varginha, 6 set. 2018.

SOUZA, M. J. **Entrevista concedida a Thayrine Silva Reis**. Varginha, 10 jan. 2019.

SWINBURN, Boyd A. *et al.* The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: the Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791-846, 2019.

TRANSFORMA. **Rede de Tecnologias Sociais**. 2011. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/agricultura-urbana-e-a-revolucao-dos-baldinhos>. Acesso em: 09 fev. 2020.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica AGB-TL**, p. 21-42, 2005.

TULER, Amélia Carlos; PEIXOTO, Ariane Luna; SILVA, Nina Claudia Barboza da. Plantas alimentícias não convencionais (PANC) na comunidade rural de São José da Figueira, Durandé, Minas Gerais, Brasil. **Rodriguésia**, v. 70, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-78602019000100271&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-78602019000100271&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 5 abr. 2020.

TULUMELLO, S. Reconsidering neoliberal urban planning in times of crisis: urban regeneration policy in a “dense” space in Lisbon. **Urban Geography**, p. 1–24, Jul. 2015.

TV GUAPÉ. **Programa Barriga Cheia em Guapé-MG**. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4gMto24Qzto>. Acesso em: 5 abr. 2020.

VALE, Ana Rute; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP). *In*: VALE, Ana Rute; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro: Unesp, 2006. p. 231-246.

VARGINHA (MG). **Comunidade do Bairro da Vargem tem solicitação do orçamento participativo atendida**. 2010. Disponível em: <http://www.varginha.mg.gov.br/espaco-da-comunidade/6656-comunidade-do-bairro-da-vargem-tem-solicitacao-do-orcamento-participativo-atendida>. Acesso em: 7 maio 2020.

VARGINHA (MG). **História**. 2010. Disponível em: [www.varginha.mg.gov.br/cidade/historia](http://www.varginha.mg.gov.br/cidade/historia). Acesso em: 01 jun. 2020.

VARGINHA (MG). **Policlínicas e postos de saúde**. 2011. Disponível em: <http://www.varginha.mg.gov.br/saude/policlinicas-e-postos-de-saude/257-uapsusf-vargem-psf-vargem>. Acesso em: 1 abr. 2020.

VARGINHA (MG). Lei nº 6.531, de 26 de dezembro de 2018. **Varginha**: órgão oficial do município, Varginha, 26 dez. 2018. Disponível em: <http://www.varginha.mg.gov.br/legislacao-municipal/leis/668-2018/25796-2019-01-14-13-30-44>. Acesso em: 17 jul. 2019.

VARGINHA (MG). **Atualização do diagnóstico social do município de Varginha, MG–2016/2017**. 2017. Disponível em:

[http://www.varginha.mg.gov.br/Pdfs\\_e\\_arquivos\\_de\\_leis/Atualizacao\\_Diagnostico\\_Social\\_\(2017\).pdf](http://www.varginha.mg.gov.br/Pdfs_e_arquivos_de_leis/Atualizacao_Diagnostico_Social_(2017).pdf). Acesso em: 4 abr. 2020.

VARGINHA (MG). Lei nº 2.962, de 23 de dezembro de 1997. **Varginha**: órgão oficial do município, Varginha, 23 dez. 1997. Disponível em: <http://www.varginha.mg.gov.br/legislacao-municipal/leis/84-1997/2149-lei-2962>. Acesso em: 07 mar. 2019.

VIA CAMPESINA. **Que es la soberania alimentaria**. 2003. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/314-que-es-la-soberania-alimentaria>. Acesso em: 4 mar. 2020.

VIA CAMPESINA. **Cartilha**: soberania alimentar, os agrocombustíveis e a soberania energética. Brasília, DF, 2007.

VIGLIO, E. C. B. L. Produtos orgânicos: uma tendência para o futuro? **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 12, p. 8-12, dez. 1996.

WATERS-BAYER, A. Convivendo com animais na cidade: a criação urbana de animais e o bem-estar humano. **Revista Agricultura Urbana**, v. 1, 1995.

WIRTH, J. D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WWF). **Planeta Vivo Relatório 2016**: risco e resiliência em uma nova era. Gland, Suíça: WWF, 2016. Disponível em: [http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias\\_meio\\_ambiente\\_e\\_natureza/?54782](http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?54782). Acesso em: 03 mar. 2020.

ZAAR, Miriam Hermi. A agricultura urbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território**, v. 27, n. 3, p. 26-44, 2015.

ZAMBERLAN, J.; FRONCHETI, Alceu. **Agricultura ecológica**: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001.

ZOCCHIO, G. Após taxaço, pesquisa mostra queda no consumo de bebidas adoçadas no México. **O joio e o trigo**, 15 de jan. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/ojoioeotriego/2019/01/apos-taxacao-pesquisa-mostra-queda-no-consumo-de-bebidas-adoçadas-no-mexico/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

## APÊNDICE A - Roteiro de Questões para os Agricultores Urbanos em Varginha-MG

### Caracterização socioeconômica:

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Escolaridade: Cor: ( ) branco ( ) pardo ( ) preto ( ) amarelo ( ) indígena

Renda da Família:

Até 1 Salário Mínimo

De 1 a 2

De 2 a 3

De 3 a 4

De 4 a 5

+5

### História de vida e saberes

- 1) Conte um pouco, sobre a sua história. Por que trabalha com agricultura urbana?
- 2) Onde aprendeu as técnicas para o plantio?
- 3) Há quanto tempo pratica à agricultura urbana?

### Alimentos produzidos, área plantada e tipo de ocupação

- 4) Tipos de alimentos produzidos?
- 5) Tamanho da área plantada?
- 6) Possui outra atividade remunerada?
- 7) Recebe ajuda de outras pessoas no plantio e cuidado da horta? ( ) sim, quem? \_\_\_\_\_ ( ) não, por quê? \_\_\_\_\_
- 8) Forma de ocupação da propriedade? ( ) Proprietário ( ) Arrendatário
- 9) Respeita a sazonalidade? Como escolhe o que planta? Tem parceria com outros produtores?

### Insumos utilizados

- 10) Qual o destino dos alimentos? ( ) Consumo próprio ( ) sacolões ( ) supermercados, ( ) feiras ( ) outros.

- 11) Onde compra as sementes?
- 12) Usa algum tipo de insumo? Qual? \_\_\_\_\_
- 13) Realiza a compostagem?  sim  não, por quê?
- 14) Utiliza sementes transgênicas? Agrotóxico?  sim, por quê? \_\_\_\_\_  não, por quê?
- 15) Como irriga?  água da chuva  água da COPASA  outro

### **Destino dos alimentos**

- 16) Qual o destino dos alimentos?  Consumo próprio  sacolões  supermercados,  feiras  outros
- 17) No caso de venda dos produtos, onde é investido o dinheiro?  Produção de alimentos  Despesas familiares  outro

### **Auxílio, dificuldades, percepções e desafios enfrentados**

- 18) Sofre ou já sofreu pressão para deixar de plantar? Quais dificuldades?
- 19) Recebe algum tipo de ajuda (poder público)?  Sim, qual? \_\_\_\_\_  não
- 20) Quais tipos de ações, poderiam ajudar?
  - cursos e palestras sobre o assunto
  - visitas de técnicos e especialistas
  - criação de projeto/programa/feiras para ajudar os produtores
  - outros \_\_\_\_\_
- 21) Percebe a importância desse trabalho para a comunidade, contribuição para a segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar?

## **APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre Esclarecido**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa – “Agricultura Urbana e sua contribuição para a Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional no município de Varginha-MG.” No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento.

Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

**TÍTULO DA PESQUISA** Agricultura Urbana e sua contribuição para a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional no município de Varginha-MG

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** Thayrine Silva Reis

**ENDEREÇO:** [OMITIDO]

**TELEFONE:** [OMITIDO]

**PESQUISADORES PARTICIPANTES:** Thayrine Silva Reis e Sr. Luiz Antônio Staub Mafra

**OBJETIVO:** O trabalho busca identificar os grupos de atores que praticam agricultura urbana e suas contribuições para a soberania e segurança alimentar e nutricional no âmbito local.

**JUSTIFICATIVA:** A agricultura urbana é um importante mecanismo na busca pela soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional, pois elas contribuem para a alimentação das populações urbanas, garantindo a sua sobrevivência. Neste sentido, este trabalho busca dar visibilidade aos atores que participam desse movimento.

**PROCEDIMENTOS DO ESTUDO:** Os dados serão coletados por meio de entrevistas com as pessoas que praticam a agricultura urbana, conduzidas por meio de um roteiro de entrevista. Estas poderão ser realizadas no local de trabalho do entrevistado ou do entrevistador, na residência do entrevistado/entrevistador ou em algum local que seja de conveniência para ambos.

**RISCOS E DESCONFORTOS:** Risco mínimo do entrevistado (a) não compreender as perguntas ou se sentir constrangido com as respostas. Para minimizar esses riscos a pesquisadora buscará formas de formular perguntas que sejam claras e precisas, além de um olhar atento da sobre possíveis sinais de constrangimento.

**BENEFÍCIOS:** Não há benefícios imediatos para o entrevistado(a), no entanto, os resultados da pesquisa poderão contribuir para que as organizações, assim como a sociedade como um todo possam refletir sobre a importância da agricultura urbana e sua contribuição para a soberania e segurança alimentar e nutricional.

**CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE:** Não haverá nenhum gasto com sua participação. Você também não receberá nenhum pagamento com a sua participação.

**CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA:** A sua identidade e a de sua instituição serão preservadas sob sigilo em todas as etapas da pesquisa e na divulgação dos resultados da mesma. Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Destaco que, para a pesquisa, interessam os dados coletivos e não aspectos particulares de cada entrevistado.

Assinatura do Pesquisador Responsável: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_,  
declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pela pesquisadora Thayrine Silva Reis, dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa.

Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Poderei retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade ou prejuízo em minhas relações com o pesquisador, com os demais participantes da pesquisa e com a instituição.

Poderei consultar a pesquisadora responsável (acima identificado) ou o CEPUNIFAL-MG, com endereço na Universidade Federal de Alfenas, Rua Sr. Gabriel Monteiro da Silva, 700, Centro, Cep - 37130-000, Fone: (35) 3701-9153, no e-mail: [comite.etica@unifal-mg.edu.br](mailto:comite.etica@unifal-mg.edu.br) sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa e minha participação no mesmo. Os resultados obtidos durante este estudo serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados.



LOCAL E DATA: nome da cidade, data, ano.

---

Nome (por extenso)

---

(Assinatura)

**APÊNDICE C – Tabelas de Cultivos**

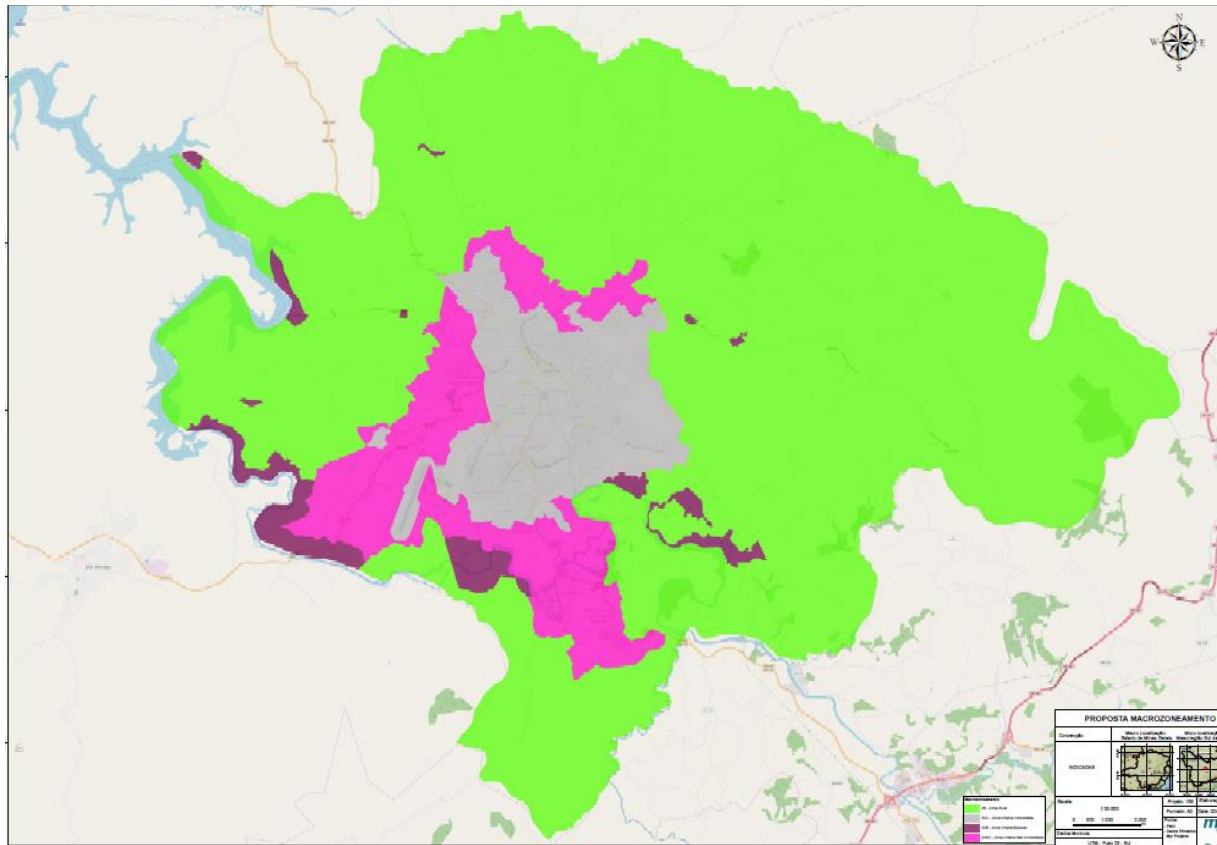
<b>Cultivos</b>	<b>Quantidade</b>
Abacate	5
Abóbora	16
Acelga	7
Acerola	5
Agrião	5
Alecrim	14
Alface	13
Almeirão	7
Ameixa	1
Amora	2
Árvores Não-frutíferas	8
Babosa	8
Banana	18
Batata doce	5
Beterraba	5
Boldo	6
Brócolis	5
Cana de açúcar	13
Caruru	1
Cebolinha	8

<b>Cultivos</b>	<b>Quantidade</b>
Chicória	8
Chuchu	12
Couve	13
Couve-flor	4
Erva cidreira	14
Espinafre	9
Espinheira-santa	2
Feijão	14
Figo	5
Funcho	17
Galinhas	3
Gengibre	2
Goiaba	6
Guaco	3
Hortelã	13
Jabuticaba	2
Jiló	7
Laranja	2
Lavanda	3
Limão	8
Mamão	17

<b>Cultivos</b>	<b>Quantidade</b>
Mandioca	18
Manga	4
Melissa	4
Milho	16
Ora-pro-nóbis	16
Ovos	3
PANC's	1
Peixinho	2
Pepino	3
Pimenta	13
Pimentão	5
Poncã	3
Quiabo	7
Repolho	4
Rúcula	6
Tomate	5

## ANEXO A – Zoneamento do município de Varginha-MG

Mapa 1 – Zoneamento do município de Varginha-MG



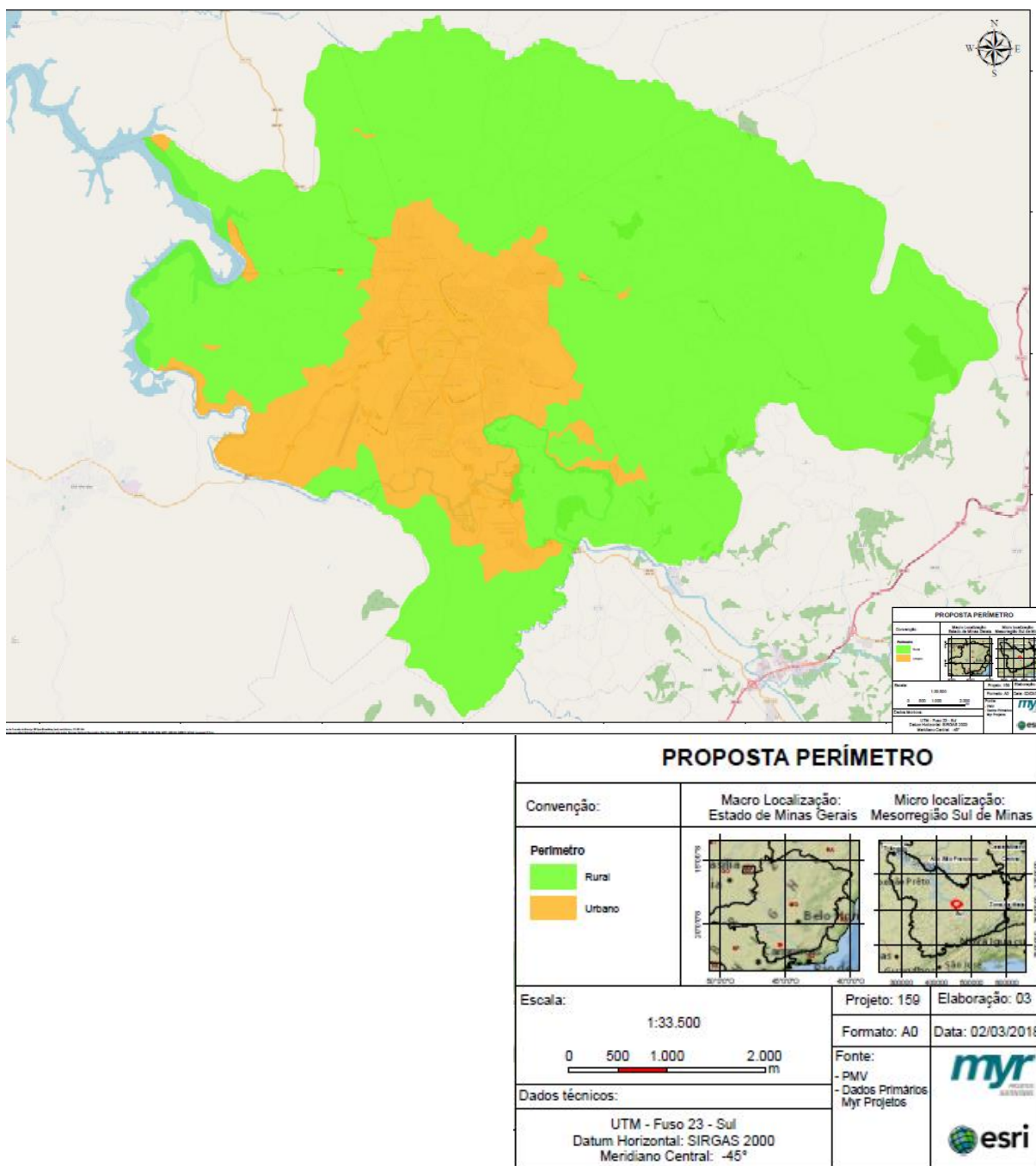
Macrozoneamento	
<span style="color: green;">■</span>	ZR - Zona Rural
<span style="color: gray;">■</span>	ZUC - Zona Urbana Consolidada
<span style="color: brown;">■</span>	ZUE - Zona Urbana Especial
<span style="color: pink;">■</span>	ZUNC - Zona Urbana Não Consolidada

PROPOSTA MACROZONEAMENTO			
Convenção:	Macro Localização: Estado de Minas Gerais	Micro localização: Mesorregião Sul de Minas	
INDICADAS			
Escala:	1:33.500	Projeto: 159	Elaboração: 03
		Formato: A0	Data: 02/03/2018
Dados técnicos:	UTM - Fuso 23 - Sul Datum Horizontal: SIRGAS 2000 Meridiano Central: -45°	Fonte: - PMV - Dados Primários Myr Projetos	

Fonte: Varginha (2018).

## ANEXO B – Mapa do perímetro de Varginha-MG

Mapa 2 – Perímetro do município de Varginha-MG



Fonte: Varginha (2018).

### ANEXO C – Fotos da agricultura urbana em Varginha-MG

Foto 1- Iniciativa de agricultura urbana em um sítio



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Foto 2 – Iniciativa de agricultura urbana em um terreno particular.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Foto 3 – Iniciativa de agricultura urbana em um terreno particular.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Foto 4 – Fachada de um terreno público, cercado feito pelo agricultor urbano



Fonte: Pesquisa de campo (2019).



Foto 5 – Iniciativa de agricultura urbana em um terreno particular.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Foto 6 – Iniciativa de agricultura urbana em um quintal.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).